

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS

KARLA CRISTINA DOS SANTOS

**DO CIENTIFICISMO À DESCONSTRUÇÃO: O(A)S HERDEIRO(A)S
DE J. L. AUSTIN E A PROBLEMÁTICA DA TEORIZAÇÃO SOBRE A
LINGUAGEM**

Goiânia

2007

KARLA CRISTINA DOS SANTOS

**DO CIENTIFICISMO À DESCONSTRUÇÃO: O(A)S HERDEIRO(A)S
DE J. L. AUSTIN E A PROBLEMÁTICA DA TEORIZAÇÃO SOBRE A
LINGUAGEM**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Área de concentração: Estudos Lingüísticos

Orientadora: Profa. Dra. Joana Plaza Pinto

Goiânia

2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(GPT/BC/UFG)

S237d Santos, Karla Cristina dos.
Do cienticismo à desconstrução : o (a)s herdeiro(a)s de J. L. Austin e a problemática da teorização sobre a linguagem / Karla Cristina dos Santos. – 2007.
125 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Joana Plaza Pinto.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, 2007.

Bibliografia: f. 121-125

1. Austin, John L. 2. Derrida, Jacques 3. Atos da fala (Linguística) 4. Comunicação oral 5. Linguística 6. Linguística – Filosofia I. Pinto, Joana Plaza II. Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Letras. III.. Título.

CDU: 81

KARLA CRISTINA DOS SANTOS

**DO CIENTIFICISMO À DESCONSTRUÇÃO: O(A)S HERDEIRO(A)S
DE J. L. AUSTIN E A PROBLEMÁTICA DA TEORIZAÇÃO SOBRE A
LINGUAGEM**

Dissertação defendida no Curso de Mestrado em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre, aprovada em _____ de _____ de _____, pela Banca Examinadora constituída pela(o)s seguintes professora(e)s:

Profa. Dra. Joana Plaza Pinto - UFG

Presidente da Banca

Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan – UNICAMP

Profa. Dra. Ofir Bergemann de Aguiar – UFG

Profa. Dra. Dilys Karen Rees - UFG

Suplente

À minha mãe, pelo apoio incondicional em todas as fases de realização deste trabalho. Toda a gratidão por ter me confortado nos momentos de angústia deste processo de leitura e escrita.

AGRADECIMENTOS

À professora e orientadora desta dissertação, Joana Plaza Pinto, pela confiança e dedicação.

Ao mestrado em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da UFG, especialmente às professoras Dilys Karen Rees, Maria Cristina Faria Dalacorte e Heloísa Augusta Brito de Mello, pelas orientações sempre úteis.

À Capes pelo financiamento desta pesquisa.

Ao Grupo de Estudos *Lingüística Pós-estruturalista: questões contemporâneas das práticas identitárias*, cujos encontros e discussões entre 2005 e 2007 propiciaram muitas das reflexões presentes nesta dissertação.

Às colegas e aos colegas do Mestrado, pelo companheirismo e pelas palavras de incentivo, em especial à Suety, Rômulo, André e Carlos.

A toda minha família, por compreenderem meus momentos de ausência, cansaço e ansiedade durante a realização deste trabalho.

Não pode existir analogia rigorosa entre uma teoria científica qualquer e uma teoria da linguagem [...] não é certo que o que se chama de linguagem ou speech act alguma vez se esgote na sua determinação por uma ciência ou uma teoria, objetivas de ponta a ponta. É mais “científico” levar em conta esse limite, se existe algum e repensar, a partir daí, tais ou tais conceitos aceitos de “ciência” e “objetividade”.

J. Derrida

SUMÁRIO

RESUMO	08
ABSTRACT	09
0. INTRODUÇÃO	10
1. CIÊNCIA E TEORIZAÇÃO SOBRE A LINGUAGEM	13
1.1. Alguns limites do conceito de ciência.....	14
1.2. É possível teorizar cientificamente sobre a linguagem?.....	25
2. <i>HOW TO DO THEORIES WITH/ABOUT WORDS: J. L. AUSTIN</i> E A PROBLEMÁTICA DA TEORIZAÇÃO SOBRE A LINGUAGEM	33
2.1. Um olhar jovem sobre a linguagem e a teoria.....	34
2.2. Alguns desdobramentos da teorização sobre os atos de fala na perspectiva austiniana.....	44
3. AS CONCEPÇÕES DE CIÊNCIA SUBJACENTES ÀS FORMAS DE LIDAR COM A SUPOSTA IMPRECISÃO DOS CONCEITOS AUSTINIANOS	53
3.1. Traços de cientificismo nas tentativas de formalização dos atos de fala.....	56
3.2. Traços de desconstrução do cientificismo nas tentativas de problematização dos conceitos austinianos.....	86
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
5. REFERÊNCIAS	121

RESUMO

How to do things with words, de J. L. Austin (1976), obra que inaugura a discussão sobre atos de fala, tem grande destaque não só na filosofia da linguagem como também na lingüística e na literatura. No entanto, essa obra costuma dar origem a uma variedade de interpretações controversas devido ao caráter supostamente incompleto e impreciso da proposta teórica austiniana. Tendo em vista a referência constante ao nome de Austin nos diversos campos de estudo da linguagem, a proposta deste trabalho é discutir as concepções de teoria e de ciência subjacentes às formas de lidar com os conceitos austinianos. Para chegar a esse objetivo, foi feito um levantamento de como esses conceitos são apropriados por autore(a)s que tratam dos atos de fala em diferentes domínios de estudo da linguagem, entre eles(as) Searle (1994) na filosofia da linguagem, Coulthard (1985) na análise do discurso anglo-saxã, Ellis (1994) nas teorias de aquisição de segunda língua, Dik (1997a, 1997b) no funcionalismo, Gumperz (1982) na sociolingüística, Derrida (1991a, 1991b, 1991c) no campo da desconstrução, Felman (2003) na literatura e Butler (1997) nos estudos feministas. A análise desse(a)s autore(a)s, combinada a uma discussão do conceito de ciência e dos fatores implicados na construção de teorias lingüísticas, possibilitou a identificação de duas tendências de interpretação e apropriação dos conceitos austinianos. A primeira tendência é caracterizada pela tentativa de sistematização dos atos de fala e está presente nas teorias propostas por Searle (1994), Coulthard (1985), Ellis (1994), Dik (1997a, 1997b) e Gumperz (1982). Nesse grupo, as escolhas teóricas e metodológicas nos permitem identificar traços de uma visão cientificista de teoria. A segunda tendência, marcada pela desconstrução do texto de Austin, através de uma leitura que explora seus pontos críticos e sua complexidade, é representada por Derrida (1991a, 1991b, 1991c), Butler (1997) e Felman (2003). O principal objetivo desse grupo é a performance de análises que questionam alguns pressupostos encontrados nas teorizações sobre os atos de fala desenvolvidas por Austin e alguns de seus herdeiros.

PALAVRAS-CHAVE: Austin, Derrida, teorização sobre linguagem, cientificismo, desconstrução.

ABSTRACT

J. L. Austin's *How to do things with words* (1976), work that inaugurated the discussion about speech acts, has a great prominence not only in philosophy but also in linguistics and literature. However, this work usually gives rise to a variety of controversial interpretations due supposedly to the incompleteness and inaccuracy of Austinian theoretical approach. Considering the continuous reference to Austin in different fields of language study, this research aims to discuss the conceptions of theory and science underlying the ways of dealing with Austinian concepts. In order to achieve this objective, we investigated how these concepts are appropriated by authors that deal with speech acts in different fields of language study, like Searle (1994) in the philosophy of language, Coulthard (1985) in the English discourse analysis, Ellis (1994) in the second language acquisition theory, Dik (1997a, 1997b) in functionalism, Gumperz (1982) in sociolinguistics, Derrida (1991a, 1991b, 1991c) in the field of deconstruction, Felman (2003) in literature and Butler (1997) in feminists studies. The analysis of these authors combined with a discussion of the concept of science and of factors implicated in the construction of linguistic theories made it possible to identify two tendencies in the interpretation and appropriation of Austinian concepts. The first tendency is characterized by an attempt to systematize speech acts and it appears in the theories developed by Searle (1994), Coulthard (1985), Ellis (1994), Dik (1997a, 1997b) and Gumperz (1982). In this group, the theoretical and methodological choices allow to identify features of a scientific view of theory. The second tendency, characterized by the deconstruction of Austin's text through a reading that explore its critical points and complexity, is represented by Derrida (1991a, 1991b, 1991c), Butler (1997) and Felman (2003). The main purpose of this group is the performance of analysis that question some presuppositions found in theorizations about speech acts developed by Austin and some of his heirs.

KEY-WORDS: Austin, Derrida, language theorization, scientism, deconstruction.

0. INTRODUÇÃO

As habilidades metalingüísticas fazem parte de nossas atividades cotidianas. Manifestamos, em diversas instâncias, nossas opiniões sobre a linguagem. Essas opiniões envolvem valores diversos, como certo/errado, bonito/feio etc. No entanto, quando se trata de sistematizar essas opiniões a fim de transformá-las em teoria sobre a linguagem, nossas habilidades metalingüísticas precisam passar por aprimoramentos para se tornarem um instrumento ideal. Esses aprimoramentos consistem em depurar a linguagem de suas imprecisões e ambigüidades, estabelecer referências unívocas, elaborar terminologias adequadas, mas, principalmente, libertar a metalinguagem dos valores apontados acima, o que significa torná-la neutra, objetiva, rigorosa, para se chegar a um conhecimento que supere a simples opinião. Se a ciência é considerada, tradicionalmente, como o oposto da opinião, é possível dizer que na base de toda teoria sobre a linguagem existe uma concepção de ciência, ou, de forma geral, uma maneira de encarar a possibilidade do conhecimento e da produção de verdades sobre a linguagem.

As grandes questões que surgem nesse ponto são: como se define o que é ciência e o que é opinião? Com base em que critério se pode afirmar que uma teoria é científica ou verdadeira? Ou, mais especificamente, quando alguém fala/escreve sobre a linguagem, quais são os critérios para se definir essa ação como teoria ou como opinião, ficção, crença? Embora as definições de ciência sejam amplamente discutidas no campo da epistemologia, os

estudos sobre a linguagem permanecem muitas vezes alheios a essas discussões. Em disciplinas como a filosofia da linguagem e a lingüística, as concepções de ciência são asseguradas de início (nas escolhas metodológicas, por exemplo) e raramente se submetem a questionamentos. Princípios como coerência, objetividade, neutralidade são comuns a grande parte dos trabalhos ditos teóricos. Quando esses princípios estão ausentes, o *status* teórico é colocado em dúvida.

Isso é o que ocorre frequentemente em relação à *How to do things with words* de J. L. Austin (1976). Essa obra, que inaugura a discussão sobre os atos de fala, tem um grande destaque tanto na filosofia da linguagem quanto na lingüística e na literatura, mas costuma gerar controvérsias devido ao estilo argumentativo de seu autor. Apesar de ser reconhecido pela originalidade de sua concepção de linguagem, Austin também é acusado de incompletude, imprecisão, complexidade excessiva, incoerência e ainda por estabelecer categorias de difícil definição e deixar grande parte de seus questionamentos sem resposta.

Tendo em vista a referência constante ao nome de Austin nos diversos campos de estudo da linguagem, a proposta deste trabalho é discutir as concepções de teoria e de ciência subjacentes às formas de lidar com os conceitos austinianos. Para chegar a esse objetivo, foi feito um levantamento de como esses conceitos são apropriados por autore(a)s que tratam dos atos de fala em diferentes domínios de estudo da linguagem, entre eles(as) Searle (1994) na filosofia da linguagem, Coulthard (1985) na análise do discurso anglo-saxã, Ellis (1994) nas teorias de aquisição de segunda língua, Dik (1997a, 1997b) no funcionalismo, Gumperz (1982) na sociolingüística, Derrida (1991a, 1991b, 1991c) no campo da desconstrução, Felman (2003) na literatura e Butler (1997) nos estudos feministas. Os critérios utilizados para a seleção desse(a)s autore(a)s e de suas obras foram: a) citarem a obra *How to do things with words*; b) trabalharem algum(ns) conceito(s) dentre os previstos nessa obra e c) serem referência consolidada no campo de estudo a que pertencem.

A análise desse(a)s autore(a)s possibilitou a identificação de duas tendências de interpretação e apropriação dos conceitos austinianos. A primeira tendência é caracterizada pela tentativa de sistematização dos atos de fala e está presente nas teorias propostas por Searle (1994), Coulthard (1985), Ellis (1994), Dik (1997a, 1997b) e Gumperz (1982). Nesse grupo, as escolhas teóricas e metodológicas nos permitem identificar traços de uma visão cientificista de teoria. A segunda tendência, marcada pela desconstrução do texto de Austin, através de uma leitura que explora seus pontos críticos e sua complexidade, é representada por Derrida (1991a, 1991b, 1991c), Butler (1997) e Felman (2003). Uma característica desse

grupo é o questionamento dos pressupostos cientificistas encontrados tanto em Austin, quanto em alguns de seus herdeiros.

Para sustentar o argumento de que as formas de apropriação ou interpretação da proposta austiniana pressupõem certas concepções de ciência e de teoria, o passo inicial na realização deste estudo é uma discussão do conceito de ciência e dos fatores implicados na construção de teorias lingüísticas. À luz dessa discussão, propõe-se uma análise da experiência austiniana com a teorização sobre a linguagem, por meio da investigação de algumas das categorias empregadas pelo autor em sua proposta de tratamento dos atos de fala em *How to do things with words*. Por último, é apresentada uma análise do(a)s autore(a)s selecionado(a)s, com o intuito de identificar as concepções de ciência subjacentes às suas formas de lidar com os conceitos austinianos.

1. CIÊNCIA E TEORIZAÇÃO SOBRE A LINGUAGEM

Torna-se necessário, pois, reexaminar nossa atitude em face do mito, da religião, da magia, da feitiçaria e em face de todas aquelas idéias que os racionalistas gostariam de ver para sempre afastadas da superfície da Terra (sem ter-lhes prestado maior atenção – típica reação de tabu).

Paul Feyerabend

A linguagem é necessária para o conhecimento? Seria possível conhecer o mundo e todas as suas coisas visíveis e invisíveis, bem como representá-las, analisá-las e refletir sobre elas sem o auxílio da linguagem? Filósofos e estudiosos de diversos campos manifestaram, ao longo da história, sua opinião a esse respeito. Ogden e Richards (1972, p. 64), por exemplo, afirmam que “as palavras podem interpor-se entre nós e os nossos objetos de inúmeras maneiras sutis” e que a linguagem tanto pode ser um instrumento a serviço do saber, quanto pode ser um obstáculo para ele. Dessa forma, a relação entre a linguagem e o mundo é de fundamental importância na discussão teórica sobre a questão do conhecimento. As especulações sobre a forma como referimos o mundo por meio da linguagem têm implicações diretas sobre a problemática relação entre os sujeitos e seus objetos de conhecimento. Essa problemática envolve um questionamento de como a mente humana constrói as suas representações da realidade e em que medida essas representações são

corretas, legítimas, já que a grande questão do conhecimento é a tentativa de produzir verdades sobre o mundo.

Se a linguagem intermedeia nossa relação com os objetos de conhecimento, ela está imbricada de forma direta ou indireta em toda discussão sobre um tipo específico de conhecimento, que é a ciência. Dessa forma, toda investigação que se diga científica (e discutiremos mais à frente o que isso significa) tem na linguagem a sua possibilidade de realização. No entanto, quando o nosso objeto de estudo é a própria linguagem, a questão se torna mais complexa. Ogden e Richards (1972, p. 26) falam de “como é grande a tirania da linguagem sobre os que se propõem investigar seu funcionamento”. Nas páginas seguintes discutiremos o conceito de ciência, para então refletir sobre a possibilidade de fazer ciência sobre a linguagem. Como veremos, definir o que é ciência não é uma tarefa fácil, muito menos definir o que é ou se é possível um estudo científico sobre a linguagem.

1.1. Alguns limites do conceito de ciência

Morin (2005, p. 21) afirma que “a questão ‘o que é ciência’ é a única que ainda não tem nenhuma resposta científica”. Além de revelar uma certa confiança na ciência, essa afirmação demonstra também que a definição do conhecimento científico é uma questão atual e que ainda não há um consenso sobre ela. A atitude principal de grande parte dos autores e autoras que discutem esse tema é traçar uma linha divisória entre o que é ciência e o que não é, como evidenciam Lakatos e Marconi (1991, p. 13), quando afirmam, no início de sua obra, que “ao se falar em conhecimento científico, o primeiro passo consiste em diferenciá-lo de outros tipos de conhecimento existentes”.

Esse grande interesse na definição do conhecimento científico demonstra que é possível identificar nele alguns traços fundamentais que funcionam por oposição aos outros tipos de conhecimento. Essa especificidade alcançada pelo conhecimento científico é algo que deve ser entendido do ponto de vista histórico e institucional. Daí a afirmação de Morin (2005, p. 21) de que a reflexão sobre a ciência é “uma reflexão extra ou meta-científica que não dispõe das virtudes verificadoras da ciência”. Assim, a definição de ciência depende da história do surgimento e do desenvolvimento da prática científica, ou seja, a idéia que hoje se faz da ciência teve origem a partir da consideração de uma série de práticas que foram ao longo da história consideradas como científicas. Japiassu (1975, p. 10), ao discutir o conceito de ciência, afirma que “não existe definição *objetiva*, nem muito menos *neutra*, daquilo que é

ou não a *ciência*” e oferece uma descrição de como a idéia de ciência é formada no imaginário das pessoas:

Para o grande público, ciência é um conjunto de conhecimentos “puros” ou “aplicados”, produzidos por métodos rigorosos, comprovados e objetivos, fazendo-nos captar a realidade de um modo distinto da maneira como a filosofia, a arte, a política ou a mística a percebem. Segundo essa concepção, os contornos da ciência são mal definidos. O protótipo do conhecimento científico permanece a física, em torno da qual se ordenam a matemática e as disciplinas biológicas. A esse conjunto, opõem-se os conhecimentos aplicados e técnicos, bem como as disciplinas chamadas de “humanas”. A verdadeira ciência seria um conhecimento independente dos sistemas sociais e econômicos. Seria um conhecimento que, baseando-se no modelo fornecido pela física, se impõe como uma espécie de ideal absoluto. (JAPIASSU, 1975, p. 9)

No campo da epistemologia, da filosofia da ciência e da história da ciência, diversos estudiosos debatem esse tema e apresentam, muitas vezes, opiniões diversas de quais sejam realmente as características fundamentais da ciência. Não nos preocuparemos aqui em investigar as origens históricas mais remotas da ciência, nem em fazer uma listagem exaustiva de suas características ou de todos os autores e autoras que manifestaram sua opinião sobre o que é ciência. O que se fará aqui é uma seleção de autores (não por acaso, homens¹), cujo critério é o fato de terem destaque na discussão do problema do conhecimento científico.

Foucault (1999) afirma que sua “investigação arqueológica mostrou duas grandes descontinuidades na *epistémê* da cultura ocidental: aquela que inaugura a idade clássica (por volta dos meados do século XVII) e aquela que, no início do século XIX, marca o limiar de nossa modernidade”. (FOUCAULT, 1999, p. XIX). Concentraremos nossa atenção no segundo período como aquele que melhor representa o ideal de ciência atual, principalmente no que diz respeito ao positivismo. O interesse nesse período se deve também ao fato de que é nesse contexto que surgem as ciências humanas.

O século XIX é conhecido como a era da positividade. O termo “positivismo” foi adotado pelo filósofo e matemático francês Auguste Comte (1978) para designar o seu sistema filosófico e passou a denominar depois a grande corrente filosófica que marca o século XIX e a concepção moderna de ciência, tendo suas implicações ainda em nossos dias, já que, como demonstram Cameron et al. (1992, p. 7) “o positivismo é a posição ‘hegemônica’, aquela que os cientistas geralmente tem sido instruídos a considerar não como um método científico, mas como o método científico”². Para Abbagnano (2000, p. 776), “a característica do positivismo é a romantização da ciência, sua devoção como o único guia da

¹ Como argumenta Löwy (2000, p. 24), “não devemos esquecer que a ciência é um empreendimento cumulativo e que seu passado – do qual as mulheres foram excluídas – continua pesando sobre seu presente”.

² “[...] positivism is the ‘hegemonic’ position, the one scientists have generally been taught to regard not as a scientific method but as *the* scientific method” (CAMERON et al., 1992, p. 7). [Todas as traduções, feitas nesta dissertação, dos originais em língua inglesa são de minha responsabilidade.]

vida individual e social do homem, único conhecimento, única moral, única religião possível”. Por isso, devemos encará-lo não com preocupações cronológicas ou como algo que já está superado, mas como uma visão de ciência que ainda possui grande força na contemporaneidade.

Japiassu (1975) aponta como principais características da concepção positivista de ciência a crença na razão científica, na experiência sensível, no dado fenomenológico, no naturalismo, bem como a confiança no êxito e na auto-suficiência do conhecimento científico. Essas características conduzem ao dogmatismo, como demonstra Santos (1989):

O positivismo lógico representa, assim, o apogeu da dogmatização da ciência, isto é, de uma concepção de ciência que vê nesta o aparelho privilegiado da representação do mundo, sem outros fundamentos que não as proposições básicas sobre a coincidência entre a linguagem unívoca da ciência e a experiência ou observação imediatas, sem outros limites que não os que resultam do estágio do desenvolvimento dos instrumentos experimentais ou lógico-dedutivos. (SANTOS, 1989, p. 22)

O positivismo tem uma influência decisiva sobre a definição de ciência que povoa o imaginário das pessoas. Bouveresse (1974), ao discutir a filosofia das ciências do positivismo lógico, demonstra essa importância e argumenta que, quando o positivismo é negado, também se coloca em dúvida os critérios para distinguir o científico do não-científico, já que foi o positivismo que ofereceu e que ainda oferece o modelo para essa distinção:

Devemos observar que – como isto parece quase uma aquisição hoje em dia – se o programa do neopositivismo lógico fosse inteiramente irrealizável e não tivesse sido realizado, talvez não haja razão para nos mostrarmos particularmente contentes, pois isso prova antes de tudo, num certo sentido, que somos, de um modo geral, incapazes de dizer o que distingue uma explicação “científica” de outro tipo de explicação. (BOUVERESSE, 1974, p. 76)

De acordo com Japiassu (1978, p. 84), a concepção positivista de ciência dá origem ao cientificismo, que pode ser considerado como a forma contemporânea do entendimento científico. Embora o cientificismo ingênuo do século XIX sofra algumas alterações, o autor afirma que ele adquire contornos muito mais radicais na contemporaneidade. Entre as principais características da mentalidade cientificista contemporânea apresentadas pelo autor (JAPIASSU, 1975, p. 82-84), podemos citar: a confiança na total autonomia intelectual da ciência e em sua repercussão prática sobre a vida humana (através da técnica); a crença de que o conhecimento científico é verdadeiro e real; a ênfase na análise quantitativa e nos experimentos de laboratório; a concepção mecanicista, formalista ou analítica da natureza; a especialização; a supremacia da razão e do intelecto e o método experimental e dedutivo. Para Japiassu (1975, p. 93), o cientificismo, que a princípio

pode ser visto como uma teoria do conhecimento e da ciência, não é apresentado explicitamente como tal. Ele muitas vezes assume o caráter de “atitude espiritual”, de “ideologia” ou até mesmo de “religião”, como demonstrado pelo autor, no trecho seguinte:

O cientificismo está profundamente arraigado, hoje, nas mentalidades. Podemos até dizer que ele suplantou o prestígio das antigas religiões. Ele se insinua e penetra nos sistemas educacionais e “controla” o pensamento universitário. [...]. Na verdade, o ensino das ciências é muito mais um ensino dogmático, como previra Comte, que uma introdução e preparação à pesquisa. Para quem tem uma mentalidade cientificista, a ciência é ensinada como se fosse uma “verdade revelada”. Por isso o poder da palavra “ciência”, sobre a mentalidade do grande público, é de essência quase mística e, certamente, irracional. Para o comum dos mortais, a ciência se apresenta como uma espécie de magia negra, sua autoridade sendo ao mesmo tempo indiscutível e incompreensível. (JAPIASSU, 1975, p. 88-89)

Embora seja uma mentalidade arraigada e um pressuposto de difícil explicitação, o cientificismo tornou-se alvo de duras críticas a partir de meados do século XX até a atualidade. Para Japiassu (1975, p. 91), “uma crítica aos fundamentos epistemológicos do cientificismo e aos seus suportes ideológicos significa colocar em questão o próprio conceito de *ciência*”. Segundo o autor, o cientificismo está apoiado em dois mitos: “a) o da ciência conduzindo *necessariamente* ao progresso; b) o da *ciência pura*”. Espera-se, portanto, que um questionamento do cientificismo (e de toda mentalidade positivista) coloque em dúvida esses mitos. É o que ocorre, pelo menos em parte, com a crítica antipositivista da ciência efetuada por três grandes filósofos: Popper (1982, 2001), Kuhn (1979, 2001) e Feyerabend (1977, 1979). Considerados como os três grandes céticos responsáveis pelas principais renovações no pensamento sobre a ciência no século XX, as idéias desses filósofos demonstram um percurso de desdogmatização da ciência. Horgan (1998), após entrevistar os três filósofos, apresenta sua conclusão sobre o que há de comum entre eles:

A filosofia dominante na Europa no início deste século era o positivismo lógico, segundo o qual só podemos saber que algo é verdadeiro se for possível demonstrá-lo lógico ou empiricamente. Os positivistas tinham a matemática e a ciência como fontes supremas de verdade. Popper, Kuhn e Feyerabend – cada um à sua maneira e por suas próprias razões – procuravam contestar essa atitude bajuladora em relação à ciência. Esses filósofos compreendiam que, numa era de ascensão da ciência, o objetivo mais elevado da filosofia deve ser o de colocar em xeque a ciência, infundindo a dúvida nos cientistas. Só assim a busca humana do conhecimento pode continuar aberta, potencialmente infinita; só assim podemos continuar assombrados diante do mistério do universo. (HORGAN, 1998, p. 50)

Para começar nossa discussão, destacamos que Popper (2001, p.35) inclui entre os problemas fundamentais da teoria do conhecimento a demarcação, que ele define como “o problema de estabelecer um critério que nos habilite a distinguir entre as ciências empíricas, de uma parte, e a Matemática e a Lógica, bem como os sistemas ‘metafísicos’, de outra”

(POPPER, 2001, p. 35). O que Popper chama de ciência empírica é para ele o conhecimento científico por excelência, sendo a Lógica e a Matemática um grupo a parte³. O autor (POPPER, 2001, 36) considera como tarefa básica de qualquer epistemologia a busca por um critério de demarcação para separar a ciência da metafísica:

[...] a primeira tarefa da lógica do conhecimento é a de elaborar um *conceito de ciência empírica*, de maneira a tornar tão definida quanto possível uma terminologia até agora algo incerta, e de modo a traçar uma clara linha de demarcação entre Ciência e idéias metafísicas – ainda que essas idéias possam ter favorecido o avanço da Ciência através de sua história. (POPPER, 2001, p. 40)

Popper (2001, p. 40) apresenta como uma característica fundamental da ciência empírica a sua pretensão a representar apenas “o ‘mundo real’ ou o ‘mundo de nossa experiência’”. Esclarecendo melhor, o autor afirma que um sistema de ciência empírica deve obedecer a três critérios: a) deve ser sintético, representar um mundo não contraditório, um mundo possível; b) deve ser não metafísico, representar um mundo de experiência real; c) deve ser submetido a provas e resistir a essas provas, o que significa admitir a aplicação do método dedutivo. Popper (2001, p.41) opõe-se fortemente à indução e considera logicamente inadmissíveis quaisquer tipos de inferências que levem a teorias, partindo-se de enunciados singulares verificados por experiência. O autor propõe o “método dedutivo de prova”, segundo o qual “uma hipótese só admite prova empírica – e tão somente *após* ter sido formulada” (POPPER, 2001, p. 30). Essa postura dedutivista leva-o a afirmar que “as teorias nunca são empiricamente verificáveis” (POPPER, 2001, p. 41-42), culminando na sua tese da falseabilidade:

[...] só reconhecerei um sistema como empírico ou científico se ele for passível de comprovação pela experiência. Essas considerações sugerem que deve ser tomado como critério de demarcação, não a *verificabilidade*, mas a *falseabilidade* de um sistema. Em outras palavras, não exigirei que um sistema científico seja suscetível de ser dado como válido, de uma vez por todas, em sentido positivo; exigirei, porém, que sua forma lógica seja tal que se torne possível validá-lo através de recurso a provas empíricas, em sentido negativo; *deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico*. (POPPER, 2001, p. 42)

A grande inovação de Popper (1982, 2001) diz respeito ao papel desempenhado pela crítica no progresso da ciência. Segundo o autor, “para avaliar uma teoria o cientista deve indagar se pode ser criticada – se se expõe a críticas de todos os tipos e, em caso afirmativo, se resiste a essas críticas” (POPPER, 1982, p. 284). Popper (2001, p. 49) se opõe, então, à visão dogmática da ciência positivista ao defender que “não podem existir enunciados

³ A Lógica e a Matemática são incluídas tradicionalmente entre as Ciências Formais. Em seu critério de demarcação da ciência empírica, Popper (1982, p. 283) exclui o “campo da lógica e da matemática puras”.

definitivos em ciência”, isto é, que não sejam suscetíveis de teste e refutação pelo método do falseamento. Tendo em vista a importância da testabilidade e da refutabilidade na argumentação do autor, a prova (ou teste) surge como um conceito fundamental:

[...] eu sustento que as teorias científicas nunca são inteiramente justificáveis ou verificáveis, mas que, não obstante, são suscetíveis de se verem submetidas a prova. Direi, conseqüentemente, que a *objetividade* dos enunciados científicos reside na circunstância de eles poderem ser *intersubjetivamente submetidos a teste*. (POPPER, 2001, p. 46)

A análise lógica do conhecimento científico proposta por Popper (1982, 2001) leva-o a ficar preso ao conceito de objetividade científica, como foi possível perceber pelo trecho citado acima. A objetividade defendida pelo autor é a mesma que está na base do cientificismo e que se concretiza em experimentos exaustivamente repetidos em situações de regularidade, como é demonstrado neste trecho:

Só quando certos acontecimentos se repetem segundo regras e regularidades, tal como é o caso dos experimentos passíveis de reprodução, podem as observações serem submetidas à prova – em princípio – por qualquer pessoa. Não tomamos muito seriamente nem mesmo nossas próprias observações e não as vemos como observações científicas, até as havermos repetido e submetido à prova. Somente por meio de tais repetições podemos chegar a convencer-nos de não estar frente a uma simples “coincidência” isolada, mas diante de acontecimentos que, por força de sua regularidade e possibilidade de reiteração, colocam-se, em princípio, como intersubjetivamente suscetíveis de prova. (POPPER, 2001, p. 47)

Enquanto Popper (2001) se concentra nos episódios extraordinários e considera o progresso da ciência como uma espécie de seleção natural, onde os conhecimentos são submetidos “à mais violenta luta pela sobrevivência” (POPPER, 2001, p. 44), Kuhn (2001) destaca a importância dos períodos de ciência normal que, segundo o autor, “frequentemente suprime novidades fundamentais, porque estas subvertem necessariamente seus compromissos básicos” (KUHN, 2001, p. 24). Para Kuhn:

[...] é precisamente o abandono do discurso crítico que assinala a transição para uma ciência. Depois que um campo opera essa transição, o discurso crítico só se repete em momentos de crise, quando estão em jogo as bases desse campo. Apenas quando precisam escolher entre teorias concorrentes os cientistas se comportam como filósofos. (KUHN, 1979, p. 12)

Nesse sentido, pelo menos três conceitos são importantes para o entendimento da filosofia da ciência de Kuhn (2001): ciência normal, paradigma e revolução científica. Kuhn (2001, p. 44) chama de ciência normal as operações de limpeza com as quais a maioria dos cientistas se ocupa durante toda a carreira. Segundo o autor, essas operações são “uma tentativa de forçar a natureza a encaixar-se dentro dos limites preestabelecidos e relativamente inflexíveis fornecidos pelo paradigma” (KUHN, 2001, p. 44). Esclarecendo melhor:

A ciência normal não tem como objetivo trazer à tona novas espécies de fenômeno; na verdade, aqueles que não se ajustam aos limites do paradigma frequentemente nem são vistos. Os cientistas também não estão constantemente procurando inventar novas teorias; frequentemente mostram-se intolerantes com aquelas inventadas por outros. Em vez disso, a pesquisa científica normal está dirigida para a articulação daqueles fenômenos e teorias já fornecidos pelo paradigma. (KUHN, 2001, p. 45)

Uma das diferenças entre Popper e Kuhn é a ênfase que este último dá “à importância de um compromisso profundo com a tradição” (KUHN, 1979, p. 7) e ao comprometimento do cientista com o paradigma. Kuhn (2001, p. 13) entende como paradigmas “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. Para o autor, o conceito de paradigma é importante por “destacar a dependência da pesquisa científica para com exemplos concretos, que lançam uma ponte sobre o que de outro modo seriam lacunas na especificação do conteúdo e na aplicação das teorias científicas” (KUHN, 1979, p. 23-24). Alguns exemplos apontados pelo autor (KUHN, 2001, p. 44) são: “a análise aristotélica do movimento, os cálculos ptolomaicos das posições planetárias, o emprego da balança por Lavoisier ou a matematização do campo eletromagnético por Maxwell”.

Kuhn (1979) se opõe também à teoria do falseamento proposta por Popper (2001). Enquanto este vê no teste o traço fundamental da ciência, para Kuhn (1979, p. 13) a solução de enigmas é o “critério menos equívoco e o mais fundamental”, porque se trata da prática mais recorrente na ciência normal. Kuhn (1979, p. 16) argumenta que o teste não é imprescindível para as revoluções que ocasionam o progresso da ciência. Algumas teorias podem ser substituídas sem passar por testes, mas não sem deixar de sustentar satisfatoriamente uma tradição de solução de enigmas. O autor usa a solução de enigmas como um critério que explica o fato de a astronomia ser considerada científica e a astrologia não:

Embora a astronomia e a astrologia fossem quase sempre praticadas pelas mesmas pessoas, incluindo Ptolomeu, Kepler e Tycho Brahe, nunca existiu um equivalente astrológico da tradição astronômica de solução de charadas. E sem charadas, que pudessem primeiro desafiar e depois testar o engenho do profissional, a astrologia não poderia ter-se tornado ciência, ainda que as estrelas controlassem, de fato, o destino humano. (KUHN, 1979, p. 16)

As revoluções científicas, último conceito que nos resta elucidar, começam a ocorrer quando surgem anomalias, ou seja, quando algo, na resolução de um problema, não ocorre conforme o previsto. O compromisso com o paradigma e a resistência às mudanças impedem que os cientistas sejam perturbados por problemas irrelevantes, já que eles “não

renunciam ao paradigma que os conduziu à crise”, nem “tratam as anomalias como contra-exemplos do paradigma” (KUHN, 2001, p. 107). O que os cientistas fazem é tentar resolver os problemas, adaptando as categorias conceituais para que o anômalo se converta no previsto (KUHN, 2001, p. 91). Para Kuhn (2001, p. 110), “rejeitar um paradigma sem simultaneamente substituí-lo por outro é rejeitar a própria ciência”, portanto, uma teoria que tem o estatuto de paradigma só é invalidada quando existe uma alternativa disponível para substituí-la (KUHN, 2001, p. 108). Kuhn (2001) argumenta que nenhum paradigma aceito como base para uma pesquisa científica consegue resolver todos os seus problemas e, por isso, embora a ciência normal suprima as novidades, ela possui intrinsecamente a habilidade de gerar crises, já que cada problema visto como quebra-cabeça pode também ser visto como contra-exemplo e, portanto, como fonte de crise. De acordo com o autor (KUHN, 2001, p. 110), “a crise, ao provocar uma proliferação de versões do paradigma, enfraquece as regras de resolução dos quebra-cabeças da ciência normal, de tal modo que acaba permitindo a emergência de um novo paradigma” e culminando no que ele chama de revolução científica:

[...] quando os membros da profissão não podem mais se esquivar das anomalias que subvertem a tradição existente da prática científica – então começam as investigações extraordinárias que finalmente conduzem a profissão a um novo conjunto de compromissos, a uma nova base para a prática da ciência. Nesse ensaio, são denominados de revoluções científicas os episódios extraordinários nos quais ocorre essa alteração de compromissos profissionais. (KUHN, 2001, p. 25)

Kuhn (2001) ressalta o caráter não-cumulativo da revolução e, portanto, rejeita o parecer de que o progresso da ciência se dê por um acúmulo de conhecimentos. No processo revolucionário, uma teoria é considerada inválida por não conseguir enfrentar desafios importantes e é, então, substituída por uma nova teoria, incompatível com a anterior:

A transição de um paradigma em crise para um novo, do qual pode surgir uma nova tradição de ciência normal, está longe de ser um processo cumulativo obtido através de uma articulação do velho paradigma. É antes uma reconstrução da área de estudos a partir de novos princípios, reconstrução que altera algumas das generalizações teóricas mais elementares do paradigma, bem como muitos de seus métodos e aplicações. (KUHN, 2001, p. 116)

Para Kuhn (2001), a rejeição de uma teoria em favor de outra não se dá por critérios exclusivamente lógicos. Segundo o autor, “a competição entre segmentos da comunidade científica é o único processo histórico que realmente resulta na rejeição de uma teoria ou na adoção de outra” (KUHN, 2001, p. 27). Daí a sua abordagem sociológica e psicológica do conhecimento científico:

Já devia estar claro que a explicação, na análise final, precisa ser psicológica ou sociológica. Isto é, precisa ser a descrição de um sistema de valores, uma ideologia,

juntamente com uma análise das instituições através das quais o sistema é transmitido e imposto. Sabendo a que os cientistas dão valor, podemos esperar compreender os problemas pelos quais se responsabilizarão e as escolhas que farão em determinadas circunstâncias de conflito. (KUHN, 1979, p. 29)

A filosofia da ciência proposta por Feyerabend (1977, 1979) subverte muitas das idéias apresentadas por Popper e Kuhn. O argumento principal do autor é que “a ciência é um empreendimento essencialmente anárquico: o anarquismo teórico é mais humanitário e mais suscetível de estimular o progresso do que suas alternativas representadas por ordem e lei” (FEYERABEND, 1977, p. 17). Tendo isso em vista, “o único princípio que não inibe o progresso é: *tudo vale*” (FEYERABEND, 1977, p. 27). Feyerabend (1979) critica, então, o conceito kuhniano de ciência normal enquanto período que caracteriza a maturidade da ciência. A crítica se deve ao fato de a ciência normal de Kuhn ser exclusivamente monística, ou seja, dominada por um só paradigma. Contra Kuhn, Feyerabend (1979, p. 262) defende que “a ciência que conhecemos não é uma sucessão temporal de períodos normais e períodos de proliferação; é a sua justaposição”. Isso significa que não é só nas revoluções que prolifera uma variedade de teorias concorrentes, mas o tempo todo. E, para Feyerabend (1977, p. 45), “a proliferação de teorias é benéfica para a ciência, ao passo que a uniformidade lhe debilita o poder crítico”. O autor questiona, assim, a existência e a utilidade de uma “ciência pura”:

Claro está que nem toda combinação de elementos científicos e não científicos alcança êxito [...]. Todavia a ciência nem sempre é bem sucedida. Se importa evitar as misturas porque às vezes falham, também a ciência pura (se é que ela existe) há de ser evitada. [...] Combinando essa observação com a percepção de que a ciência não dispõe de método especial, chegamos à conclusão de que a separação entre ciência e não-ciência não é apenas artificial, mas pernicioso para o avanço do saber. Se desejamos compreender a natureza, se desejamos dominar a circunstância física, devemos recorrer a todas as idéias, todos os métodos e não apenas a reduzido número deles. Assim, a asserção de que não há conhecimento fora da ciência – *extra scientiam nulla salus* – nada mais é que outro e convenientíssimo conto de fadas. (FEYERABEND, 1977, p. 462)

Feyerabend (1979) também não acredita na incomensurabilidade entre a teoria antiga e a que a substitui, já que, se elas não pudessem ser comparadas por nenhum parâmetro, não haveria como decidir se uma é melhor que a outra. Para ele, “novas teorias predizem, com freqüência, coisas novas – mas quase sempre às expensas de coisas já conhecidas” (FEYERABEND, 1977, p. 458). O autor vê o progresso da ciência como o resultado da interação de concepções diversas:

Parece que não é a atividade de solução de problemas a responsável pelo crescimento do nosso conhecimento, mas a ativa interação de várias concepções sustentadas com tenacidade. Além disso, a invenção de novas idéias e a tentativa de assegurar-lhes um lugar digno na competição conduzem ao derrubamento de velhos e familiares paradigmas. Essa atividade inventiva ocorre o tempo todo. Entretanto, a

atenção só se volta para ela durante as revoluções. Essa mudança da atenção não reflete nenhuma mudança estrutural profunda [...] não é nada mais que uma mudança de interesse e publicidade. (FEYERABEND, 1979, p. 259)

A substituição de um paradigma por outro é vista por Feyerabend (1979) como um acontecimento tão complexo quanto outras ações humanas. Segundo ele, os cientistas podem abandonar um paradigma por frustração e “matar os representantes do *status quo* seria outra maneira de acabar com um paradigma” (FEYERABEND, 1979, p. 251). No trecho seguinte, em que vemos também sua crítica à lógica e à metodologia, o autor demonstra essa complexidade:

[...] só os fatos não bastam para levar-nos a aceitar ou rejeitar teorias científicas, pois a margem que deixam ao pensamento é *demasiado ampla*; a lógica e a metodologia eliminam demais, são *demasiado acanhadas*. Entre esses extremos situa-se o sempre cambiante domínio das idéias e desejos humanos. Mais pormenorizada análise dos lances de êxito no jogo da ciência (‘de êxito’ do ponto de vista dos próprios cientistas) mostra, indubitavelmente, que há uma larga faixa de liberdade a *pedir* multiplicidade de idéias e a *permitir* a aplicação de processos democráticos (apresentação-discussão-voto), mas que está obstruída pela política e pela propaganda do poder. (FEYERABEND, 1977, p. 458)

Tendo em vista o posicionamento contrário de Feyerabend (1977, 1979) em relação à possibilidade de separar a ciência da não ciência, outro ponto que ele critica em Kuhn (1979) é a solução de enigmas como um critério de demarcação da ciência. Feyerabend (1979, p. 247), adiantando a discussão proposta neste trabalho, argumenta, ironicamente, que com esse critério poderíamos considerar até mesmo a filosofia de Austin (um dos principais representantes de Oxford) como científica:

[...] se a existência de uma tradição de solução de enigmas é tão essencial, a ocorrência dessa propriedade unifica e caracteriza uma disciplina específica e bem reconhecível; nesse caso não vejo como poderemos excluir de nossas considerações, digamos, a filosofia de Oxford ou, para tomar um exemplo ainda mais extremo, o crime organizado. (FEYERABEND, 1979, p. 247)

É forte na argumentação de Feyerabend (1977) a crítica ao dogmatismo. De acordo com o autor, a ciência, tal qual a conhecemos, seria impossível sem o dogmatismo, tão grande é a sua importância para a preservação do saber científico (FEYERABEND, 1977, p. 452). Numa posição parecida com a de Kuhn (2001), Feyerabend (1977) argumenta que o ceticismo dos cientistas é mínimo, as idéias básicas são protegidas e tudo que não se enquadra no sistema estabelecido é considerado escandaloso ou é ignorado. Segundo o autor, “atacar idéias básicas desperta reações de tabu que não são menos intensas do que as reações de tabu nas chamadas sociedades primitivas” (FEYERABEND, 1977, p. 452). Essa é uma dentre as inegáveis semelhanças entre ciência e mito apontadas pelo autor. Para Feyerabend (1979), a

ciência é apenas uma das muitas formas de pensamento desenvolvidas pela humanidade e não necessariamente a melhor ou a superior:

As ciências, afinal de contas, são nossa própria criação, incluindo todos os severos padrões que elas parecem impor-nos. É bom ter sempre presente o fato de que a ciência, como hoje a conhecemos, não é inelutável e que nós podemos construir um mundo em que ela não desempenhe papel algum (atrevo-me a sugerir que um mundo assim seria mais agradável do que o mundo em que vivemos). (FEYERABEND, 1979, p. 281)

Com isso Feyerabend (1979) questiona o mérito da ciência, ou seja, a possibilidade de ela ser o único e mais sensato meio de resolver os problemas da humanidade. Para o autor, o efeito benéfico da ciência está acima de qualquer indagação crítica devido a uma “aura de perfeição” que a envolve. Fazem parte dessa “aura de perfeição” os ideais de verdade, objetividade, neutralidade e racionalidade. Feyerabend (1977) propõe, dessa forma, a não-racionalidade. Para o autor, a ciência como uma criação humana não pode ser inteiramente racional. Existem complexas condições físicas e históricas que exercem influência na evolução científica e isso impede a visão da ciência como uma estrutura neutra, que encerra apenas conhecimento positivo, independente de cultura, ideologia, preconceito ou superstição:

Existindo a ciência, a razão não pode reinar universalmente, nem a sem-razão pode ver-se excluída. Esse traço da ciência pede uma epistemologia anárquica. A compreensão de que a ciência não é sacrossanta e de que o debate entre ciência e mito se encerrou sem vitória para qualquer dos lados empresta maior força ao anarquismo. (FEYERABEND, 1977, p. 267)

Embora Popper, Kuhn e Feyerabend sejam semelhantes no que diz respeito a uma postura antidogmática em relação à ciência, vimos que suas idéias são bastante divergentes. Popper (1982, 2001) propõe a crítica, mas aposta na lógica com todos os seus valores agregados, conservando uma certa visão de pureza e de progresso cumulativo da ciência. Kuhn (1979, 2001) investe em uma análise sociológica da ciência, enfatizando o seu caráter convencional e a importância do fator humano e da comunidade científica na mudança de paradigma. Por outro lado, Feyerabend (1977, 1979) radicaliza com a sua proposta anárquica, contrária a qualquer tipo de pureza científica e bastante crítica em relação ao progresso da ciência. O objetivo principal de discutir aqui as idéias desses três filósofos é mostrar como a própria crítica é divergente e como nem sempre os críticos estão dispostos a abrir mão de todos os seus pressupostos cientificistas. A propósito, para Horgan (1998), nenhum dos três filósofos abandona completamente a sua fé na ciência, mesmo Feyerabend, que, na visão desse autor, é o que vai mais longe em seu ceticismo:

Como é que um cético evita tornar-se Karl Popper, batendo na mesa e gritando que *não é dogmático*? Ou Thomas Kuhn, tentando comunicar com precisão o que quer dizer quando fala sobre a impossibilidade da verdadeira comunicação? Só existe um caminho. Ele deve aceitar – até se deleitar com – o paradoxo, a contradição, o exagero retórico. Deve reconhecer que o ceticismo é um exercício necessário, mas impossível. Deve tornar-se Paul Feyerabend. (HORGAN, 1998, p. 67)

Como foi possível perceber, a forma de responder à pergunta lançada no início desta seção (o que é ciência) foi sendo delineada a partir de uma seleção de leituras e de idéias, tendo em vista a longa tradição de discussão desse tema e a sua complexidade. Como argumenta Feyerabend (1977):

‘Tudo vale’ não significa leia eu tudo quanto se escreve – valha-me Deus! Significa fazer eu a seleção de maneira muito individual e própria, em parte porque não posso dar-me ao incômodo de ler o que não me interessa – e meus interesses mudam de semana para semana, de dia para dia – e, em parte, por estar convencido de que a Humanidade e mesmo a Ciência lucrarão se cada um de nós se dedicar a seu próprio campo. (FEYERABEND, 1977, p. 335)

Seguindo o conselho de Feyerabend, nesse trecho em que parece defender a especialização (um traço cientificista), o que será feito na próxima seção é, portanto, uma discussão do conceito de ciência no campo dos estudos da linguagem, que nos interessa mais especialmente neste trabalho.

1.2. É possível teorizar cientificamente sobre a linguagem?

A definição do objeto de estudo de uma disciplina é fundamental para que ela consiga delimitar os fenômenos que estão sob sua competência, aplicar a eles um estudo sistemático e, com isso, adquirir o *status* de ciência. A complexidade do fenômeno lingüístico transforma essa tarefa em um problema para as várias disciplinas que lidam com a linguagem natural, fato que já havia sido detectado por Ferdinand de Saussure (1994), o grande nome da lingüística moderna:

Na maioria dos domínios que são objeto da Ciência, a questão das unidades sequer se esboça: são dadas de começo. Assim, em Zoologia, é o animal que se oferece desde o primeiro instante. A Astronomia opera também com unidades separadas no espaço: os astros; em Química, podem se estudar a natureza e a composição do bicromato de potássio sem duvidar um só instante de que seja um objeto bem definido. A língua apresenta, pois, este caráter estranho e surpreendente de não oferecer entidades perceptíveis à primeira vista, sem que se possa duvidar, entretanto, de que existam e que é seu jogo que a constitui. (SAUSSURE, 1994, p. 124)

A esse respeito, Saussure afirmava, à época de seus Cursos de Lingüística Geral, que os lingüistas ainda não estavam conscientes da centralidade desse problema e das

dificuldades que ele suscitava. Para o autor, os lingüistas “contentaram-se sempre em operar com unidades mal definidas” (SAUSSURE, 1994, p. 129). O certo é que, a partir de Saussure e do estabelecimento da lingüística como ciência no início do século XX, muitos debates se têm constituído em torno dessa questão, principalmente no que diz respeito à delimitação das subáreas da lingüística e de seus diferentes enfoques. Lopes da Silva (2006, p. 26) considera a figura de Saussure, como pai fundador, um dos mais importantes mitos de sustentação da lingüística como ciência positiva. Sabemos que a influência de Saussure com suas conseqüências estruturalistas é importante também para outras disciplinas do campo chamado de ciências humanas, como é demonstrado por Ilari (2004):

[...] a lingüística foi encarada como a matriz possível de toda a atividade científica, ou pelo menos de todas as ciências que se propõem a analisar algum tipo de comunicação. Obviamente, todas as ciências humanas, na medida em que lidam com valores e representações, analisam algum tipo de troca simbólica, e isso fez com que muitos autores que atuavam nesse campo aderissem ao estruturalismo. (ILARI, 2004, p. 76)

Passadas algumas décadas, a lingüística tem se deparado cada vez mais com as implicações que a linguagem, um fato humano, traz para a sua pretensão científica. O próprio objeto eleito por Saussure, a língua, tem sido alvo de reflexões críticas que a colocam na posição semelhante a de um mito. Makoni e Meinhof (2006, p. 193) afirmam que “uma língua é uma invenção, uma construção” e seu estudo “difere da busca por conhecimento em outras áreas, uma vez que o objeto de estudo ‘língua’ não é dado de antemão” (MAKONI; MEINHOF, 2006, p. 209). Embora a lingüística, nas mãos de Saussure, tenha estado no topo das ciências humanas, ela acabou não escapando de um tema que é bastante recorrente quando se discute o estatuto dessas ciências: a cientificidade.

Como já afirmamos, as ciências humanas surgem num contexto de positividade (JAPIASSU, 1978), por isso existe um grande esforço inicial para afirmá-las como ciência, nos moldes das ciências naturais. Auguste Comte (1978), o fundador do positivismo e da Sociologia, defendia o estudo das sociedades por meio de métodos científicos e objetividade. As idéias de Comte (1978) são polêmicas justamente pela relação paradoxal que existe entre humanidade e cientificidade. Japiassu (1978) vê a tentativa de conciliar essas duas coisas como uma ilusão das ciências humanas:

O que pretendemos denunciar são algumas de suas ilusões, entre as quais destacam-se duas: a de serem *ciências* e a de serem *humanas*. Porque tudo indica que, em nossos dias, sua pretensa *cientificidade* é proporcional à sua *desumanidade*: quanto mais científicas se tornam, menos humanas se revelam. E na medida em que se tornam humanas, perdem seu caráter científico. Toda a desgraça das ciências

humanas reside no fato de terem que lidar com um *objeto que fala*. (JAPIASSU, 1978, p. 9)

Para Santos (2004), existe uma outra vertente que reivindica para as ciências sociais (e, em consequência, para as humanidades) um estatuto metodológico próprio, ou seja, uma outra concepção de ciência. Para essa vertente, as ciências sociais serão sempre subjetivas e não objetivas como as ciências naturais e, dessa forma, deveriam empregar “métodos qualitativos em vez de quantitativos, com vista à obtenção de um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo, em vez de um conhecimento objectivo, explicativo e nomotético.” (SANTOS, 2004, p. 38-39).

Santos (2004) argumenta que, tanto a vertente que procura estudar os fenômenos sociais como se fossem naturais, quanto essa outra vertente que procura uma metodologia própria, mantêm intacta a superioridade das ciências naturais que caracteriza o modelo positivista de racionalidade científica. Em oposição a essas visões, o autor defende a existência de uma crise na ciência contemporânea, que tem demonstrado cada vez mais “que todo o conhecimento científico é socialmente construído, que o seu rigor tem limites inultrapassáveis e que a sua objectividade não implica a sua neutralidade” (SANTOS, 2004, p. 9). Para o autor, com essa crise, ocorre uma superação da dicotomia entre ciências naturais e ciências sociais. É como se se passasse a perceber que “os obstáculos ao conhecimento científico da sociedade e da cultura são de fato condições do conhecimento em geral, tanto científico-social como científico-natural” (SANTOS, 2004, p. 70). Essa é também a postura defendida por Morin (2005), para quem o próprio conceito de ciência pode estar passando por modificações:

[...] seria grosseiro sonhar com uma ciência purgada de toda a ideologia e onde não houvesse mais que uma única visão do mundo ou teoria “verdadeira”. De fato, o conflito das ideologias, dos pressupostos metafísicos (conscientes ou não) é condição *sine qua non* da vitalidade da ciência. Aqui se opera uma necessária desmistificação: o cientista não é um homem superior, ou desinteressado em relação aos seus concidadãos; tem a mesma pequenez e a mesma propensão para o erro. O jogo a que se dedica esse, sim, é superior num universo ideológico, religioso, político, onde esse jogo é bloqueado ou falseado. O físico não é mais inteligente do que o sociólogo, que ainda não consegue fazer da sociologia uma ciência. É que, em sociologia, é muito mais difícil estabelecer a regra do jogo: a verificação experimental é quase impossível, a subjetividade está sempre comprometida. (MORIN, 2005, p. 24-25)

Porém, é possível ver nessa desmistificação da ciência, como é proposta por Morin (2005) e também por Santos (2004), uma forma de defesa do estatuto científico das ciências humanas. Ora, ao questionar as características dogmáticas da ciência, esses autores tentam mostrar que não são só as ciências humanas que possuem particularidades não

tratáveis por métodos científicos precisos, mas a física, a matemática, a biologia também. Essa postura parece manifestar um desejo camuflado de defender a cientificidade dos fatos humanos.

Não se pretende, aqui, fazer o movimento positivista de defender uma suposta superioridade das ciências naturais, mas não se pode também fazer vistas grossas a um certo poder que o termo ciência alcançou ao longo da história e à visão de conhecimento bastante específica que ele carrega. Vimos, na seção anterior, que a palavra ciência é citada pelos autores, na maior parte das vezes, no singular. Portanto, não podemos encerrar essa discussão sem tocar na seguinte questão: existe só uma ciência ou várias? Granger (1994, p. 45) afirma, com toda a segurança, que existe “*um* espírito e um só tipo de visão propriamente científica”. O autor entende essa unidade não no sentido forte proposto pelo positivismo, mas num sentido mais fraco, que, em suas palavras, “fará justiça de maneira mais clara à pluralidade de métodos e de objetos, associada à unidade de uma comum *visão* de conhecimento” (GRANGER, 1994, p. 42). Contra a visão anárquica de Feyerabend, Granger (1994, p. 45-49) propõe três traços característicos da visão científica: a) a ciência é a visão de uma realidade e deve resistir à fantasia, ao devaneio e à imaginação; b) a ciência visa descrever e explicar objetos e não diretamente agir, ou seja, o objetivo da ciência é a satisfação de compreender e buscar a verdade; c) a ciência tem como preocupação constante os critérios de validação, isto é, uma descoberta deve ser passiva de repetição em situações de controle experimental.

Para Granger (1994, p. 11), a segunda metade do século XX é uma época marcada pelo desenvolvimento explosivo da ciência. O autor enumera uma série de conquistas recentes da ciência nos diversos campos, mas tem dificuldade quando chega às ciências humanas:

[...] não acreditamos que algum observador de boa fé possa apontar, no período em questão, uma descoberta ou uma formulação teórica nova acerca dos fatos humanos que pretenda colocar-se em pé de igualdade com as que foram indicadas nas ciências da natureza ou nas matemáticas. (GRANGER, 1994, p. 15)

Esse é um primeiro indício, na argumentação de Granger (1994), de sua posição contrária à atribuição de cientificidade aos estudos das humanidades. A propósito, do início ao fim de sua obra, o autor trata quase exclusivamente de acontecimentos no campo das ciências da natureza e das matemáticas. Na conclusão de seu texto, Granger (1994) aponta como única limitação da ciência a investigação dos fatos humanos:

Devemos traçar fronteiras à ciência? A resposta é *não*, no sentido que nenhuma razão derivada da natureza da ciência obrigue a se delimitar seu campo de investigação. No entanto, nem toda espécie de fenômeno lhe é igualmente acessível. O obstáculo único, mas radical, me parece ser a realidade *individual* dos acontecimentos e dos seres. O conhecimento científico exerce-se plenamente quando

pode *neutralizar* essa individuação, sem alterar gravemente seu objeto, como acontece em geral nas ciências da natureza. No caso dos fatos humanos, ela se empenha por envolver cada vez mais estreitamente o individual em redes de conceitos, sem esperar um dia poder atingi-lo. Este é o único sentido de uma limitação da ciência. (GRANGER, 1994, p. 113)

A posição de Granger (1994) tem a grande vantagem de não ignorar o poder que tem essa visão de conhecimento que se chama ciência e que, inegavelmente, está presente no campo da físico-química, da biologia e da matemática, justamente onde a mídia e a opinião pública a colocam. Para Granger (1994, p. 114), a ciência é algo para se ter “uma admiração profunda e uma confiança razoável”. Lembrando a afirmação de Rajagopalan (2003, p. 77) de que “a palavra ‘ciência’ tem ao redor de si uma certa aura – o suficiente para atrair novos seguidores e impressionar aqueles que se encontram do lado de fora”, é possível identificar na ciência um instrumento de poder e, ao mesmo tempo, de exclusão. A esse respeito, Žižek (1996) afirma:

No que concerne à ciência, esta, é claro, não é neutra, no sentido de um conhecimento objetivo que não seja afetado pela luta de classes e esteja à disposição de todas as classes, mas, por essa mesma razão, ela é *uma*; não existem duas ciências, e a luta de classes é precisamente a luta por essa ciência única, por quem irá apropriar-se dela. (ŽIŽEK, 1996, p. 28-29)

Talvez seja o momento de as ciências humanas deixarem de participar dessa luta. A melhor forma de resistência poderia ser simplesmente o abandono da tentativa de alcançar o título de ciência. Neste sentido, é brilhante a argumentação de Foucault (1999):

Inútil, pois, dizer que as “ciências humanas” são falsas ciências; a configuração que define sua positividade e as enraíza na *epistémê* moderna coloca-as, ao mesmo tempo, fora da situação de serem ciências; e se se perguntar então por que assumiram esse título, bastará lembrar que pertence à definição arqueológica de seu enraizamento o fato de que elas requerem e acolhem a transferência de modelos tomados de empréstimo a ciências. (FOUCAULT, 1999, p. 507)

Afirmar que as humanidades não são ciências não significa rebaixá-las, significa mostrar que elas podem ser outra coisa, que não é ciência, mas que é uma forma de saber tão importante para o entendimento dos fatos humanos, quanto a ciência é para o estudo dos fatos físico-químicos e biológicos, como argumenta Foucault (1999):

A arqueologia tem, pois, para com elas [as ciências humanas], duas tarefas: determinar a maneira como elas se dispõem na *epistémê* em que se enraízam; mostrar também em que sua configuração é radicalmente diferente daquela das ciências no sentido estrito. Essa configuração que lhes é peculiar não deve ser tratada como um fenômeno negativo: não é a presença de um obstáculo, não é alguma deficiência interna que as fazem malograr no limiar das formas científicas. Elas constituem, na sua figura própria, ao lado das ciências e sobre o mesmo solo arqueológico, outras configurações do saber. (FOUCAULT, 1999, p. 506)

É esse espírito que devemos adotar no estudo da linguagem. Não acreditando que a ciência esteja acima de qualquer dificuldade, mas reconhecendo que não é possível ignorar a complexidade que a linguagem nos impõe. Passar por cima dessa complexidade em nome de *status* científico é perder muito para se chegar a uma meta incompatível com nosso empreendimento e a resultados sempre frustrantes. O fato de a lingüística ter que reafirmar constantemente seu *status* de ciência da linguagem é o que a torna mais irrelevante do ponto de vista social, cultural e político (PENNYCOOK, 2004; RAJAGOPALAN, 2003).

Mas, afinal, o que há de tão espinhoso assim na linguagem que a torna intratável por métodos científicos? Ou, melhor dizendo, por que a linguagem parece sair sempre tão mutilada de um estudo que se diga científico nos moldes positivistas? As respostas podem ser diversas. A primeira, e mais óbvia, diz respeito ao nosso envolvimento cotidiano com a linguagem e a impossibilidade de estabelecermos um distanciamento que nos permita situá-la como um objeto apenas. Na biologia, por exemplo, a linguagem é o meio de análise de um objeto que são os seres vivos. No entanto, na lingüística, o meio de análise e o objeto são a mesma coisa: a linguagem. Lyons (1980, p. 14) chama de *reflexividade* essa capacidade que as línguas naturais têm “para se descreverem e se referirem a elas próprias”. Segundo o autor:

O facto de que não só podemos, como devemos, usar a linguagem para falar acerca da linguagem cria aos lingüistas problemas específicos e, em particular, ao semântico. Este deve certificar-se de que tem ao seu dispor o vocabulário técnico e as convenções notacionais de que precisa para distinguir entre o uso reflexivo e não-reflexivo (ou normal) da linguagem. (LYONS, 1980, p. 14)

Essa distinção de que fala Lyons (1980) é bastante conhecida nos estudos da linguagem sob o título de linguagem objeto e metalinguagem. Jakobson (1975, p. 46), num clássico em que discute os distúrbios da afasia, afirma que o mesmo estoque lingüístico pode ser usado nesses dois níveis da linguagem, ou seja, “podemos falar em português (como metalinguagem) a respeito do português (como linguagem-objeto) e interpretar as palavras e as frases do português por meio de sinônimos, circunlocuções e paráfrases portuguesas”. O autor comenta que essa distinção entre linguagem-objeto e metalinguagem é uma grande contribuição da lógica simbólica. Devido à origem lógica da distinção linguagem-objeto/metalinguagem, quanto maior a pretensão científica da teoria, maior a certeza de que é possível traçar uma barreira separando essas duas linguagens a fim de garantir objetividade e neutralidade. Rajagopalan (1996a) explica bem esse processo:

No sentido ortodoxo, uma teoria científica pretende descrever, explicar e prever o comportamento de um conjunto de fenômenos. Em se tratando da própria linguagem como objeto de estudo, entende-se que todo o esforço teórico deve ser conduzido

valendo-se de uma *metalinguagem*, ou seja, uma outra linguagem qualquer, *qualitativamente* diferente daquela que se acha sob investigação. A justificativa costumeira é a de que, caso contrário, não haveria como evitar que o próprio olhar interferisse na discriminação e identificação do objeto (no caso, a linguagem-objeto) (RAJAGOPALAN, 1996a, p. 234)

Rajagopalan (1996a) reconhece, no entanto, que é impossível alcançarmos um olhar neutro diante da linguagem. De fato, por mais técnica que seja a metalinguagem empregada, ela não deixa de fazer parte da linguagem. Jakobson (1975, p. 46) salienta que essas operações que os lógicos consideram metalingüísticas não são inventadas por eles e “longe de se confinarem à esfera da Ciência, elas demonstram ser parte integrante de nossas atividades lingüísticas habituais”.

Uma outra dificuldade está relacionada ao que de Man (1989) chama de resistência à teoria. Para de Man (1989), a resistência é inerente ao empreendimento teórico em si, mas se intensifica quando o alvo da teorização é a linguagem. Discutir a possibilidade de teorizar sobre a linguagem é questionar o próprio conceito de teoria. Se a teoria é “a busca da unidade subjacente à complexidade que se percebe” (FEYERABEND, 1977, p. 451), ou seja, a busca de princípios básicos e elementares de um fato, teorizar será sempre deixar de fora alguns fenômenos “marginais” que o aparato teórico não é capaz de resolver (DERRIDA, 1991c, p. 166-167). O próprio conceito de teoria é restringido por uma dificuldade constitutiva: toda teoria pressupõe exclusões e recortes que impedem um estudo completo da totalidade dos fenômenos em questão. Um dos motivos da resistência da linguagem à teoria apontados pelo autor é a “resistência à utilização da linguagem sobre a linguagem” (DE MAN, 1989, p. 33), que discutimos anteriormente. Para o autor, a resistência é fruto das próprias características da linguagem:

[...] o elo de ligação, a relação entre palavra e coisa, não é fenomenal mas convencional. Isto dá à linguagem uma considerável liberdade face à limitação referencial, mas torna-a epistemologicamente muito suspeita e volátil, visto deixar de se poder dizer que a sua utilização é determinada por considerações de verdade e falsidade, bem e mal, beleza e fealdade ou prazer e dor. (DE MAN, 1989, p. 30)

A linguagem resiste, portanto, a qualquer tipo de simplificação que caracteriza o empreendimento teórico, mas resiste também à tentativa de totalização. Como defende Derrida (1971, p. 244), a totalização é definida “ora como inútil ora como impossível”. Para o autor, a linguagem exclui a totalização não porque ela seja infinita, mas porque ela constitui um jogo:

Se então a totalização não tem mais sentido, não é porque a infinitude de um campo não pode ser coberta por um olhar ou um discurso finitos, mas porque a natureza do

campo – a saber a linguagem e uma linguagem finita – exclui a totalização: este campo é com efeito o de um *jôgo*, isto é, de substituições infinitas no fechamento de um conjunto finito. (DERRIDA, 1971, p. 244)

Afirmações como “a linguagem carrega em si a necessidade da sua própria crítica” (DERRIDA, 1971, p. 237), e “nada pode vencer a resistência à teoria visto que a teoria é em si a resistência” (DE MAN, 1989, p. 41), oferecem uma perspectiva diferente para o entendimento da teorização sobre a linguagem. No caso específico sob investigação neste trabalho, a proposta de J. L. Austin sobre os atos de fala, torna-se incoerente falar em teoria incompleta ou imprecisa. No próximo capítulo, serão apresentadas algumas categorias de análise propostas por Austin (1976). Tendo em vista a suposta imprecisão dessas categorias, iremos discutir a possibilidade de conferir à proposta austiniana o *status* de teoria. Por outro lado, se a obra de Austin é considerada incompleta, mas exerce tanto fascínio em quem pretende estudar o uso da linguagem, algo de diferente ela deve ter. Nesse sentido, iremos discutir se existe uma revolução em Austin e, em caso afirmativo, em relação a que situação de normalidade ele é revolucionário.

2. “HOW TO DO THEORIES WITH/ABOUT WORDS”: J. L. AUSTIN E A PROBLEMÁTICA DA TEORIZAÇÃO SOBRE A LINGUAGEM

As distinções são tão soltas que os casos não são necessariamente distinguíveis com facilidade: e, de qualquer forma, é claro, esses casos podem ser combinados e normalmente são combinados. Por exemplo, [...] no caso da promessa eu certamente devo pretender: mas eu devo também achar viável o que eu prometo (devo pretender fazê-lo, não apenas tentar fazê-lo) e talvez achar que o destinatário pense que ela seja para o seu benefício, ou que ela é para o seu benefício⁴.

J. L. Austin

How to do things with words é, sem dúvida, um título promissor: ele se compromete, à primeira vista, com a promessa de oferecer uma resposta, de preferência, na forma clássica de um manual. Austin cumpre essa promessa? Muito(a)s de seus crítico(a)s alegam que não e, por isso, acusam-no de não fazer teoria. As justificativas são quase sempre as mesmas: ou a morte prematura do filósofo ou a sua falta de seriedade. Pouco(a)s leitor(a)s dessa obra questionam quais eram, de fato, os compromissos de Austin. O que se pretende, neste capítulo, é buscar no empreendimento austiniano não apenas uma teoria sobre como

⁴ “The distinctions are so loose that the cases are not necessarily easily distinguishable: and anyway, of course, the cases can be combined and usually are combined. For example, [...] in the case of promising I must certainly intend: but I must also think what I promise feasible (must intend to do it, not merely to try to do it) and think perhaps that the promisee thinks it to be to his advantage, or think that it is to his advantage.” (AUSTIN, 1976, p. 41).

fazer coisas com palavras, mas uma reflexão acerca do ato de fazer teoria sobre palavras, tendo como instrumento único essas próprias palavras.

2.1. Um olhar jovem sobre a linguagem e a teoria

A idéia de se refletir sobre o problema da suposta imprecisão dos conceitos de Austin (1976) surge, não só da incógnita que sua obra representa no âmbito da Linguística e da Filosofia, como também da necessidade de se pensar numa crítica constantemente feita à teoria austiniana: apesar do autor abordar de forma inédita algumas questões fundamentais sobre a linguagem, suas idéias não são concluídas e muitas questões são abandonadas no meio do caminho. Coulthard (1985, p. 20), após analisar alguns conceitos austinianos, conclui que “a teoria de Austin é sugestiva, mas ele morreu antes que estivesse apto a desenvolvê-la”⁵.

Ao lado da morte prematura do filósofo (em 1960), existe ainda o fato de *How to do things with words*, obra que trata dos atos de fala, ter sido publicada postumamente (em 1962), a partir da reunião e organização dos manuscritos de Austin relativos às doze conferências proferidas na Universidade de Harvard nos EUA, em 1955⁶. O fato de o texto ter sido reconstituído sempre suscita dúvidas quanto à fidelidade da obra em relação às idéias de Austin e a publicação póstuma reafirma a visão de *How to do things with words* como uma obra inacabada de um autor que morreu prematuramente e não teve tempo de concluir suas idéias.

Apesar de a reconstituição de um texto trazer sérias implicações para a questão da autoria (RAJAGOPALAN, 1990, p. 229), as acusações de imprecisão e complexidade que pesam sobre *How to do things with words* são, em parte, decorrentes da peculiaridade do estilo de Austin. É possível identificar, no texto, as marcas de um filósofo atípico, enigmático, bem humorado. Warnock (1973), que na década de 1950 teve o privilégio de participar das reuniões organizadas por Austin, pôde ver de perto a personalidade brilhante desse filósofo. O autor atribui a singularidade das reuniões (diferentes de tudo o que ele havia visto antes) à postura de Austin, como é descrito nesta passagem:

Não consigo me lembrar de qualquer exemplo comparável de autoridade pessoal tão facilmente exercida. Não que os procedimentos fossem formalmente disciplinados; pelo contrário, eles eram extraordinariamente fluidos e livres, com absolutamente nenhuma ordem formal. Nem eram solenes; pelo contrário, eles eram continuamente

⁵ “Austin’s theory is suggestive, but he died before he was able to develop it” (COUTHARD, 1985, p. 20).

⁶ A 1ª edição de *How to do things with words* de 1962 foi organizada por J. O. Urmson e a 2ª edição de 1975, por Marina Sbisa e J. O. Urmson. A edição de 1976 que utilizo é uma reimpressão da 2ª edição.

agradáveis e divertidos – *engraçados*, de fato. Inteiramente à parte do fato de que se divertia com argumentos filosóficos, Austin gostava de piadas – algumas vezes piadas realmente tolas [...]”⁷ (WARNOCK, 1973, p. 32)

Dentre as diversas passagens bem humoradas de *How to do things with words*, podemos citar esta, em que o autor explora a ambigüidade da palavra inglesa *swear*: “Swearing is ambiguous: ‘I swear by Our Lady’ is to swear by Our Lady: but ‘Bloody’ is not to swear by Our Lady” (AUSTIN, 1976, p. 105). Essa anedota, de difícil tradução para o português, exemplifica o prazer de Austin em explorar as possibilidades da linguagem. O verbo inglês *swear* pode significar tanto *jurar*, *prometer*, quanto *praguejar*, *blasfemar*, *dizer palavrões*. Já a palavra *bloody* é injuriosa, depreciativa, implica maldição, como na expressão “maldito” em português. Portanto, Austin extrai o humor da mistura inusitada entre o sagrado (jurar por Nossa Senhora) e o profano (dizer palavrão) propiciada pela língua. O autor apresenta também um estilo de escrita bastante peculiar, caracterizado pela riqueza de detalhes e pela preocupação terminológica. Rajagopalan (1990, p. 225) comenta a respeito do texto de Austin: “trata-se do uso descontraído de uma linguagem coloquial em meio a uma argumentação intensa e densa, no qual se mesclam termos técnicos e neologismos num *pot-pourri* estilístico descomunal e difícil de se encontrar em outros autores”.

Outro fator que contribui para a complexidade do texto de Austin é sua posição filosófica problematizadora. A abordagem proposta pelo autor demonstra uma reflexão madura de alguém que tinha consciência da complexidade das questões que estava discutindo. Às vezes cético, mas sempre preocupado em problematizar, muito mais que oferecer respostas, as idéias de Austin são apresentadas em *How to do things with words* de uma forma sempre provisória e problemática, sendo que o autor está o tempo todo colocando em dúvida os seus argumentos.

Um dos pontos fundamentais da postura teórica de Austin é seu repúdio a qualquer tipo de simplificação apressada. Warnock (1973) identifica em Austin, como mentor intelectual, uma preocupação em desenvolver nos frequentadores de suas reuniões a paciência para o escrutínio detalhado dos fenômenos sob investigação, como é descrito neste trecho:

[...] ele queria nos acostumar a não fazer progresso muito rápido e a não excluir impacientemente, como se soubéssemos de antemão o que era e o que não era digno

⁷ “I cannot think of any comparable instance of personal authority so effortlessly exercised. It was not that the proceedings were formally disciplined; on the contrary, they were exceptionally fluid and free, with no formal order at all. Nor were they solemn; on the contrary, they were continuously enjoyable and amusing – *funny*, in fact. Quite apart from the fact that he enjoyed philosophical argument, Austin liked jokes – sometime really silly jokes [...]” (WARNOCK, 1973, p. 32).

de investigação, a multiplicidade de detalhes – alguns dos quais, de fato, poderiam vir a não ser de grande importância.⁸ (WARNOCK, 1973, p. 43)

Na passagem seguinte, Austin (1976, p. 38) denuncia e ironiza a tendência simplificadora da maioria dos filósofos: “devemos evitar a todo custo a simplificação excessiva, que alguns poderiam ser tentados a chamar de doença ocupacional dos filósofos, se ela não fosse a ocupação deles”⁹. Nesta outra, exorta o leitor a ter paciência com o caminho tortuoso que sua argumentação tomou:

Por que não começar a discutir a questão exatamente nos termos da lingüística e da psicologia, de uma forma direta? Por que ser tão divergente? Bem, é claro, eu concordo que isso deverá ser feito – eu apenas digo que *depois*, não antes, de ver o que podemos extorquir da linguagem ordinária, mesmo se tiver um forte elemento de evidência no que aparecer. De outro modo, poderíamos deixar passar coisas e ir rápido demais.¹⁰ (AUSTIN, 1976, p. 123)

Ao lado da atitude não simplificadora de Austin existe também um refinado senso de organização e um pensamento bastante didático, que está expresso em *How to do things with words* pela forma esquemática como seus principais conceitos são apresentados. Warnock (1973) nos oferece um interessante comentário sobre essa característica de Austin:

Penso que ele não gostava acima de tudo da desordem perpétua da filosofia, da divergência e da briga eternas, da falha quase total em obter qualquer avanço sólido e permanente. Ele pensava que o trabalho no tema era deprimentemente sub-organizado, negligente e assistemático – antes como se não fosse entendido, mesmo por seus praticantes, seriamente. Ele queria colocá-la em ordem.¹¹ (WARNOCK, 1973, p. 43-44)

Se a teoria, como vimos no capítulo anterior, é entendida como o estabelecimento dos princípios gerais de um fenômeno, a partir de abstrações, simplificações e exclusões, como Austin consegue organizar, sistematizar (e, portanto, teorizar) sem passar por cima da complexidade? O dilema enfrentado pelo autor é o mesmo a que nos referíamos no capítulo anterior: o da teorização sobre a linguagem. Talvez possamos afirmar que é o enfrentamento desse dilema que torna a obra de Austin tão especial e peculiar. Ele tenta unir duas coisas

⁸ “He wanted to accustom us to not getting along very fast, and to not dismissing impatiently, as if we knew in advance what was and was not worth looking into, multiplicity of detail – some of which, indeed, would turn out to be of no great significance” (WARNOCK, 1973, p. 43).

⁹ “And we must at all costs avoid over-simplification, which one might be tempted to call the occupational disease of philosophers if it were not their occupation” (AUSTIN, 1976, p. 38).

¹⁰ “Why not get down to discussing the thing bang off in terms of linguistics and psychology in a straightforward fashion? Why be so devious? Well, of course, I agree that this will have to be done – only I say *after*, not before, seeing what we can screw out of ordinary language even if in what comes out there is a strong element of the undeniable. Otherwise we shall overlook things and go too fast.” (AUSTIN, 1976, p. 123).

¹¹ “I think he disliked above all the perpetual disorder of philosophy, the perennial disagreement and wrangling, the nearly total failure to achieve any solid and permanent advance; and he thought that work in the subject was depressingly under-organized, unbusinesslike, unsystematic – rather as if it were not taken, even by its practitioners, really seriously. He wanted to tidy it up.” (WARNOCK, 1973, p. 43-44).

incompatíveis: teorização e complexidade. O que resulta dessa tentativa é uma argumentação heterogênea, onde se mesclam traços de uma tradição filosófica e de uma proposta inovadora. Daí a existência, no texto, de passagens onde são feitas exclusões metodológicas e de outras em que o autor resiste à simplificação, como vimos acima. No trecho seguinte, Austin (1976) estabelece a principal exclusão de sua obra (cf. DERRIDA, 1991a):

[...] um enunciado performativo será oco ou vazio *de uma forma particular* se for, por exemplo, dito por um ator no palco, introduzido num poema ou emitido num solilóquio. Isso se aplica de uma maneira similar a todo e qualquer enunciado – uma reviravolta em circunstâncias especiais. Claro que a linguagem em tais circunstâncias e de maneiras especiais não é empregada seriamente, mas de formas *parasitárias* em relação ao seu uso normal – formas que se enquadram na doutrina dos *estiolamentos* da linguagem. Tudo isso nós *excluimos* de nossa consideração. Nossos enunciados performativos, felizes ou não, devem ser entendidos como pronunciados em circunstâncias ordinárias.¹² (AUSTIN, 1976, p. 22)

Austin é capturado pela tradição no momento em que exclui o não-sério, a piada, a jocosidade, a encenação, elementos tão presentes ao longo de seu texto. A situação do autor é, nesse sentido, paradoxal. A seriedade parece ser mais um fetiche¹³ desse autor, cujo estilo jocoso era amplamente conhecido por seus contemporâneos. Warnock (1973) refere-se a Malcom, um comentarista da obra de Wittgenstein, como alguém que possivelmente colocava em dúvida a seriedade de Austin devido ao seu estilo bem humorado:

[...] não é impossível que Malcom tivesse tido Austin em mente em sua referência aguda [...] ao ‘tom jocoso’ que é ‘característico da discussão filosófica entre pessoas brilhantes que não têm propósito sério’. (É ainda possível que Austin não tivesse um ‘propósito sério’ *absolutamente o tempo todo*.)¹⁴ (WARNOCK, 1973, p. 33)

Apesar dos fetiches atravessarem a argumentação de Austin, como ele próprio reconhece, sua atitude de ruptura com a tradição é bem mais forte que a aceitação dos velhos pressupostos filosóficos. A originalidade é apontada como uma característica intrínseca de Austin. Como destaca Warnock (1973, p. 45), “Austin era absolutamente de primeira mão. Ele não era um transmissor ou explicador de filosofia, embora competente, crítico ou sábio.

¹² “[...] a performative utterance will, for example, be *in a peculiar way* hollow or void if said by an actor on the stage, or if introduced in a poem, or spoken in soliloquy. This applies in a similar manner to any and every utterance – a sea-change in special circumstances. Language in such circumstances is in special ways – intelligibly – used not seriously, but in ways *parasitic* upon its normal use – ways which fall under the doctrine of the *etiologies* of language. All this we are *excluding* from consideration. Our performative utterances, felicitous or not, are to be understood as issued in ordinary circumstances” (AUSTIN, 1976, p. 22).

¹³ Austin (1976, p. 151) admite ter inclinação para dois fetiches: “(1) o fetiche verdade/falsidade, (2) o fetiche valor/fato” (“(1) the true/false fetish, (2) the value/fact fetish”).

¹⁴ “[...] it is not impossible that Malcom should have had Austin in mind in his sharp reference [...] to the ‘facetious tone’ that is ‘characteristic of philosophical discussion among clever people who have no serious purpose’. (It is even possible that Austin did not have a ‘serious purpose’ *absolutely all the time*.)” (WARNOCK, 1973, p. 33).

Ele era um fazedor de filosofia, uma verdadeira origem”¹⁵. Daí o fato de encarar as teorias com certa suspeita e de não adotar absolutamente nenhuma teoria filosófica geral, como bem lembra Warnock (1991, p. 3).

Austin alia um estilo inovador a uma forma original de encarar a linguagem. O primeiro fator que diferencia a sua abordagem é a própria investigação da linguagem corrente (em oposição à linguagem lógica e formal) que caracteriza o movimento do qual ele faz parte: a filosofia analítica ou, mais especificamente, a filosofia da linguagem ordinária. Esse movimento é fruto de um período de transformação do paradigma filosófico, em que a linguagem tornou-se o objeto principal de reflexões dos filósofos. Dois nomes estão associados a essa transformação. Em primeiro lugar, o lógico alemão Gottlob Frege (1978, 2001), que, embora ainda tenha se dedicado ao estudo da lógica, situa-se na fronteira dessa modificação de interesses ou no que se costuma chamar de “virada lingüística”. Esse filósofo inaugura a investigação da linguagem natural, mas com o objetivo de adaptá-la à lógica a fim de evitar as suas imperfeições e garantir um acesso confiável à verdade. O interesse dos filósofos analíticos esteve por muito tempo concentrado na construção de uma linguagem formal que refletisse com exatidão a forma lógica do pensamento, já que as línguas naturais não se adequam a essa tarefa, como o próprio Frege (1978) constata ao longo de seus estudos. No entanto, o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1995), outro nome associado a esse período de transformação, conferiu dimensões mais drásticas à análise do funcionamento da linguagem corrente. Adepto da lógica no início do seu trabalho (WITTGENSTEIN, 1994), Wittgenstein muda suas investigações e demonstra que referir é apenas uma das funções da linguagem. A referência é, de fato, interna aos jogos de linguagem, nos quais estamos inseridos e a partir dos quais construímos todo o nosso conhecimento sobre o mundo. Esse filósofo teve participação decisiva no estabelecimento de uma nova proposta de análise do funcionamento da linguagem e, dessa forma, contribuiu para a definição de um novo paradigma filosófico, como afirma Silva (1980):

[...] Wittgenstein sabia que a sua contribuição à história da filosofia não consistia apenas numa nova doutrina articulada dentro do campo conceitual da tradição, mas no surgimento de um novo paradigma filosófico. A história deu-lhe razão, na medida em que a atividade filosófica, a partir da década de trinta, na Inglaterra, parte dos EUA, Suécia e Finlândia passou a ter muito pouco em comum com a filosofia tradicional. Essas novas correntes são conhecidas pela expressão “filosofia analítica”, entendendo-se por “analítica” a especial atenção dispensada à linguagem, sobretudo à linguagem corrente. (SILVA, 1980, p. 6)

¹⁵ “Austin was absolutely first-hand. He was not a purveyor or explainer, however competent or critical or learned, of philosophy; he was maker of it, an actual origin” (WARNOCK, 1973, p. 45).

Austin faz parte do Grupo de Oxford, que, segundo Silva (1980, p. 70), é caracterizado por um desinteresse total pela lógica. De fato, em *How to do things with words*, Austin enfatiza constantemente o seu distanciamento das questões lógicas e seu interesse pela linguagem em uso. Isso fica evidente em trechos como este, em que ele também se opõe à possibilidade de verificação precisa do valor de verdade dos enunciados:

Quando um constativo é confrontado com os fatos, nós na realidade o avaliamos de formas que envolvem o emprego de uma vasta série de termos que coincidem com aqueles que utilizamos na avaliação dos performativos. Na vida real, em oposição às situações simples previstas na teoria lógica, não se pode responder sempre de um modo simples se ele [o constativo] é verdadeiro ou falso.¹⁶ (AUSTIN, 1976, p. 142-143)

O outro fator de inovação é, portanto, o questionamento do valor de verdade e da noção de proposição. Austin, assim como a filosofia analítica em geral, é herdeiro de uma tradição filosófica cujos estudos centravam-se nas proposições descritivas, isto é, naqueles enunciados que teriam a função de registrar ou comunicar de modo verdadeiro ou falso informações simples sobre os fatos, sendo, portanto, submetidos ao controle do cálculo lógico e utilizados com precisão na exposição científica. Como argumenta van Oort (1997), o modelo clássico da asserção constativa, cuja proposição pode ser avaliada em termos de verdade e falsidade, é indispensável para a ciência empírica porque

[...] sem ser hábil para separar realidade do mundo e enunciado lingüístico, a ciência empírica não estaria apta a criar modelos objetivos, cuja validade é mensurada pela existência separada de um mundo concebido como ontologicamente anterior e independente dos modelos usados para representar esse mundo.¹⁷ (VAN OORT, 1997, p. 1)

Frege (2001, p. 14) define a forma da sentença assertiva como a única cujo sentido é um pensamento que pode suscitar a questão da verdade e da qual depende todo o desenvolvimento da ciência. As sentenças interrogativas exercem um papel secundário, sendo excluídas as sentenças consideradas incompletas, como a interrogação nominal, as sentenças exclamativas e as imperativas:

¹⁶ “When a constative is confronted with the facts, we in fact appraise it in ways involving the employment of a vast array of terms which overlap with those that we use in the appraisal of performatives. In real life, as opposed to the simple situations envisaged in logical theory, one cannot always answer in a simple manner whether it is true or false.” (AUSTIN, 1976, p. 142-143).

¹⁷ “[...] without being able to separate worldly reality from linguistic utterance, empirical science would not be able to create objective models, the validity of which is measured by the separate existence of a world conceived as ontologically prior to, and independent of, the models used to represent that world” (VAN OORT, 1997, p. 1).

Em ciência, um progresso usualmente se dá da seguinte maneira. De início, apreende-se um pensamento, que pode ser eventualmente expresso por uma sentença interrogativa; a seguir, após as devidas investigações, este pensamento é reconhecido como verdadeiro. Expressamos o reconhecimento da verdade sob a forma de uma sentença assertiva. (FREGE, 2001, p. 15)

No entanto, Austin (1976, p. 3), contrariando essa tradição, denuncia a limitação da chamada “falácia descritiva” e se propõe a demonstrar que muitos equívocos da filosofia tradicional tiveram origem a partir dela. O autor argumenta que nem todos os enunciados são usados para fazer constatações ou descrições e que, em algumas situações, é provavelmente mais correto dizer que o locutor esteja fazendo algo do que dizendo alguma coisa. Austin conclui, então, que, ao lado da função de descrever o mundo, existe uma dimensão performativa da linguagem. Dessa forma, estabelece-se uma distinção entre os enunciados constativos, que afirmam um fato, e os enunciados performativos, que realizam uma ação quando proferidos. Um enunciado do tipo ‘O gato está sobre o capacho’ seria constativo porque descreve, constata ou relata um fato. Já enunciados do tipo ‘Eu vos declaro casados’ ou ‘Eu te batizo’ seriam performativos, porque somente proferindo-os é que se pode realizar a ação de casar ou batizar alguém. Segundo Austin, as características desses enunciados performativos são:

- A. eles não ‘descrevem’, ‘relatam’ ou constata absolutamente nada, não são ‘verdadeiros ou falsos’; e
- B. a emissão da sentença é a realização de uma ação, ou uma parte dela, que ainda não seria normalmente descrita como ‘apenas’ dizer algo.¹⁸ (AUSTIN, 1976, p. 5)

Ao longo de sua argumentação, Austin questiona por várias vezes essa distinção, chegando à conclusão de que seria impossível mantê-la. O argumento principal do autor a esse respeito é o fato de se poder sempre acrescentar uma fórmula performativa a um enunciado aparentemente constativo. No enunciado ‘O gato está sobre o capacho’, por exemplo, estaria implícita a fórmula ‘Eu declaro que o gato está sobre o capacho’. Logo na II conferência, Austin afirma que “quanto mais consideramos uma declaração não como uma sentença (ou proposição), mas como um ato de fala, mais estamos estudando a coisa toda como um ato”¹⁹ (AUSTIN, 1976, p. 20).

Encarar a linguagem como sendo antes de tudo ação é uma atitude que perpassa toda a argumentação de Austin em *How to do things with words*, sendo possível afirmar,

¹⁸ “A. they do not ‘describe’ or ‘report’ or constata anything at all, are not ‘true or false’; and B. the uttering of the sentence is, or is a part of, the doing of an action, which again would not *normally* be described as, or as ‘just’, saying something.” (AUSTIN, 1976, p. 5).

¹⁹ “[...] the more we consider a statement not as a sentence (or proposition) but as an act of speech (out of which the others are logical constructions) the more we are studying the whole thing as an act” (AUSTIN, 1976, p. 20).

dessa forma, que a performatividade é um conceito central em sua obra. Um estudo extremamente relevante sobre a performatividade austiniana é feito por Ottoni (1998). Segundo esse autor, com a quebra da distinção performativo-constativo, o performativo passa a denominar toda a fala, isto é, caracteriza sozinho a linguagem. Ottoni defende, então, que, subjacente às reflexões austinianas, existe uma nova visão da linguagem humana: a performatividade. No trecho seguinte, o autor sintetiza suas idéias sobre essa nova visão da linguagem:

Este salto que desfaz a distinção entre *performativo-constativo* cria uma nova visão da linguagem [...] Esta visão produz [...] uma virada brutal na questão da referência; ou seja, *verdade* e *falsidade* são conceitos que não terão mais um papel relevante nem prioritário nesta nova abordagem da linguagem. A partir deste momento pode-se falar de uma visão performativa que pressupõe necessariamente uma nova concepção, uma nova abordagem da linguagem, em que o sujeito não pode se desvincular de seu objeto fala e, conseqüentemente, em que não é possível analisar este objeto fala desvinculado do sujeito. (OTTONI, 1998, p. 37)

Em oposição à visão limitadora que a análise lógica das proposições oferece, Austin se propõe a ver a linguagem como ação, nesse sentido, considera a declaração pura um ideal da ciência e não um uso freqüente da linguagem: “a declaração ‘pura’ é uma meta, um ideal em cuja direção o desenvolvimento gradual da ciência tem dado impulso, como tem, da mesma forma, dado impulso também em direção à meta da precisão. A linguagem como tal e em seus estágios primitivos não é precisa [...]”²⁰ (AUSTIN, 1976, p. 72-73).

A atenção que Austin dispensa aos outros tipos de enunciados (interrogações, exclamações e sentenças expressando ordens, desejo ou concessões), que, até então, eram desprezados pela análise filosófica, e o conseqüente estabelecimento do performativo como uma característica intrínseca da linguagem são, sem dúvida, a grande inovação de *How to do things with words*. O próprio Austin faz referências ao caráter revolucionário de sua abordagem, após discorrer sobre os equívocos do tratamento tradicional do tema:

Tudo que possamos pensar sobre qualquer uma dessas visões e sugestões e por mais que possamos lamentar a confusão inicial em que a doutrina e o método filosóficos têm sido afundados, não pode ser posto em dúvida que elas estão produzindo uma revolução na filosofia. Se alguém deseja chamá-la de a maior e mais salutar em sua história, isso não é, pensando bem, uma grande alegação. Não é surpreendente que começos têm sido feitos em etapas com *parti pris* e por estranhos objetivos; isso é comum com revoluções.²¹ (AUSTIN, 1976, p. 3-4)

²⁰ “[...] the ‘pure’ statement is a goal, an ideal, towards which the gradual development of science has given the impetus, as it has likewise towards the goal of precision. Language as such and in its primitive stages is not precise [...]” (AUSTIN, 1976, p. 72-73).

²¹ “Whatever we may think of any particular one of these views and suggestions, and however much we may deplore the initial confusion into which philosophical doctrine and method have been plunged, it cannot be doubted that they are producing a revolution in philosophy. If anyone wishes to call it the greatest and most salutary in its history, this is not, if you come to think of it, a large claim. It is not surprising that beginnings have

Será possível estabelecer uma analogia entre a revolução percebida por Austin e a idéia de revolução proposta por Kuhn (1979, 2001), apresentada no capítulo anterior? De fato, *How to do things with words* é um episódio extraordinário na história da filosofia analítica e surge num momento em que o paradigma dominante (a análise lógica das proposições) estava enfrentando dificuldades para resolver os problemas concernentes ao campo. Havia, sem dúvida, uma atmosfera de crise, uma insatisfação com o paradigma tradicional, que Austin registra na parte inicial de seu texto. Para van Oort (1997), o motivo que leva o performativo austiniano a despertar tanta consternação é:

[...] o desafio que o modelo performativo apresenta para a crença ontológica que os filósofos têm depositado na proposição como a unidade fundamental de todos nossos proferimentos. O prazer de Austin em censurar o modelo constativo é, de fato, um dos maiores temas direcionando suas deliberações sobre a natureza performativa do uso da linguagem e sem dúvida essa arruição gradual da constatação e de seu interesse pela verdade da proposição é precisamente a revolução silenciosa para a qual Austin considera que suas análises contribuem.²² (VAN OORT, 1997, p. 2)

Para Ottoni (1998, p. 95) a visão performativa é, de certo modo, uma postura pós-moderna diante da linguagem humana devido à ruptura e à reviravolta que ela provoca:

Austin questionou e mostrou o “ponto crítico” da filosofia tradicional através de suas técnicas de análise da linguagem ordinária fazendo um questionamento da atuação de uma ciência lingüística empírica e de uma filosofia tradicional através das suas discussões sobre a performatividade. Ao romper com uma visão positivista da linguagem, Austin teve que partir de certas “influências e pressupostos” para poder “dialogar”, para “falar” com seus opositores (o seu oposto). (OTTONI, 1998, p. 94)

No entanto, só é possível pensar no uso da palavra “revolução” por Austin num sentido irônico. Não há como ler essa passagem citada um pouco acima sem levar em consideração o estilo jocoso do autor. Portanto, a noção austiniana de revolução, bem como sua concepção de teoria, estariam mais próximas da concepção de Feyerabend (1977, 1979). Talvez não seja por acaso que esse autor faça referências bem humoradas à filosofia de Oxford e ao próprio Austin (FEYERABEND, 1979, p. 249). Feyerabend (1979, p. 33) acredita que “sem um constante mau uso da linguagem não pode haver descoberta ou progresso”. Para ele, “as teorias só se tornam claras e ‘razoáveis’ depois de terem sido usadas, por longo tempo, várias partes incoerentes que as compõe. Essa operação desarrazoada,

been piecemeal, with *parti pris*, and for extraneous aims; this is common with revolutions.” (AUSTIN, 1976, p. 3-4).

²² “[...] the challenge the performative model presents to the ontological faith that philosophers have placed in the proposition as the fundamental unit of all our utterances. Austin’s delight in taking the constative model to task is indeed one of the major themes driving his deliberations on the performative nature of language-use, and undoubtedly this undermining of constation and its concomitant concern for propositional truth is precisely the quiet “revolution” Austin regards his analyses as contributing to.” (VAN OORT, 1997, p. 2).

insensata, sem método é, assim, condição inevitável de clareza e de êxito empírico” (FEYERABEND, 1979, p. 33). A afirmação austiniana, citada acima, de que “não é surpreendente que começos têm sido feitos em etapas com *parti pris* e por estranhos objetivos”²³ (AUSTIN, 1976, p. 4) nos permite interpretar a revolução austiniana como um espécie de ruptura contínua, bem parecida com a que Dosse (1993) identifica em Saussure. Isso significa que Austin provoca um ruptura ao deslocar a questão da referência do significado dos enunciados para a ação realizada por meio deles. Vale lembrar que esse deslocamento já vinha ocorrendo de forma lenta desde os escritos de Wittgenstein (1995). Ocorre portanto uma ruptura previsível e que mantém certos pressupostos tradicionais, como a exclusão do não-sério, vista anteriormente.

Enquanto Austin é acusado de incompletude e incoerência, Feyerabend (1977, p. 35) afirma que “a ciência jamais é um processo completo; está, portanto, sempre ‘antes’ do evento. Conseqüentemente, a simplicidade, a elegância ou a coerência *jamais* constituem condições necessárias da prática (científica)”. Para superar a concepção de que *How to do things with words* é uma obra inacabada, é necessário encarar as idéias de Austin como o fruto de uma reflexão sobre o próprio fazer teórico, realizada por alguém que contempla a linguagem de dentro da própria linguagem e que reconhece no movimento teorizador um ato de fala (Rajagopalan, 1996a), já que, como afirma Derrida (1991b, p. 99), “os enunciados teóricos são *speech acts*. Se se considera esse *factum* como um privilégio ou um limite da teoria dos *speech acts*, ele arruína o valor de analogia (estrita) entre uma teoria dos *speech acts* e qualquer teoria que seja”. Nesse sentido, as idéias de de Man (1989) sobre a resistência à teoria propiciam formas interessantes de considerar a proposta de Austin. Para de Man (1989), a resistência da linguagem à teoria exige que se tenha uma atitude crítica em relação à possibilidade de teorizar sobre a linguagem e, ao mesmo tempo, leva o interesse teórico a residir justamente nessa impossibilidade de definição dos fenômenos lingüísticos. Rajagopalan (1996a), refletindo sobre a obra de Austin a partir das idéias de De Man (1989), afirma:

A obra *How to do things with words* é uma dramatização muito bem trabalhada da resistência da linguagem à teoria. Pois o que se vê nessa obra singular é um esforço incansável no sentido de teorizar que, no próprio ato de amarrar os nós, acaba-se tendo que reconhecer o surgimento dos novos fios soltos que vão enfraquecendo o tecido teórico no processo de fabricação. (RAJAGOPALAN, 1996a, p. 233)

²³ “[...] it is not surprising that beginnings have been piecemeal, with *parti pris*, and for extraneous aims.” (AUSTIN, 1976, p. 4).

A idéia da resistência pode conduzir, então, à conclusão de que não é possível uma teoria científica sobre os atos de fala. A esse respeito, Derrida (1991b) afirma:

Mas, então, dir-se-á ainda, nessas condições, nenhuma teoria científica ou filosófica sobre os *speech acts* seria possível, séria, rigorosa, puramente possível. É exatamente a questão. É exatamente a sugestão proposta, com efeito, se pelo menos continuamos a nos referir a esse modelo tradicional da teoria. (DERRIDA, 1991b, p. 100)

Embora Derrida (1991a, 1991b) desconstrua algumas idéias de Austin (como veremos melhor no próximo capítulo), o trecho citado acima reflete, de certa forma, a concepção teórica austiniana. Por mais que haja certas exclusões, Austin, inegavelmente, não segue um modelo tradicional de teoria. E é justamente isso que dá origem às acusações de falta de rigor e seriedade.

Abordar as reflexões austinianas como uma espécie de demonstração dos caminhos percorridos na elaboração de uma teoria e das crises que o teórico enfrenta diante da suposta imprecisão das suas categorias de análise é uma forma de refletir sobre a contribuição de Austin não apenas para explicar o uso da linguagem, como também para problematizar a teorização que se faz sobre ela. Nesse sentido, se encarmos a proposta austiniana para os atos de fala a partir de uma concepção tradicional de teoria, de fato, não a perceberemos como tal. É preciso encará-la antes com uma visão problematizadora da teoria, sem a preocupação castradora de definir seu *status* teórico.

2.2. Alguns desdobramentos da teorização sobre os atos de fala na perspectiva austiniana

Ao longo de sua argumentação, Austin (1976), que de início havia estabelecido uma oposição entre enunciados constativos e enunciados performativos, começa a perceber muitas semelhanças entre eles, como vimos na seção anterior. Uma dessas semelhanças é a possibilidade de que o valor de verdade de um constativo varie de acordo com as circunstâncias de emissão do enunciado. Com esse argumento, Austin descarta a questão do valor de verdade e começa a pensar a linguagem a partir de sua noção de ato de fala, afirmando que “a verdade ou falsidade de uma declaração dependem, não apenas do

significado das palavras, mas de que ato estamos realizando em quais circunstâncias”²⁴ (AUSTIN, 1976, p. 145).

Por meio dos conceitos de performatividade e ato de fala, Austin introduz uma mudança significativa no tratamento do significado, principalmente porque se afasta da análise do valor de verdade das sentenças, como foi possível verificar. Para Austin, os performativos não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas estão sujeitos a um outro tipo de crítica: a infelicidade. Na visão do autor, se pecamos contra uma ou mais das condições para os performativos felizes, nosso enunciado performativo será infeliz. Essas condições envolvem: a existência de um procedimento convencional aceito e de pessoas e circunstâncias adequadas, a execução do procedimento por todas as pessoas corretamente e completamente, a manutenção dos pensamentos, sentimentos e intenções exigidos pelo ato e a obediência à sua continuidade. A noção de infelicidade está ligada ao fato de Austin definir o ato de fala como um ritual, uma cerimônia: “infelicidade é um mal do qual *todos* os atos que tem um caráter geral de ritual ou cerimônia, todos os atos *convencionais*, são herdeiros”²⁵ (AUSTIN, 1976, p. 18-19).

A preocupação maior de Austin é com o que dá errado no ato de fala, com “a doutrina das coisas que podem e dão errado na ocasião de tais proferimentos”²⁶ (AUSTIN, 1976, p. 14). Tanto é assim que a cada uma das condições equivale uma infelicidade e Austin dedica dois capítulos de sua obra para tratar dos dois grupos principais de infelicidade: as falhas (*misfires*) e os abusos (*abuses*). As falhas, atos pretendidos (*purported*), mas vazios (*void*), equivalem a infrações como proferir a fórmula incorretamente ou não estar em posição para realizar um certo ato. Por outro lado os abusos, atos professados (*professed*) mas insinceros (*hollow*), são infrações, como não ter os sentimentos, pensamentos e intenções requisitados pela ação. Distinguindo melhor os dois grupos, Austin afirma:

Quando o enunciado é uma falha, o procedimento que simulamos invocar é proibido ou mal feito: e nosso ato (casar-se etc.) é vazio ou sem efeito etc. Falamos desse ato como um ato expresso ou talvez como uma tentativa – ou usamos uma expressão como ‘efetuou-se uma forma de casamento’ em contraste com ‘casou-se’. Por outro lado, nos casos *I*, falamos de nosso ato infeliz como ‘pretenso’ ou ‘insincero’ em vez de ‘expresso’, vazio’ ou sem efeito.²⁷ (AUSTIN, 1976, p. 16)

²⁴ “[...] the truth or falsity of a statement depends not merely on the meanings of words but on what act we were performing in what circumstances.” (AUSTIN, 1976, p. 145).

²⁵ “[...] infelicity is an ill to which *all* acts are heir which have the general character of ritual or ceremonial, all *conventional* acts.” (AUSTIN, 1976, p. 18-19).

²⁶ “[...] the doctrine of *the things that can be and go wrong* on the occasion of such utterances.” (AUSTIN, 1976, p. 14).

²⁷ “When the utterance is a misfire the procedure which we purport to invoke is disallowed or is botched: and our act (marrying, &c.) is void or without effect, &c. We speak of our act as a purported act, or perhaps an attempt – or we use such an expression as ‘went through a form of marriage’ by contrast with ‘married’. On the other

Apesar da classificação das infelicidades por Austin ser bastante esquemática, ele reconhece que os tipos de infelicidades não são excludentes; eles se sobrepõem e, algumas vezes, é difícil identificar onde as coisas estão dando errado: “as formas de fracassar ‘transformam-se gradativamente’ e ‘sobrepõe-se’ e a decisão entre elas é ‘arbitrária’ de várias formas”²⁸ (AUSTIN, 1976, p. 23).

Austin demonstra uma originalidade ainda maior ao argumentar que as afirmações também estão sujeitas às infelicidades: “Suponha-se que eu disse ‘o gato esta sobre o capacho’ quando não é o caso que eu acredite que o gato esteja sobre o capacho [...]. A insinceridade de uma asserção é o mesmo que a insinceridade de uma promessa”²⁹ (AUSTIN, 1976, p. 50). A conclusão do autor, apresentada no trecho seguinte, demonstra mais uma vez o quanto sua argumentação em torno do ato de fala se afasta da semântica lógica:

Concluindo, vimos que para explicar o que pode dar errado nas declarações não podemos nos concentrar apenas na proposição envolvida (o que quer que isso seja) como tem sido feito tradicionalmente. Devemos considerar a situação total em que o enunciado é emitido – o ato de fala total – se for para vermos a semelhança entre declarações e enunciados performativos e como cada um pode dar errado.³⁰ (AUSTIN, 1976, p. 52)

Apesar de todas as reviravoltas que constituem *How to do things with words* (AUSTIN, 1976), as noções de performativo e de ato de fala emergem como as questões centrais que compõem uma complexa e instigante análise das possibilidades de agir através da linguagem. Para Austin, ao falar podemos realizar atos que não se restringem a simples emissão de um som com um certo significado, podemos também imprimir uma força ao dizer, que o transforma em ação e possibilita a obtenção de efeitos que, muitas vezes, não podem ser previstos. Austin (1976) define, assim, três tipos de atos:

Distinguimos, primeiramente, um grupo de coisas que fazemos ao dizer algo, o qual conjuntamente resumimos dizendo que realizamos um *ato locucionário*, que equivale aproximadamente a proferir uma certa frase com um certo sentido e referência, que também equivale aproximadamente ao “significado” no sentido tradicional. Em segundo lugar, dissemos que também realizamos *atos ilocucionários*, tais como informar, ordenar, advertir, prometer etc.; ou seja, enunciados que tem uma certa força (convencional). Em terceiro lugar, podemos

hand, in the *I* cases, we speak of our infelicitous act as ‘professed’ or ‘hollow’ rather than ‘purported’ or ‘empty’, and as not implemented, or not consummated, rather than as void or without effect.” (AUSTIN, 1976, p. 16).

²⁸ “[...] the ways of going wrong ‘shade into one another’ and ‘overlap’, and the decision between them is ‘arbitrary’ in various ways.” (AUSTIN, 1976, p. 23).

²⁹ “Suppose I did say ‘the cat is on the mat’ when it is not the case that I believe that the cat is on the mat [...] The insincerity of an assertion is the same as the insincerity of a promise” (AUSTIN, 1976, p. 50).

³⁰ “In conclusion, we see that in order to explain what can go wrong with statements we cannot just concentrate on the proposition involved (whatever that is) as has been done traditionally. We must consider the total situation in which the utterance is issued – the total speech-act – if we are to see the parallel between statements and performatives utterances, and how each can go wrong.” (AUSTIN, 1976, p. 52).

também realizar *atos perlocucionários*: que ocasionamos ou consumamos por dizer algo, tais como convencer, persuadir, desencorajar e, ainda, digamos, surpreender ou enganar.³¹ (AUSTIN, 1976, p. 109)

O ato locucionário, no qual Austin deposita o significado, é considerado por ele como o menos problemático. Como o trecho citado acima demonstra, Austin recorre a uma definição simplificada e tradicional de significado: como equivalente a sentido e referência³² (nomear e referir). A impressão que se tem a princípio é que, para o autor, esses conceitos estão acima de qualquer questionamento e dispensam qualquer definição, como neste exemplo de ato locucionário: “Ele disse-me ‘Atire nela!’ querendo dizer com ‘atire’ atire e referindo-se por ‘ela’ a *ela*”³³ (AUSTIN, 1976, p. 101). Essa impressão se desfaz, no entanto, à medida que Austin começa a demonstrar o quanto esses conceitos são insuficientes e imprecisos, como neste trecho em que reconhece a ambigüidade dos conceitos de significado e referência e sua insuficiência para o esclarecimento da força:

Podemos concordar com as palavras reais que foram proferidas e também com os sentidos em que elas estão sendo usadas e a quais realidades elas estão se referindo e, contudo, ainda discordar se, nas circunstâncias, elas equivalem a uma ordem, uma ameaça ou apenas a um conselho ou uma advertência [...] (O que ele realmente quis dizer? A que pessoa, tempo etc. ele estava realmente se referindo?) [...] deliberada ou involuntária, a ambigüidade de significado ou referência é tão comum quanto a falha deliberada ou involuntária para explicar “como nossas palavras devem ser entendidas”³⁴ (AUSTIN, 1976, p. 115-116)

A abordagem problematizadora de Austin demonstra que o aparato teórico que deu origem à sua configuração do ato de fala está relacionado a toda uma reflexão do autor acerca do problema do significado e, em particular, da referência, uma questão crucial tanto para a filosofia da linguagem quanto para a lingüística contemporânea. A esse respeito, Rajagopalan (1996a) afirma que

³¹ “We first distinguished a group of things we do in saying something, which together we summed up by saying we perform a *locutionary act* which is roughly equivalent to uttering a certain sentence with a certain sense and reference, which again is roughly equivalent to ‘meaning’ in the traditional sense. Second, we said that we also perform *illocutionary acts* such as informing, ordering, warning, undertaking, &c., i.e. utterances which have a certain (conventional) force. Thirdly, we may also perform *perlocutionary acts*: what we bring about or achieve by saying something, such as convincing, persuading, deterring, and even, say, surprising or misleading” (AUSTIN, 1976, p. 109).

³² A distinção entre sentido e referência é de autoria de Frege (1978). O sentido, para Frege, é o que nos permite chegar a uma referência no mundo. É o modo de apresentação do objeto referido por uma expressão e, dependendo da expressão, o sentido será um ou outro. Já a referência é a relação extensional entre uma expressão e um objeto.

³³ “He said to me ‘Shoot her!’ meaning by ‘shoot’ shoot and referring by ‘her’ to *her*.” (AUSTIN, 1976, p. 101).

³⁴ “We may agree on the actual words that were uttered, and even also on the senses in which they were being used and on the realities to which they were being used to refer, and yet still disagree as to whether, in the circumstances, they amounted to an order or a threat or merely to advice or a warning [...] (What did he really mean? To what person, time, or what not was he actually referring?) [...] deliberate, or unintentional, ambiguity of meaning or reference is perhaps as common as deliberate or unintentional failure to make plain ‘how our words are to be taken’ [...]” (AUSTIN, 1976, p. 115-116).

[...] uma das maneiras mais interessantes de abordar a obra filosófica de Austin é encará-la, antes de tudo, como uma tentativa de dar conta da questão da referência – ou melhor, como uma tentativa de mostrar como a própria linguagem se encarrega de frustrar todo o esforço dos falantes em estabelecer um elo referencial com o mundo “real”, ao mesmo tempo em que lhes fornece subsídios para que criem constantemente ilusões a respeito [...]. (RAJAGOPALAN, 1996a, p. 229)

Austin (1976) desloca o conceito de significado de sua relação tradicional com a verdade ou falsidade, afirmando que “a referência depende do conhecimento na ocasião do proferimento”³⁵ (AUSTIN, 1976, p. 144). Esse trecho demonstra que o autor não acredita na existência de um significado definido *a priori*, mas na conjugação de diversos fatores que definem a forma como um proferimento deve ser entendido. Isso, de acordo com Austin, equivale a descobrir qual é a sua força, qual é a ação que está sendo realizada pela emissão do enunciado. O autor fala, então, na doutrina das *forças ilocucionárias* ou na doutrina dos diferentes tipos de funções da linguagem, das diferentes forças que um enunciado pode ter: força de pergunta, de afirmação, de ordem, de promessa, de advertência etc. (AUSTIN, 1976, p. 99-100).

Com isso, podemos dizer que o conceito de força ilocucionária tem uma importância fundamental na teoria austiniana, sendo que, ao afirmar que a verdade ou a falsidade de uma afirmação não dependem só do significado, mas do ato que está sendo realizado, o autor parece expandir para a dimensão da força a busca por critérios para se avaliar um enunciado quanto a seu valor de verdade. É claro que a verdade aqui está num sentido amplamente revisto pelo autor:

É essencial compreender que ‘verdadeiro’ e ‘falso’, como ‘livre’ e ‘preso’, não representam absolutamente algo simples; mas apenas uma dimensão geral de ser uma coisa certa ou apropriada a se dizer em oposição à coisa errada, nessas circunstâncias, para essa audiência, com esses propósitos e com essas intenções.³⁶ (AUSTIN, 1976, p. 145)

No entanto, o conceito de força não é apresentado por Austin como algo simples que possa ser a solução para todos os problemas do significado. O autor reconhece que determinar a força de um enunciado não é uma tarefa fácil, tanto que, ao discutir alguns mecanismos empregados para explicitar a força dos enunciados, tais como modo do verbo, tom de voz, cadência, ênfase, advérbios e expressões adverbiais, partículas de ligação, gestos e circunstâncias apropriadas, o autor faz a seguinte observação:

³⁵ “Reference depends on knowledge at the time of utterance” (AUSTIN, 1976, p. 144).

³⁶ “It is essential to realize that ‘true’ and ‘false’, like ‘free’ and ‘unfree’, do not stand for anything simple at all; but only for a general dimension of being a right or proper thing to say as opposed to a wrong thing, in these circumstances, to this audience, for these purposes and with these intentions.” (AUSTIN, 1976, p. 145).

O problema acerca de todos esses mecanismos tem sido principalmente sua vagueza de significado e incerteza de recepção segura, mas há também neles provavelmente alguma inadequabilidade positiva para lidarem com algo como a complexidade do campo de ações que realizamos com palavras. Um ‘imperativo’ pode ser uma ordem, uma permissão, uma requisição, um pedido, uma súplica, uma sugestão, uma recomendação, uma advertência [...], ou pode expressar uma condição ou uma concessão ou uma definição [...] etc.³⁷ (AUSTIN, 1976, p. 76-77)

Se por um lado Austin (1976, p. 116) enfatiza que “dificuldades sobre convenções ou intenções devem surgir ao se decidir quanto à descrição correta, seja de uma locução ou de uma ilocução”³⁸, o ato perlocucionário é apontado como uma categoria de difícil delimitação, principalmente por seu caráter não-convencional. Ao reconhecer “a complexidade do campo de ações que realizamos com palavras” (AUSTIN, 1976, p. 76-77), o autor percebe a impossibilidade de determinar os efeitos dessas ações, bem como calcular a complexidade e a extensão desses efeitos:

[...] devemos sempre lembrar da distinção entre produzir efeitos ou conseqüências que são intencionais ou involuntários; e (i) quando o falante pretende produzir um efeito, ele pode, no entanto, não acontecer e (ii) quando ele não pretende produzi-lo ou pretende não produzi-lo, ele pode, contudo, ocorrer.³⁹ (AUSTIN, 1976, p. 106)

Austin, do VIII capítulo de *How to do things with words* ao X, se esforça para distinguir os atos locucionário, ilocucionário e perlocucionário e, em diversos momentos, coloca em dúvida os critérios utilizados para diferenciá-los, principalmente no que se refere aos ilocucionários e perlocucionários, os que causam mais problemas. De acordo com Austin, a diferença básica entre o ato ilocucionário e o perlocucionário é que o primeiro pode ser explicitado por uma fórmula performativa, ou seja, um verbo na primeira pessoa do singular do presente do indicativo ativo, enquanto o segundo não pode:

Falar do ‘uso da “língua” para argumentar ou advertir’ parece justamente com falar do ‘uso da “língua” para persuadir, despertar, alarmar’; contudo, o primeiro pode, por contraste grosseiro, ser dito convencional, no sentido de que pelo menos ele poderia ser tornado explícito pela fórmula performativa, mas esse último não pode. Dessa forma, podemos dizer ‘Eu argumento que’ ou ‘Eu aviso você que’, mas não podemos dizer ‘Eu convenço você de que’ ou ‘Eu o assusto’.⁴⁰ (AUSTIN, 1976, p. 103-104)

³⁷ “The trouble about all these devices has been principally their vagueness of meaning and uncertainty of sure reception, but there is also probably some positive inadequacy in them for dealing with anything like the complexity of the field of actions which we perform with words. An ‘imperative’ may be an order, a permission, a demand, a request, an entreaty, a suggestion, a recommendation, a warning [...], or may express a condition or a concession or a definition [...], &c.” (AUSTIN, 1976, p. 76-77).

³⁸ “[...] difficulties about conventions and intentions must arise in deciding upon the correct description whether of a locution or of an illocution.” (Austin, 1976, p. 116).

³⁹ “[...] we must always remember the distinction between producing effects or consequences which are intended or unintended; and (i) when the speaker intends to produce an effect it may nevertheless not occur, and (ii) when he does not intend to produce it or intends not to produce it it may nevertheless occur.” (AUSTIN, 1976, p. 106).

⁴⁰ “Speaking of the ‘use of “language” for arguing or warning’ looks just like speaking of ‘the use of “language” for persuading, rousing, alarming’; yet the former may, for rough contrast, be said to be *conventional*, in the

No entanto, o mais importante nessa tentativa de Austin em definir ato ilocucionário e ato perlocucionário é a descoberta de que os dois estão relacionados a efeitos, mas em sentidos diferentes: “o ato ilocucionário, distintamente do perlocucionário, é relacionado com a produção de efeitos, em certos sentidos”⁴¹ (AUSTIN, 1976, p. 116). Para Austin, é necessário distinguir entre a produção real de efeitos e os efeitos convencionais. Aí parece estar a diferença básica entre o efeito ilocucionário e o efeito perlocucionário. Enquanto o ato perlocucionário é a produção de certos efeitos subseqüentes (*consequential effects*) sobre os sentimentos, pensamentos ou ações do interlocutor, do locutor e de outras pessoas, com o objetivo ou conseqüência de produzir mudanças no curso normal dos eventos; o efeito ilocucionário equivale à compreensão do significado e da força do proferimento, isto é, o ato de fala tem efeito e pede respostas ou conseqüências por convenção, como é o caso do comprometimento do falante com a promessa que emite. Resumindo essa idéia de efeito ilocucionário, Austin (1976, p. 118) afirma que “desse modo, aqui estão três formas, assegurar a apreensão, ter efeito e pedir resposta, nas quais os atos ilocucionários são ligados a efeitos; e esses são todos distintos da produção de efeitos que é característica do ato perlocucionário”⁴².

Otoni (1998), ao discutir a noção de *uptake* na teoria austiniana, afirma que, por meio desse conceito, há um descentramento do papel do sujeito falante, já que a constituição do ato de fala não dependerá só dele, mas da relação dos interlocutores, do ‘eu’ e do ‘tu’, de modo a assegurar a fala. De acordo com Otoni:

Pode-se concluir, deste modo, que em qualquer situação de fala não há um “controle” do sujeito (falante) sobre sua intenção, já que ela se realiza juntamente e através do *uptake* (com o seu interlocutor). O *uptake* é então uma condição necessária do próprio ato (de fala), é *ele* que produz o ato. (OTTONI, 1998, p. 82)

Otoni (1998), como vimos, identifica a visão performativa de Austin com uma postura pós-moderna em relação à linguagem, que se caracteriza principalmente por uma ruptura com a intencionalidade do sujeito falante. Embora o ato de fala austiniano pressuponha um sujeito, este sujeito não tem o domínio total sobre a significação e não é mais possível falar de sua intenção unilateral. Isso se deve, de acordo com Otoni (1998), à noção

sense that at least it could be made explicit by the performative formula; but the latter could not. Thus we can say ‘I argue that’ or ‘I warn you that’ but we cannot say ‘I convince you that’ or ‘I alarm you that’.” (AUSTIN, 1976, p. 103-104).

⁴¹ “[...] the illocutionary act as distinct from the perlocutionary is connected with the production of effects, in certain senses.” (AUSTIN, 1976, p. 116).

⁴² “So here are three ways, securing uptake, taking effect, and inviting a response, in which illocutionary acts are bound up with effects; and these are all distinct from the producing of effects which is characteristic of the perlocutionary act.” (AUSTIN, 1976, p. 118).

de *uptake* (apreensão). O *uptake* austiniano diz respeito à possibilidade de o ato ilocucionário também estar ligado à produção de certos efeitos, não no sentido perlocucionário, mas no sentido de que “um efeito deve ser obtido na audiência, se o ato ilocucionário for executado”⁴³ (AUSTIN, 1976, p. 116). Austin cita como exemplo o efeito de ocasionar o entendimento do significado e da força do proferimento.

Para Ottoni (1998, p. 84), o fato de não existir uma simetria entre a intenção do falante e de seu interlocutor é responsável pela existência de situações inesperadas, inconscientes, que são fundamentais para que o sujeito falante se constitua como “eu-sujeito”. No entanto, ele afirma mais à frente que: “Na proposta austiniana, a intenção não pertence somente ao sujeito falante que a transmite, mas é garantida, via *uptake*, pelo sujeito ouvinte para *assegurar a apreensão*” (OTTONI, 1998, p. 85). Como veremos a seguir, a desconstrução derridiana da intencionalidade rompe com qualquer possibilidade de a intenção “ser garantida” na realização de um ato de fala, justamente por questionar a presença consciente dos locutores e receptores que participam desse ato.

Os conceitos austinianos estão sempre relacionados às circunstâncias nas quais o ato de fala é realizado. Austin (1976) inclui as circunstâncias de proferimento entre os mecanismos utilizados para explicitar a força de um enunciado e exemplifica a ação desse mecanismo no exemplo seguinte:

Um auxílio extremamente importante são as circunstâncias de proferimento. Assim, podemos dizer ‘vindo dele, eu entendo isso como uma ordem, não uma solicitação’. Semelhantemente, o contexto das expressões ‘eu morrerei algum dia’, ‘deixarei meu relógio para você’, particularmente a saúde do falante, produz uma diferença na forma como iremos entendê-lo.⁴⁴ (AUSTIN, 1976, p. 76)

Para Austin (1976), o estudo da linguagem como ação envolve uma discussão não só do significado, como, fundamentalmente, da dimensão do extra-enunciado, ou seja, do que se costuma chamar de contexto e que inclui os sujeitos de fala, o momento, a força e os efeitos do ato. Uma das dificuldades de teorizar sobre essas categorias é conseguir abarcar a situação total em que um enunciado é emitido. Austin parece acreditar nessa possibilidade e mantém o acesso à situação total de fala como uma grande meta de seu trabalho em *How to do things with words*: “Devemos considerar a situação total em que o proferimento é emitido

⁴³ “[...] an effect must be achieved on the audience if the illocutionary act is to be carried out.” (AUSTIN, 1976, p. 116).

⁴⁴ “An exceeding important aid is the circumstances of the utterance. Thus we may say ‘coming from him, I took it as an order, not as request’; similarly the context of the words ‘ I shall die some day’, ‘I shall live you my watch’, in particular the health of the speaker, make a difference how we shall understand them.” (AUSTIN, 1976, p. 76).

– o ato de fala total”⁴⁵ (AUSTIN, 1976, p. 52) e “O ato de fala total na situação de fala total é o único fenômeno real que, em última instância, estamos engajados em elucidar”⁴⁶ (AUSTIN, 1976, p. 148).

No entanto, existe um momento em que Austin questiona o poder do contexto na determinação do ato de fala. Trata-se do trecho em que discute a diferença entre o performativo explícito (dotado de uma expressão que nomeia o ato realizado por meio do enunciado, como por exemplo, ‘eu prometo’, ‘eu aposto’) e o implícito ou primitivo (que não possui esse tipo de expressão). Nos exemplos abaixo, Austin (1976, p.33) esclarece melhor essa distinção e reconhece que nem mesmo as circunstâncias de uma dada situação podem explicitar que ação está sendo realizada por meio do enunciado:

[...] ‘Há um touro na campina’ pode ou não ser uma advertência, pois eu poderia estar apenas descrevendo o cenário e ‘Eu estarei lá’ pode ou não ser uma promessa. Aqui temos performativos primitivos como distintos de explícitos; e é possível não haver absolutamente nada nas circunstâncias por meio do que possamos decidir se o enunciado é ou não performativo. De qualquer forma, em uma dada situação pode estar aberto para mim entendê-lo como um ou outro.⁴⁷ (AUSTIN, 1976, p. 33)

Com essa observação, Austin (1976) reconhece o campo de ambigüidade, imprecisão e vagueza que constitui a linguagem e que, ao mesmo tempo, possibilita toda a sua argumentação em *How to do things with words*. O que pode gerar desconfiança em relação a essa responsabilidade total que Austin parece colocar sobre o contexto é a própria complexidade do assunto que ele está discutindo. Se a solução de todos os problemas que o afligem é simplesmente considerar a situação total de fala, então, muitos argumentos poderiam ter sido poupados e seu texto poderia se resumir ao seguinte enunciado constativo “É importante tomar a situação de fala como um todo”⁴⁸ (AUSTIN, 1976, p. 138). A classificação das forças ilocucionárias proposta no fim da obra pode ser vista como um indício de que Austin tinha consciência da complexidade de seu empreendimento.

Vejamos como essa complexa experiência de teorização sobre os atos de fala é apropriada por autore(a)s de diferentes campos de estudo da linguagem.

⁴⁵ “We must consider the total situation in which the utterance is issued – the total speech-act.” (AUSTIN, 1976, p. 52).

⁴⁶ “The total speech-act in the total speech-situation is the *only actual* phenomenon which, in the last resort, we are engaged in elucidating.” (AUSTIN, 1976, p. 148).

⁴⁷ “[...] ‘There is a bull in the field’ may or may not be a warning, for I might just be describing the scenery and ‘I shall be there’ may or may not be a promise. Here we have primitive as distinct from explicit performatives; and there may be nothing in the circumstances by which we can decide whether or not the utterance is performative at all. Any way, in a given situation it can be open to me to take it as either one or the other.” (AUSTIN, 1976, p. 33).

⁴⁸ “It is important to take the speech situation as a whole.” (AUSTIN, 1976, p. 138).

3. AS CONCEPÇÕES DE CIÊNCIA SUBJACENTES ÀS FORMAS DE LIDAR COM A SUPOSTA IMPRECISÃO DOS CONCEITOS AUSTINIANOS

Ora, é preciso (e este é preciso está inscrito diretamente na herança recebida), é preciso fazer de tudo para se apropriar de um passado que sabemos no fundo permanecer inapropriável, quer se trate aliás de memória filosófica, da precedência de uma língua, de uma cultura ou da filiação em geral. Reafirmar, o que significa isso? Não apenas aceitar essa herança, mas relançá-la de outra maneira e mantê-la viva. Não escolhê-la (pois o que caracteriza a herança é primeiramente que não é escolhida, sendo ela que nos elege violentamente), mas escolher preservá-la viva.

J.Derrida e E. Roudinesco

Algumas formas de apropriação dos conceitos austinianos mostram que a influência desse autor tem produzido resultados diferentes, e até opostos, dependendo de como se consegue lidar com as supostas incompletude e imprecisão de seu pensamento. É a presença simultânea da tradição e da inovação que possibilita à *How to do things with words* (AUSTIN, 1976) despertar tanto interesse e, ao mesmo tempo, permitir que seu(a)s herdeiro(a)s se apropriem dessa herança de formas tão díspares. Derrida e Roudinesco (2004) discutem a relação entre herança e responsabilidade e falam justamente sobre essa possibilidade de escolha, que não nos impõe uma atitude de passividade diante daquilo que recebemos:

Se a herança nos designa [*assigne*] tarefas contraditórias (receber e no entanto escolher, acolher o que vem antes de nós e no entanto reinterpretá-lo etc.), é que ela atesta nossa finitude. Só um ser finito herda, e sua finitude o *obriga* a isso. Obriga-o

a receber o que é maior, mais antigo, mais poderoso e mais duradouro que ele. Mas a mesma finitude obriga a escolher, a preferir, a sacrificar, a excluir, a deixar de lado. Justamente para responder ao apelo que o precedeu, para a ele responder e por ele responder – em seu nome como em nome do outro. Antes mesmo de dizer que se é responsável por tal ou tal herança, é preciso saber que a responsabilidade em geral (o “responder de”, o “responder a”, o “responder em seu nome”) nos é primeiramente designada, e, de uma ponta a outra, como herança. (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 14)

É assim que, em Searle (1994), como primeiro discípulo de Austin a ganhar fama, temos uma tentativa de “domesticar” os conceitos e adaptá-los à tradição dos estudos semânticos, conferindo aos atos de fala um caráter de cientificidade (RAJAGOPALAN 1990, 1992, 1996b, 2000; RAJAGOPALAN; ARROJO 1992; SANTOS, 2005; ALENCAR, 2005). Por outro lado, nas mãos de Derrida (1991a, 1991b, 1991c) alguns conceitos austinianos passam por leituras críticas, nas quais a teoria dos atos de fala pode ser discutida menos como uma teoria e mais como um espaço complexo de reflexão sobre a linguagem.

Searle e Derrida são os protagonistas de um acirrado debate sobre a teoria austiniana, que se inicia com a resposta de Searle ao ensaio “Assinatura acontecimento contexto” (DERRIDA, 1991a). Em “Reiterating the differences: a replay to Derrida”, Searle (1977) parte em defesa de Austin e critica alguns pontos da argumentação derridiana sobre os atos de fala. Derrida responde às críticas de Searle no polêmico artigo “Limited inc a b c.” (DERRIDA, 1991b) e no posfácio “Em direção a uma ética da discussão” (DERRIDA, 1991c).

Tendo em vista essa divergência, Searle e Derrida encabeçam duas formas distintas de lidar com as idéias de Austin, das quais podemos extrair concepções diferentes do que seja teorizar sobre a linguagem e, subjacente a isso, do que se possa entender como ciência. Ao passo que Searle procura sistematizar e adaptar os conceitos austinianos à tradição, Derrida busca desconstruir certos pontos dessa proposta e, conseqüentemente, desconstrói também alguns fundamentos da ciência. A análise proposta a seguir tem por base essa oposição. No primeiro grupo, liderado por Searle (1994), estão os autores que se apropriam dos atos de fala pela via searleana e que têm por característica em comum a tentativa de sistematização dos atos de fala, entre eles, Coulthard (1985), Ellis (1994), Dik (1997a, 1997b) e Gumperz (1982). Baseando-nos na discussão proposta no capítulo I, ao investigarmos esses autores, percebemos nas suas tentativas de sistematização alguns traços de cientificismo. Como afirma Japiassu (1975, p. 93), o cientificismo “jamais se revelou como uma *doutrina* explícita, mas como uma *atitude* ‘espiritual’ comum a várias doutrinas”. Dessa forma, investigaremos como essa atitude deixa seus traços no trabalho com atos de fala

em diferentes campos de estudo. Para isso, propomos o estabelecimento de cinco traços principais:

- (1) *Universalidade*: o conhecimento científico deve ter em vista valores como verdade, realidade, objetividade, neutralidade, imparcialidade. Como afirma Japiassu (1975, p. 83), “o conhecimento “verdadeiro”, também chamado de real ou de “objetivo”, deve ser universal, quer dizer, válido em todo tempo e lugar, independentemente das condições sociais e das formas culturais”.
- (2) *Racionalismo*: o fundamento do conhecimento científico é a razão. O cientificismo defende, segundo Japiassu (1975, p. 84), a “supremacia da razão e do intelecto sobre todos os demais aspectos da experiência e das capacidades humanas”. É do racionalismo que se origina a idéia da consciência autônoma do sujeito pensante e também a noção de intencionalidade.
- (3) *Método experimental*: para ter validade epistemológica é necessário que um conhecimento possa ser submetido a teste empírico, à experimentação. A pesquisa deve ser realizada de forma que possa ser observada, avaliada e repetida por outras pessoas, seja em condições de experiências em laboratórios ou através de observações dirigidas de fatos naturais ou de situações reais. Segundo Japiassu (1975, p. 84), o método experimental, aliado à dedução, “é o único instrumento particular da Razão humana”. Isso significa que é possível admitir o caráter empírico de alguns dos nossos conhecimentos, sem por isso defender a experiência como o único fundamento possível. Nesse sentido, racionalismo e empirismo são complementares e não incompatíveis.
- (4) *Interpretações quantitativas*: a abordagem científica deve envolver índices, indicadores, variáveis, frequências, análise estatística, probabilidade, amostragem de dados.
- (5) *Formalização*: os conhecimentos científicos devem ser formalizados, isto é, devem envolver sistematização, simplificação, idealização, o que requer a construção de conceitos, categorias, leis, modelos, teses, fórmulas.

As categorias propostas por Austin (1976), em *How to do things with words*, analisadas no capítulo anterior (entre elas, os conceitos de performativo, ato da fala e ilocucionário), surgem de formas variadas nos autores desse primeiro grupo. Ao investigar as formas teóricas e/ou metodológicas de lidar com a categoria austiniana escolhida e as concepções de ciência subjacentes às escolhas feitas, acabamos por identificar esses traços de cientificismo na proposta de cada autor.

No segundo grupo, liderado por Derrida (1991a, 1991b, 1991c), é feita uma análise da desconstrução derridiana dos conceitos austinianos, bem como das propostas teóricas de duas autoras, cujas formas de interpretar Austin são fortemente influenciadas por Derrida: Butler (1997) e Felman (2003). Nesse grupo, ao procurarmos investigar a forma como lidam com as supostas imprecisões das categorias austinianas, nos deparamos com o questionamento de alguns pressupostos encontrados na teorização sobre os atos de fala realizada por Austin e por seus herdeiros mais renomados, assim como a desconstrução do cientificismo.

3.1. Traços de cientificismo nas tentativas de sistematização dos atos de fala

Speech acts (SEARLE, 1994), publicado pela primeira vez em 1969, faz parte de uma fase inicial do trabalho de J. R. Searle com os atos de fala e é também uma das primeiras tentativas de sistematização científica do pensamento austiniano. É a obra searleana de maior relevância para a lingüística, uma vez que foi, em grande parte por meio dela, que se deu a divulgação do nome de Austin nessa disciplina. Essa obra teve grande aceitação nos meios acadêmicos (tanto filosóficos quanto lingüísticos) por se configurar como um tratado sobre os atos de fala, isto é, um trabalho completo, consistente, que oferece uma análise de aparência muito mais sistematizada e formal que a de Austin (1976). O reconhecimento de *Speech acts* deve-se, então, sobretudo ao seu aspecto de tese acabada, que apresenta soluções e não pretende se contradizer. Como visto no capítulo anterior, alega-se frequentemente que um dos principais obstáculos à leitura de Austin é a sua suposta “incoerência interna”, problema que Searle procura sanar.

Searle (1994) desenvolve sua teoria dos atos de fala dentro do arcabouço da filosofia da linguagem, fato que ele faz questão de destacar no início de seu texto:

A filosofia da linguagem é a tentativa de fornecer descrições filosoficamente esclarecedoras para certos traços gerais da linguagem, tais como referência, verdade, significado e necessidade; e ocupa-se apenas incidentalmente com elementos particulares de um língua particular. [...] este livro é um ensaio de filosofia da linguagem [...].⁴⁹ (SEARLE, 1994, p. 4)

O espaço que Searle confere a essas questões filosóficas tradicionais é o que parece distanciar mais a sua teoria da de Austin. Searle consegue inserir os conceitos

⁴⁹ “The philosophy of language is the attempt to give philosophically illuminating descriptions of certain general features of language, such as reference, truth, meaning, and necessity; and it is concerned only incidentally with particular elements in a particular language. [...] this book is an essay in the philosophy of language [...].” (SEARLE, 1994, p. 4).

austinianos numa tradição filosófica que era firmemente questionada por esse filósofo inglês. Questões como verdade e falsidade, valor e fato, que são “fetiches” para Austin (1976, p. 151), são tratados por Searle com extrema seriedade e como sendo perfeitamente compatíveis com os conceitos austinianos. O autor discute, por exemplo, algumas questões clássicas da semântica, como proposição, referência e predicação, relacionando-as à noção de ato ilocucionário.

Como é possível perceber no trecho citado acima, as discussões no campo da filosofia da linguagem não se concentram em línguas particulares, mas na linguagem do ponto de vista universal. Dessa forma, o interesse de Searle é chegar a conclusões sobre os atos de fala, que sejam válidas para toda e qualquer linguagem, o que caracteriza a sua postura universalista, o primeiro traço de cientificismo que podemos identificar nesse autor.

Searle compartilha com Austin a visão de que a performatividade caracteriza a linguagem. Para o autor, “falar uma língua é realizar atos de fala, atos como fazer declarações, dar ordens, fazer perguntas, promessas e assim por diante”⁵⁰ (SEARLE, 1994, p. 16). A noção de que *afirmar* é um ato parece, desse modo, ser uma idéia cristalizada na teoria de Searle, mas com algumas alterações. Vejamos um trecho em que isso pode ser claramente constatado:

[...] há uma relação estreita entre dizer e a classe constativa dos atos ilocucionários. Afirmações encaixam-se no dizer, mas saudações não. De fato, a percepção original de Austin em relação ao performativo era que muitos proferimentos não eram dizeres, mas ações de algum outro tipo. Mas esse ponto pode ser exagerado. Um homem que diz “Eu (por meio desta) prometo” não apenas promete, mas *diz* que ele o faz. Isto é, existe, de fato, uma conexão entre dizer e os constativos, mas ela não é tão estreita como se pode estar inclinado a pensar.⁵¹ (SEARLE, 1994, p. 68)

Nessa passagem de *Speech acts*, Searle parece afirmar, assim como Austin (1976, p. 92), que em todo ato de fala existe uma conjugação do *dizer* e do *fazer*. No entanto, o autor critica a visão de Austin a respeito dos performativos, no que ele considera um exagero: a afirmação de que o enunciado ‘Eu prometo’, por exemplo, é a própria promessa em si e não a declaração ou a afirmação da promessa. Para Searle, alguns atos de fala teriam uma relação maior com o dizer do que outros, como seria o caso do ato de *afirmar* em relação ao ato de *saudar*. É assim que Searle postula a existência de uma classe constativa de atos

⁵⁰ “[...] speaking a language is performing speech acts, acts such as making statements, giving commands, asking questions, making promises, and so on.” (SEARLE, 1994, p. 16).

⁵¹ “[...] there is a close connection between saying and the constative class of illocutionary acts. Saying fits statements but not greetings. Indeed, Austin’s original insight into performatives was that some utterances were not sayings, but doings of some other kind. But this point can be exaggerated. A man who says “I (hereby) promise” not only promises, but *says* he does. That is, there is indeed a connection between saying and constatives, but it is not as close as one might be inclined to think.” (SEARLE, 1994, p. 68).

ilocucionários⁵², que, de acordo com a definição oferecida pelo autor, é composta por atos como *asseverar*, *afirmar*, *declarar*. Nessa classe estariam os atos de fala mais proximamente ligados ao dizer.

Tendo em vista as idéias de Searle expressas no trecho citado logo acima, começamos a perceber que a preocupação central do autor é com o ato ilocucionário e, subjacente a ele, com o ato proposicional, que insere no estudo dos atos de fala a noção de proposição e, conseqüentemente, de cálculo veritativo. A proposição, representada na semântica formal pelo símbolo *p*, é uma expressão em que se afirma ou se nega alguma coisa acerca de um sujeito, o que equivale a referir e predicar. Reafirmando a idéia de que a asserção e a afirmação são atos de fala, Searle apresenta um conceito de proposição:

Afirmar e declarar são atos, mas as proposições não são atos. Uma proposição é o que é declarado no ato de declarar, o que é afirmado no ato de afirmar. O mesmo caso de uma forma diferente: uma declaração é um (tipo muito especial de) compromisso com a verdade da proposição.⁵³ (SEARLE, 1994, p. 29)

Como podemos perceber, a noção de proposição é bastante problemática se nos propomos a pensar na teoria de Searle em relação à proposta austiniana. Em várias partes de *Speech acts*, Searle compromete sua teoria com a noção de valor de verdade; a mesma que dá base à noção já apontada de ato proposicional, num movimento claramente contrário à proposta de Austin, que procura cada vez mais retirar a dimensão de verdade do ato de fala. Alencar (2005), numa comparação sistemática e detalhada de Austin e Searle, destaca justamente essa atitude de oposição assumida por Searle em sua interpretação de Austin. A tese principal da autora é que Searle seria um anti-Austin, porque seu discurso “é um discurso-resposta ao discurso austiniano que se constrói num nível de *afrontamento*, uma vez que sua própria imagem é constituída a partir da destruição da teoria austiniana” (ALENCAR, 2005, p. 205).

Se o performativo de Austin não podia ser avaliado em termos de verdade e falsidade, Searle soluciona o problema postulando o ato proposicional: a proposição seria a parte do ato de fala que poderia ser submetida ao cálculo do valor de verdade. Como é constatado por Rajagopalan (1990, p. 247): “Searle idealiza o conceito do ato ilocucionário e, contra Austin [...], traz para dentro de sua teoria a noção de ‘proposição’, o receptáculo atemporal, extralingüístico, do valor veritativo, já exorcizado por Austin”.

⁵² O conceito de ilocucionário, na visão de Searle, diz respeito aos atos de fala completos como *asseverar*, *perguntar*, *ordenar*, *prometer* etc. Searle (1994) tomou emprestada essa terminologia de Austin (1976).

⁵³ “Stating and asserting are acts, but propositions are not acts. A proposition is what is asserted in the act of asserting, what is stated in the act of stating. The same point in a different way: an assertion is a (very special kind of) commitment to the truth of a proposition.” (SEARLE, 1994, p. 29).

Essa junção de um conceito austiniano a um conceito filosófico tradicional feita por Searle (1994) afasta a sua teoria da nova visão da linguagem que a teoria de Austin (1976) suscita. A performatividade não tem um lugar de destaque em *Speech acts* e a consequência disso é uma teoria dos atos de fala muito mais adaptada à tradição filosófica. Nas palavras de Rajagopalan (1996b, p. 109), “a intervenção decisiva de Searle teve como principal consequência o efeito de assegurar que Austin permanecesse na respeitável tradição da Filosofia Analítica como um praticante exemplar”.

Searle (1994, p. 23-24) também define três tipos distintos de ato de fala, mas apenas um corresponde à terminologia de Austin. Vejamos quais são eles: os atos de proferimento (*utterance acts*) consistem em proferir palavras (morfemas, sentenças), os atos proposicionais dizem respeito à referência e à predicação, e os atos ilocucionários são atos de fala completos como *declarar, questionar, comandar, prometer* etc. Segundo o autor, ao se realizar um ato ilocucionário, está-se caracteristicamente realizando atos de proferimento e atos proposicionais.

A diferença básica entre o ato locucionário de Austin e o ato de proferimento de Searle é que, para Austin, os atos locucionários têm um significado equivalente a sentido e referência, enquanto, para Searle, os atos de proferimento não pressupõem um significado, isto é, pode-se, segundo ele, realizar atos de proferimento sem realizar atos proposicionais e ilocucionários: “Podem-se proferir palavras sem se dizer nada”⁵⁴ (SEARLE, 1994, p. 24). Por outro lado, para Austin, o locucionário e o ilocucionário são interdependentes: “Podemos dizer que realizar um ato locucionário é, em geral, também e *eo ipso* realizar um ato *ilocucionário*”⁵⁵ (AUSTIN, 1976, p. 98).

A noção de ato locucionário é rejeitada por Searle, como pode ser percebido nesta nota de rodapé: “Emprego a expressão ‘ato ilocucionário’ com certo receio, uma vez que não aceito a distinção feita por Austin entre atos *locucionário* e *ilocucionário*”⁵⁶ (SEARLE, 1994, p. 23). Alguns motivos para essa rejeição são apontados por Rajagopalan e Arrojo (1992):

Para Searle, não se sustentava a distinção entre ato locucionário e ato ilocucionário porque, segundo ele, havia casos em que a significação sozinha exauriria a força ilocucionária do enunciado em questão, ou seja, as duas classes, respectivamente, dos atos locucionários e dos atos ilocucionários, não excluiria uma a outra; ao contrário, a segunda englobaria a primeira. (RAJAGOPALAN; ARROJO, 1992, p. 114)

⁵⁴ “One can utter words without saying anything.” (SEARLE, 1994, p. 24).

⁵⁵ “To perform a locutionary act is in general, we may say, also and *eo ipso* to perform an *illocutionary* act.” (AUSTIN, 1976, p. 98).

⁵⁶ “I employ the expression, ‘illocutionary act’, with some misgivings, since I do not accept Austin’s distinction between *locutionary* and *illocutionary* acts.” (SEARLE, 1994, p. 23).

O significado, na teoria searleana, está presente no ato proposicional, que é o conteúdo do ato ilocucionário. De acordo com Searle (1994), o mesmo ato proposicional (a mesma referência e a mesma predicação) pode ser comum a diferentes atos ilocucionários. A forma gramatical característica do ato proposicional são partes de frases: predicados gramaticais para o ato de predicação e nomes próprios, pronomes e alguns outros tipos de sintagmas nominais para a referência. Essa forma clássica de segmentar o ato proposicional parece vinda diretamente de Frege (1978) e é um dos pontos em que fica mais evidente a continuidade de Searle em relação à semântica formal. Compare-se a divisão proposta por Searle com esta afirmação de Frege (1978, p. 90): “O conceito – tal como entendo esta palavra – é predicativo. Por outro lado, um nome de objeto, um nome próprio, não pode absolutamente ser usado como um predicado gramatical”. As semelhanças, com certeza, não se restringem apenas à terminologia empregada. De fato, vários conceitos formais são reciclados de modo a integrar a proposta searleana para os atos de fala. As conseqüências disso são apontadas por Rajagopalan (1996b) nesta passagem:

Efetuada a manobra, torna-se fácil argumentar que, afinal de contas, Austin é um continuísta em relação à tradição fregeana, de vez que toda a lógica de Frege estaria em perfeita sintonia com a Teoria dos Atos de Fala, que, por sua vez, pode perfeitamente ser considerada como complementar e não competidora com respeito à tradição logicista. (RAJAGOPALAN, 1996b, p. 109)

Segundo Searle: “Atos proposicionais não podem ocorrer sozinhos; ou seja, não se pode *apenas* referir e predicar sem fazer uma declaração, uma pergunta ou realizar algum outro ato ilocucionário”⁵⁷ (SEARLE, 1994, p. 25). Para distinguir o ato ilocucionário de seu conteúdo proposicional, o autor estabelece uma distinção entre indicador proposicional e indicador de força ilocucionária, que seriam dois elementos da estrutura sintática da frase. Assim, na frase ‘Eu prometo que irei’ haveria um indicador de força ilocucionária (‘eu prometo’) e um indicador de conteúdo proposicional (‘que irei’). Para representar essa divisão, Searle utiliza a fórmula:

$$F(p)$$

onde F representa a força ilocucionária e p representa a proposição (SEARLE, 1994, p. 31). Eis aqui outro símbolo clássico da Lógica adaptado à teoria searleana. A fórmula $F(p)$ remete à fórmula lógica $p(x)$, em que p representa a função proposicional e x a variável. Resumindo, Searle afirma: “O indicador de força ilocucionária mostra como a proposição deve ser entendida ou, para dizer de forma diferente, que força ilocucionária o proferimento deve ter;

⁵⁷ “Propositional acts cannot occur alone; that is, one cannot *just* refer and predicate without making an assertion or asking a question or performing some other illocutionary act.” (SEARLE, 1994, p. 25).

isto é, que ato ilocucionário o falante está realizando com o proferimento da frase”⁵⁸ (SEARLE, 1994, p. 30).

O conteúdo proposicional, como já foi dito anteriormente, é a parte do ato de fala sujeita a avaliação em termos do valor de verdade, sendo que a verdade da proposição está ligada às condições para uma realização bem sucedida do ato: “Ao expressar que *P*, *S* predica uma expressão de *S*, o significado dessa expressão é tal que, se a expressão é verdadeira em relação ao objeto, é verdade que o objeto realizará um ato futuro *A*”⁵⁹ (SEARLE, 1994, p. 57-58). No entanto, um dos trechos de *Speech acts* em que fica mais evidente a possibilidade de cálculo veritativo no interior da proposição e, conseqüentemente, do ato de fala, é este: “Predicar uma expressão ‘*P*’ de um objeto *R* é levantar a questão da verdade da expressão predicada em relação ao objeto referido”⁶⁰ (SEARLE, 1994, p. 124). Essa análise explicita um dos traços de cientificismo mais marcantes em Searle: a formalização, que se manifesta no uso de fórmulas e na elaboração de regras e princípios.

Searle (1994, p. 30) explica que alguns mecanismos indicativos da força ilocucionária (*illocutionary force indicating devices*) são, por exemplo, a ordem das palavras, o acento tônico, a entonação, a pontuação, o modo do verbo e os verbos performativos. No entanto, Searle, assim como Austin, reconhece a possibilidade de se desempenhar o ato sem invocar um procedimento indicativo de força ilocucionária explícito. O enunciado ‘Eu farei’, por exemplo, pode ter a força de uma promessa, sendo explicitado como ‘Eu prometo que farei’. O autor afirma ainda: “Sempre que a força ilocucionária de um proferimento não é explícita ela pode sempre ser explicitada”⁶¹ (SEARLE, 1994, p. 68). Para explicitar essa força, Searle reconhece a necessidade de se recorrer ao contexto: “Frequentemente, em situações reais de fala, o contexto esclarecerá qual é a força ilocucionária do proferimento, sem ser necessário invocar o indicador de força ilocucionária explícito adequado”⁶² (SEARLE, 1994, 30).

⁵⁸ “The illocutionary force indicator shows how the proposition is to be taken, or to put it another way, what illocutionary force the utterance is to have; that is, what illocutionary act the speaker is performing in the utterance of the sentence.” (SEARLE, 1994, p. 30).

⁵⁹ Neste trecho *P* é igual à proposição, *S* é igual a falante (*speaker*) e *A* representa o ato (*act*). “In expressing that *P*, *S* predicates an expression of *S*, the meaning of which expression is such that if the expression is true of the object it is true that the object will perform a future act *A*.” (SEARLE, 1994, p. 57-58).

⁶⁰ “To predicate an expression ‘*P*’ of an object *R* is to raise the question of the truth of the predicate expression of the object referred to.” (SEARLE, 1994, p. 124).

⁶¹ “Wherever the illocutionary force of an utterance is not explicit it can always be made explicit.” (SEARLE, 1994, p. 68).

⁶² “Often, in actual speech situation, the context will make clear what the illocutionary force of the utterance is, without its being necessary to invoke the appropriate explicit illocutionary force indicator.” (SEARLE, 1994, 30).

De acordo com Searle (1994, p. 70), as noções de força ilocucionária e de diferentes atos ilocucionários envolvem diferentes e variados princípios de distinção, entre eles: a existência de um objetivo ou finalidade, as posições relativas do falante e do ouvinte, o grau de compromisso assumido, a diferença no conteúdo proposicional, a diferença na maneira como a proposição se relaciona com os interesses do falante e do ouvinte, os diferentes estados psicológicos que podem ser expressos e os diferentes modos pelos quais uma emissão se relaciona com o resto da conversação. Dessa forma, o autor conclui que há várias dimensões de força ilocucionária e que, em virtude dos princípios de distinção serem muito variados, é difícil determinar as diferentes espécies de ato ilocucionário. Searle, então, não se arrisca a propor, em *Speech acts*, uma taxionomia dos atos ilocucionários, mas comenta a classificação proposta por Austin: “A este respeito, a classificação dos atos ilocucionários em cinco categorias, feita por Austin, parece um tanto *ad hoc*”⁶³ (SEARLE, 1994, p. 69). Nesse trecho, Searle se refere às cinco classes de proferimento classificadas por Austin (1976, p. 148-164) de acordo com a força ilocucionária: os vereditivos (*verdictives*), os exercitivos (*exercitives*), os comissivos (*comissives*), os comportamentais (*behabitives*) e os expositivos (*expositives*). Essas classes não são definidas de maneira estanque por Austin, mas sim como “*famílias* gerais de atos de fala relacionados e sobrepostos”⁶⁴ (AUSTIN, 1976, p. 150). As possibilidades de conexão entre uma classe e outra são tantas que Austin afirma: “Devemos estar certos, desde o início, de que existe, todavia, grande possibilidades de casos marginais, difíceis ou de sobreposições”⁶⁵ (AUSTIN, 1976, p. 152).

Como foi mencionado, o conceito de ato ilocucionário é fortemente idealizado no interior da proposta searleana para os atos de fala. Essa idealização pode ser percebida neste trecho em que Searle define o seu objeto de análise: “Iremos tratar de atos ilocucionários muito simples, do tipo que envolve referência a um objeto singular (geralmente no proferimento de uma frase nominal singular) e a predicação de expressões simples”⁶⁶ (SEARLE, 1994, p. 33). A mesma metodologia idealista está ainda mais evidente neste outro trecho:

Em resumo, tratarei apenas de um caso simples e idealizado. Esse método de construir modelos idealizados é análogo ao tipo de construção de teoria que ocorre

⁶³ “In this respect, Austin’s classification of illocutionary acts into five categories seems somewhat *ad hoc*.” (SEARLE, 1994, p. 69).

⁶⁴ “[...] general *families* of related and overlapping speech-acts” (AUSTIN, 1976, p. 150).

⁶⁵ “We should be clear from the start that there are still wide possibilities of marginal or awkward cases, or of overlaps” e “It could well be said that all aspects are present in all my classes.” (AUSTIN, 1976, p. 152).

⁶⁶ “We shall be dealing with very simple illocutionary acts of the sort that involve reference to a single object (usually in the utterance of a singular noun phrase) and the predication of simple expressions.” (SEARLE, 1994, p. 33).

em muitas *ciências*, por exemplo, a construção de modelos econômicos ou as descrições do sistema solar que tratam os planetas como pontos. Sem abstração e idealização não há sistematização.⁶⁷ (SEARLE, 1994, p. 56; grifo nosso)

Nessa última passagem, temos também uma amostra da preocupação de Searle em conferir à sua teoria um caráter de cientificidade. O autor apela para a tradição científica a fim de justificar a forma simplificada e idealizada como aborda o seu objeto, neste caso específico, o ato de *prometer*. Rajagopalan (1992) considera *Speech acts* como uma das várias manobras que têm surgido para superar a “impureza” do conceito de ato ilocucionário. Segundo ele, Searle faz isso “com a justificativa de que se tratasse apenas de uma decisão metodologicamente motivada, ou seja, supostamente sem qualquer desdobramento a nível teórico” (RAJAGOPALAN, 1992, p. 114).

Se analisarmos o trecho seguinte, em que Searle oferece uma definição resumida dos atos proposicionais e ilocucionários, veremos que essa atitude simplificadora pode sim ter conseqüências dentro de sua teoria: “Atos ilocucionários e proposicionais consistem caracteristicamente em proferir palavras em sentenças situadas em certos contextos, sob certas condições e com certas intenções”⁶⁸ (SEARLE, 1994, p. 24-25). A princípio, temos aqui o estabelecimento da sentença como a unidade básica do ato de fala, estratégia para delimitar o objeto de análise. Em conseqüência, torna-se difícil ou quase impossível a missão assumida pelo autor: considerar, na análise do ato de fala, aspectos situacionais e intencionais, ou como ele próprio afirma, assumir que “atos de fala são realizados por falantes ao proferirem palavras, não por palavras”⁶⁹ (SEARLE, 1994, p. 28). O que se percebe ao longo de *Speech acts* é uma análise do ato de fala em termos do proferimento de frases, que acabam por se desvincular dos sujeitos falantes.

Quanto à noção de ato perlocucionário, Searle afirma adicioná-lo às suas três noções, definindo-o como as conseqüências ou efeitos que os atos ilocucionários têm sobre as ações, pensamentos ou crenças dos ouvintes. Exemplos de ato perlocucionário, segundo Searle, são *convencer*, *persuadir*, *assustar*, *alarmar* etc. (SEARLE, 1994, p. 25). No entanto, uma análise mais detalhada demonstra que o ato perlocucionário ocupa uma posição marginal na teoria searleana, pois é mencionado poucas vezes em todo o texto de *Speech acts*.

⁶⁷ “In short, I am going to deal only with a simple and idealized case. This method, one of constructing idealized models, is analogous to the sort of theory construction that goes on in most *sciences*, e. g., the construction of economic models, or accounts of the solar system which treat planets as points. Without abstraction and idealization there is no systematization.” (SEARLE, 1994, p. 56; grifo nosso).

⁶⁸ “Illocutionary and propositional acts consist characteristically in uttering words in sentences in certain contexts, under certain conditions and with certain intentions.” (SEARLE, 1994, p. 24-25).

⁶⁹ “[...] speech acts are performed by speakers in uttering words, not by words.” (SEARLE, 1994, p. 28).

A preferência de Searle pelo conceito de ato ilocucionário e a pouca importância dada ao perlocucionário são atitudes que, de certa forma, encontram respaldo no próprio texto de Austin, que afirma após a definição dos três atos: “Nosso interesse nessas conferências é essencialmente nos fixar no segundo, o ato ilocucionário, e contrastá-lo com os outros dois”⁷⁰ (AUSTIN, 1976, p. 103). Além disso, a decisão de Searle de deixar o perlocucionário um pouco de lado está totalmente de acordo com a sua tendência em se esquivar da “impureza” dos conceitos austinianos, tendo em vista a dificuldade encontrada pelo próprio Austin (1976) na definição desse último ato.

De acordo com Searle (1994, p. 47), o entendimento por parte do ouvinte da emissão do locutor é um efeito ilocucionário e não perlocucionário: “o falante *S* pretende produzir um efeito ilocucionário *IE* no ouvinte *H* para fazer *H* reconhecer a intenção de *S* em produzir *IE*”⁷¹. Tendo em vista essa afirmação de Searle, podemos dizer que uma propriedade que perpassa toda a sua argumentação em torno do ato de fala é a intenção, já que o autor encara a linguagem como um comportamento intencional regido por regras (*rule-governed intentional behavior*). A intenção, na visão de Searle, é algo sempre possível de ser identificado, porque está ligada à significação dos elementos lingüísticos:

O falante pretende produzir um certo efeito ilocucionário, para que o ouvinte reconheça sua intenção de produzir esse efeito. Ele também pretende que esse reconhecimento seja obtido em virtude do fato de que o significado do item que ele profere convencionalmente associa-o com a produção desse efeito.⁷² (SEARLE, 1994, p. 60-61)

Nesse trecho, percebemos que a realização do ato de fala depende do reconhecimento da intenção do locutor por parte do interlocutor que, por sua vez, depende das regras semânticas (que nada mais são do que o significado literal). O significado e a intenção estão, portanto, na base de todo o mecanismo dos atos de fala, determinando até mesmo a sua força e seus efeitos. Searle parece ignorar, na sua análise do ato de fala, que as palavras e sentenças são recebidas por uma outra pessoa, que irá apenas interpretá-las e dificilmente conseguirá recuperar ou definir totalmente as intenções dos emissores. A abordagem da intenção proposta por Searle é, então, bastante diferente da abordagem austiniana e está pautada numa outra concepção de sujeito, que Rajagopalan e Arrojo (1992) chamam de

⁷⁰ “Our interest in these lectures is essentially to fasten on the second, illocutionary act and contrast it with the other two.” (AUSTIN, 1976, p. 103).

⁷¹ “[...] the speaker *S* intends to produce an illocutionary effect *IE* in the hearer *H* by means of getting *H* to recognize *S*’s intention to produce *IE*.” (SEARLE, 1994, p. 47).

⁷² “The speaker intends to produce a certain illocutionary effect by means of getting the hearer to recognize his intention to produce that effect, and he also intends this recognition to be achieved in virtue of the fact that the meaning of the item he utters conventionally associates it with producing that effect. (SEARLE, 1994, p. 60-61).

“concepção ingênua”: “A concepção de sujeito que as reflexões teóricas de Searle abrigam, além de pressupor a possibilidade de um significado independente, também permite e prescreve a definição e até mesmo o resgate das intenções do emissor” (RAJAGOPALAN; ARROJO, 1992, p. 120). Essa concepção de sujeito como senhor do seu querer dizer tem relações com a postura cientificista, na medida em que se liga a uma certa racionalidade e ao estabelecimento da autoconsciência e auto-suficiência do sujeito cartesiano⁷³. A existência de uma consciência individual e autônoma em sua capacidade de conhecer o real é, como vimos, um ideal cientificista.

Podemos concluir que Searle (1994) propõe uma teoria dos atos de fala bastante formal e universalista, que se baseia na generalização a partir de certas regras da linguagem. Vejamos como as suas idéias influenciam os próximos autores em suas interpretações dos atos de fala.

Malcolm Coulthard (1985) está inserido numa vertente anglo-saxã da análise do discurso, cuja influência nos estudos conversacionais e nas teorias de aquisição de linguagem é de grande destaque. Em *An introduction to discourse analysis* (COULTHARD, 1985), o autor procura delimitar algumas questões centrais relativas à investigação do discurso falado no contexto situacional. Na introdução, ele destaca, como uma tradição da lingüística, a concentração nos aspectos formais (fonológicos, lexicais e sintáticos) das línguas e o descaso pelo significado. Para o autor, ao longo do desenvolvimento dos estudos lingüísticos (de Bloomfield a Chomsky), a gramática tem sido descrita isolada do significado, bem como de seu contexto de uso. Contrário a essa tradição, Coulthard enfatiza a importância da pesquisa empírica no estudo da linguagem em relação ao seu contexto: “Assim, os resultados da investigação empírica tem forçado muitos lingüistas transformacionais a reconhecerem a importância do contexto e a incorporarem uma série de disciplinas convergindo para o estudo da fala situada”⁷⁴ (COULTHARD, 1985, p. 3).

Segundo Coulthard (1985), o estudo do processo de interação verbal não se constitui em uma área plenamente desenvolvida, por isso ele recorre a pesquisas e teorias em diversas disciplinas; uma delas é a filosofia. É dessa disciplina que o autor extrai a discussão do significado, já que, segundo ele, “enquanto a lingüística, por uma geração, restringiu-se à concentração na forma, o estudo do significado foi deixado para os filósofos lingüistas,

⁷³ A filosofia racionalista de Descartes (1596-1650) defende o caráter original da razão como autoconsciência do sujeito e base para o conhecimento de todas as verdades possíveis.

⁷⁴ “Thus the results of empirical investigation have forced many transformational linguists to recognize the importance of context and to join a series of disciplines converging on the study of situated speech” (COULTHARD, 1985, p. 3).

concentrados no sentido, na referência e nas implicações de sentenças e de partes de sentenças”⁷⁵ (COULTHARD, 1985, p. 13). O significado é importante para responder a questões do tipo: “como proferimentos idênticos podem ter funções diferentes em diferentes situações”⁷⁶ (COULTHARD, 1985, p. 2) e, conseqüentemente, para dar conta dos problemas de comunicação tão recorrentes nos processos de interação verbal. Com isso, podemos pensar que a teoria dos atos de fala, como uma proposta de discussão do significado, é apropriada por Coulthard (1985) porque propicia uma alternativa para a investigação das diferentes ações que podem ser realizadas por meio da linguagem e que extrapolam os seus aspectos formais. O conceito de ato de fala fornece subsídios para uma discussão de como os enunciados são tomados pelos interlocutores em determinadas situações.

Dos autores aqui analisados, Coulthard (1985) é o que explora mais detalhadamente os percursos argumentativos de Austin, dedicando algumas páginas para a discussão da distinção entre performativos e constativos. Embora o autor explore essa distinção, ele propõe uma interpretação diferenciada, que pode ser vista como uma tentativa de organizar melhor a oposição. Diante da ambigüidade da definição de quais enunciados podem ser considerados performativos ou não, o autor recorre à proposta de Warnock (1973 apud COULTHARD, 1985, p. 15) de classificar os performativos como expressões idiomáticas. Nesse sentido, Coulthard (1985, p. 15), citando Warnock, afirma que “é o proferimento de palavras *predeterminadas* numa seqüência fixa, em algumas situações altamente convencionalizadas e, às vezes, rituais, que constitui a performance da ação”⁷⁷.

Reconhecendo, porém, que essa visão restrita do performativo não seria significativa do ponto de vista do uso da linguagem, Coulthard (1985) atribui a Austin o desenvolvimento de aplicações mais gerais do conceito de performativo, através da constatação de que enunciados como ‘Eu prometo’ (*I promise*), ‘Eu peço desculpas’ (*I apologize*), ‘Eu aviso você’ (*I warn you*) são performativos, porque ao dizê-los é possível realizar a ação de *prometer*, *pedir desculpas* e *advertir*. Para Coulthard (1985, p. 15), “esses proferimentos também são performativos, mas são crucialmente distintos do *primeiro grupo*, porque não há uma convenção governada por regra restringindo seu uso – qualquer um pode

⁷⁵ “While linguistics restricted itself for a generation to a concentration on form, the study of meaning was left to linguistic philosophers, concentrated on the sense, reference and implications of sentences and parts of sentences” (COULTHARD, 1985, p. 13).

⁷⁶ “[...] how identical utterances can have different functions in different situations.” (COULTHARD, 1985, p. 2).

⁷⁷ “[...] it is the uttering of *predetermined* words in a fixed sequence in a few highly conventionalized and at times ritual situations, which constitutes the performing of the action” (COULTHARD, 1985, p. 15).

fazer uma promessa para qualquer pessoa, em qualquer lugar e a qualquer momento”⁷⁸ (COULTHARD, 1985, p. 15; grifo nosso). O autor propõe, então, a existência de dois grupos. O primeiro parece ser o das expressões idiomáticas altamente fixas e convencionalizadas. O segundo grupo, por outro lado, seria constituído por enunciados que não são governados por convenções, como ‘Eu prometo’, ‘Eu peço desculpas’, ‘Eu aviso você’. Diferentemente da interpretação proposta por Coulthard, Austin (1976, p. 99) apresenta os atos ilocucionários (entre eles, *prometer*, *pedir desculpas* e *advertir*) como caracteristicamente convencionais e argumenta que todo ato convencional tem o caráter geral de ritual ou cerimônia (AUSTIN, 1976, p. 19). Coulthard parece não descartar essa interpretação, mas manifesta interesse por performativos que não sejam rituais, como é expresso neste trecho:

A teoria de Austin é sugestiva, mas ele morreu antes que estivesse apto a desenvolvê-la. Uma brecha significativa é que, enquanto ele propôs quatro condições governando a produção ‘feliz’ de performativos rituais ou arquetípicos, ele não sugeriu condições ou regras para outros performativos.⁷⁹ (COULTHARD, 1985, p. 20)

É possível que esse interesse de Coulthard (1985) seja decorrente de sua concepção de linguagem ordinária como processo comunicativo, que seria, em seu ponto de vista, distinto do ritual e da cerimônia. Essa concepção aparece de forma um pouco mais clara quando o autor cita um argumento de Leech (1983 apud COULTHARD, 1985, p. 25) que coloca em dúvida a classificação das declarações como atos ilocucionários, porque “elas são atos convencionais em vez de comunicativos: as partes lingüísticas do ritual”⁸⁰. Essa citação é um indício significativo da oposição entre ato comunicativo e ato convencional que desencadeia o interesse obstinado de Coulthard (1985, p. 20) por “outros performativos” além dos rituais. No entanto, o autor destaca a tentativa searleana de explicar a noção de ato ilocucionário “através de uma discussão detalhada de um ato ilocucionário convencional, a ‘promessa’”⁸¹ (COULTHARD, 1985, p. 20), mesmo tendo afirmado logo atrás (COULTHARD, 1985, p. 15) que o ato de prometer não era restrito por convenções. A proposta de Searle é, mais uma vez, apresentada como um desenvolvimento das idéias de

⁷⁸ “[...] these utterances also are performative, but are crucially distinct from the *first group* in that there are no rule-governed conventions restricting their use – anyone can make a promise to anyone in any place at any time.” (COULTHARD, 1985, p. 15; grifo nosso).

⁷⁹ “Austin’s theory is suggestive, but he died before he was able to develop it. One significant gap is that whereas he proposed four conditions governing the ‘happy’ production of ritual or archetypal performatives he suggested no conditions or rules for other performatives.” (COULTHARD, 1985, p. 20).

⁸⁰ “[...] ‘they are conventional rather than communicative acts: the linguistic parts of ritual’.” (LEECH, 1983 apud COULTHARD, 1985, p. 25).

⁸¹ “[...] through a detailed discussion of one conventional illocutionary act, ‘promise’.” (COULTHARD, 1985, p. 20)

Austin e que, portanto, resolve algumas falhas de sua argumentação. Isso evidencia uma forte influência searleana na interpretação que Coulthard (1985) faz de Austin.

Outra evidência da interpretação searleana de Coulthard (1985) é a ênfase na intencionalidade. Embora reconheça a dificuldade de Austin em definir o ato perlocucionário, para Coulthard (1985), Austin apresenta o ilocucionário como um ato bem definido e a intenção do falante é uma forma de conferir precisão e exatidão ao ato:

O ato ilocucionário sendo obtido através do proferimento de certas palavras está potencialmente sob o controle completo do falante: contanto que ele use o performativo explícito correto nas circunstâncias apropriadas, ele pode estar certo de que o ato será ‘feliz’ – ninguém pode impedir alguém de adverti-lo ou aconselhá-lo a não ser recusando-se a ouvir.⁸² (COULTHARD, 1985, p. 19)

Na visão de Coulthard (1985), Austin dá uma importância considerável à intenção do falante. Sua interpretação de *uptake* é oposta à interpretação de Ottoni (1998), vista anteriormente, no capítulo II. O *uptake*, na visão de Coulthard (1985), seria o lugar de manutenção da intenção:

[...] ele argumenta, de fato, que, se um ouvinte interpreta mal um enunciado, o falante deveria ser considerado não como tendo (acidentalmente) produzido um ato ilocucionário diferente, mas como não tendo produzido absolutamente nenhum ato: ‘a performance de um ato ilocucionário envolve a garantia do *uptake*’, isto é, *uptake intencional*⁸³. (COULTHARD, 1985, p. 20)

Segundo Coulthard (1985, p. 20), esse posicionamento cria dois problemas: a) a suposição não declarada de que cada locução tem apenas uma força ilocucionária e b) o problema de descobrir qual é a intenção do falante e o que acontece se nenhum ato é realizado. Contudo, esses dois contra-argumentos são amplamente explorados por Austin. Em primeiro lugar, o texto de Austin (1976) enfatiza a complexidade da força ilocucionária, o que dificulta a conclusão de que um enunciado tenha apenas uma força. Na análise, apresentada anteriormente, do exemplo ‘Há um touro na campina’ (*There is a bull in the field*) (AUSTIN, 1976, p. 33), o autor demonstrou o quanto a força desse enunciado é ambígua, mesmo quando situada num contexto. Em outro momento salientou que “‘sem efeito’ não significa ‘sem conseqüências, resultados, efeitos’”⁸⁴ (AUSTIN, 1976, p. 17). Se sempre há efeito, sempre ocorre um ato, a não ser que não haja o *uptake*, que pode ser entendido como a relação entre

⁸² “The illocutionary act being achieved through the uttering of certain words is potentially under the complete control of the speaker: provided he uses the correct explicit performative in the appropriate circumstances he can be certain that the act will be ‘happy’ – no one can prevent someone from warning or advising them except by refusing to listen.” (COULTHARD, 1985, p. 19).

⁸³ “[...] he argues in fact that if a listener misinterprets an utterance the speaker should be regarded not as having (accidentally) produced a different illocutionary act but as having produced no act at all: ‘the performance of an illocutionary act involves the securing of *uptake*’, that is *intended uptake*.” (COULTHARD, 1985, p. 20).

⁸⁴ “[...] ‘without effect’ does not mean ‘without consequences, results, effects.’” (AUSTIN, 1976, p. 17).

um falante e sua audiência, de forma a assegurar que uma ação está sendo realizada por meio da fala. A própria relação de dependência entre quem fala e quem ouve torna a intenção uma categoria problemática.

Para Coulthard (1985), a diferença básica entre Austin e Searle diz respeito a essa definição da força de um enunciado: “Uma diferença maior entre Austin e Searle está na determinação da força ilocucionária de um proferimento – como vimos acima, para Austin, é a realização bem sucedida da intenção do falante, mas, para Searle, é um produto da interpretação do ouvinte”⁸⁵ (COULTHARD, 1985, p. 22).

Coulthard (1985) considera inútil a explicação do conceito de significado fornecida por Austin e recorre a Strawson para tornar as coisas mais claras:

Austin explica ‘significado’ inutilmente como o uso da linguagem com ‘um certo “sentido” mais ou menos definido e uma “referência” mais ou menos definida’, mas Strawson (1973) esclarece as coisas questionando o que um ouvinte precisaria saber de modo que se pudesse dizer que ele sabe ‘precisamente o significado do que disse’ numa dada ocasião⁸⁶ (COULTHARD, 1985, p. 18).

Embora o autor dedique a parte inicial do capítulo “Atos de fala e máximas conversacionais” (*Speech acts and conversational maxims*) (COULTHARD, 1985, p. 13-32) para discutir a proposta austiniana e reserve outras seções para apresentar os desenvolvimentos subsequentes dos estudos sobre os atos de fala, a estratégia de recorrer a outros autores de renome durante a apresentação da proposta austiniana é recorrente ao longo do texto. Essa estratégia é, sem dúvida, resultante da visão que o autor tem da proposta de Austin. Para ele, as idéias desse filósofo possuem lacunas que devem ser preenchidas por seus contemporâneos, como Warnock, Strawson e Searle. Essa atitude revela o desejo de um conhecimento coerente e completo e o sentimento de que a proposta austiniana não conta com os critérios de sistematização necessários para uma proposta teórica, principalmente no que diz respeito à classificação dos atos de fala:

[...] a fraqueza fundamental da classificação dos verbos ilocucionários, feita por Austin, é justamente essa, é uma classificação de verbos ilocucionários. Como Searle comenta, ‘Austin parece assumir que uma classificação de diferentes verbos é *eo ipso* uma classificação de tipos de atos ilocucionários’. Em outras palavras, a classificação de Austin é lingüístico-popular – ela depende da língua inglesa para estabelecer seus rótulos descritivos e, portanto, inclui atos de fala que a língua, por

⁸⁵ “A major difference between Austin and Searle lies in the assignment of the illocutionary force of an utterance – as we saw above for Austin, it is the successful realization of the speaker’s intention, but for Searle a product of the listener’s interpretation.” (COULTHARD, 1985, p. 22).

⁸⁶ “Austin glosses ‘meaning’ unhelpfully as the use of language with ‘a certain more or less definite “sense” and a more or less definite “reference”’, but Strawson (1973) clarifies things by asking what a listener would need to know, so that he could be said to know ‘the meaning of precisely what was said’ on a given occasion.” (COULTHARD, 1985, p. 18).

um acaso, lexicaliza, omitindo aqueles para os quais não há rótulo lexical”⁸⁷
(COULTHARD, 1985, p. 23)

Considerar a classificação de Austin como lingüístico-popular (*folk-linguistic*) nada mais é que colocá-la no nível do senso comum, ou seja, negar sua validade teórica e científica. Essa acusação é um contra-senso quando vinda de um autor que defende o estudo da fala situada, já que é possível ver no empreendimento de Austin uma tentativa de explorar os atos realizados em sua língua, o inglês, e não de propor tipologias universalistas de atos de fala. A proposta de Searle (1994) de se pensar num número limitado de atos ilocucionários desperta o interesse de Coulthard (1985), porque consiste num esquema analítico de interesse geral, adaptável à descrição de diversos atos ilocucionários. Coulthard (1985) exige, então, de Austin uma concepção tradicional de teoria, simplificada e pronta para ser aplicada nas análises de situações reais, onde o peso maior é dado ao contexto:

O ouvinte ou o analista não tem que decidir qual, entre mais de 1000 verbos performativos, é a expansão correta, mas apenas a que classe o proferimento pertence; todas as outras informações ou estarão disponíveis no contexto ou co-texto ou não serão importantes situacionalmente – assim, existe agora uma explicação baseada em princípios para a sinonímia na extensão de Austin ‘Eu declaro, anuncio, comunico ou proclamo que você está eliminado’.”⁸⁸ (COULTHARD, 1985, p. 24)

A opinião do autor é que somente se pode falar na possibilidade de diferentes atos serem realizados pelo mesmo enunciado se não se leva em consideração o contexto:

[...] uma dada solicitação indireta pode ser feita de ‘formas ilimitadas’ apenas se considerada em isolado. Na realidade, as restrições do discurso precedente, o tópico em curso, os fatos da situação e as intenções do falante atual para o progresso do discurso subsequente irão todos reduzir a escolha enormemente”⁸⁹ (COULTHARD, 1985, p. 30)

Tendo em vista essa postura teórica de Coulthard (1985), podemos questionar o que o leva a considerar a proposta searleana mais coerente que a de Austin. A teoria dos atos de fala searleana tem um peso maior para Coulthard (1985) justamente porque ela atende ao

⁸⁷ “[...] the fundamental weakness of Austin’s classification of illocutionary verbs is that it is just that, a classification of illocutionary verbs. As Searle comments, ‘Austin seems to assume that a classification of different verbs is *eo ipso* a classification of kinds of illocutionary acts.’ In other words, Austin’s classification is a folk-linguistic one – it relies on the English language for its descriptive labels and therefore includes speech acts which the language happens to lexicalize, omitting those for which there is no lexical label.” (COULTHARD, 1985, p. 23).

⁸⁸ “The hearer or analyst doesn’t have to decide which of more than 1000 performative verbs is the correct expansion, but only to which class the utterance belongs; all the other information will either be available in the context or co-text or situationally unimportant – thus there is now a principled explanation for the synonymy in Austin’s expansion ‘I declare, pronounce, give or call you out’.” (COULTHARD, 1985, p. 24).

⁸⁹ “[...] a given indirect request can be made in an ‘unlimited number of ways’ only if is considered in isolation; in reality, the constraints of the preceding discourse, the current topic, the facts of the situation and the current speaker’s intentions for the progress of the succeeding discourse will all reduce the choice enormously.” (COULTHARD, 1985, p. 30).

ideal de teoria desejado pelo autor. Esse ideal é cientificista na medida em que busca universalidade, objetividade, sistematicidade ao mesmo tempo em que propõe métodos empíricos, que possibilitem o acesso a uma suposta realidade natural de fala. Como veremos, a aplicação paradoxal de categorias analíticas universais a dados de fala situada é uma postura teórico-metodológica recorrente nos próximos autores analisados.

A influência de Searle é também notável na interpretação dos atos de fala proposta por Rod Ellis (1994), considerado um nome de grande destaque no campo dos estudos de aquisição de segunda língua (L2). Diferentemente de Coulthard (1985), Ellis (1994) não se dedica a uma análise específica das idéias de Austin (1976). A teoria dos atos de fala é apresentada como um desenvolvimento conjunto de Austin e Searle. A definição dos três tipos de atos oferecida pelo autor mescla conceitos austinianos e conceitos searleanos:

De acordo com a teoria dos atos de fala (Austin, 1962; Searle, 1969) a performance de um ato de fala envolve a performance de três tipos de ato: um ato locucionário (a expressão de um significado proposicional), um ato ilocucionário (a performance de uma função lingüística particular) e um ato perlocucionário (a obtenção de algum tipo de efeito no destinatário).⁹⁰ (ELLIS, 1994, p. 160)

Nesse trecho, as três dimensões do ato de fala são extraídas diretamente de Austin, mas as duas primeiras definições são derivadas da interpretação de Searle (1994), já que o conceito de significado proposicional (*propositional meaning*) é exclusivamente searleano e o que caracteriza o ato ilocucionário, para Austin (1976), é a força e não exatamente a função.

Ellis (1994) utiliza os atos de fala como um importante subsídio para a discussão dos aspectos pragmáticos do aprendizado de línguas, tendo em vista a forma como a linguagem é usada no contexto com propósitos comunicativos. Suas primeiras referências aos atos de fala surgem no primeiro capítulo de *The study of second language acquisition* (ELLIS, 1994, p. 11-39), quando o autor identifica algumas questões centrais para a pesquisa em aquisição de segunda língua e contrapõe duas propostas diferentes de estudo: um centrado no domínio de propriedades formais dos sistemas fonológico, lexical e gramatical (*usage*) e outro centrado na habilidade para usar o conhecimento das regras da língua em situações de comunicação efetiva (*use*). Quanto a essa última proposta, o autor afirma:

Estudamos o uso, se examinamos como os aprendizes expressam significados através do processo de construção do discurso. Uma forma de empreender isso é

⁹⁰ “According to speech act theory (Austin, 1962; Searle, 1969) the performance of a speech act involves the performance of three types of act: a locutionary act (the conveyance of propositional meaning), an illocutionary act (the performance of a particular language function), and a perlocutionary act (the achieving of some kind of effect on the addressee).” (ELLIS, 1994, p. 160).

estudar os aspectos pragmáticos da linguagem, por exemplo, como os alunos aprendem a realizar atos de fala como solicitações e desculpas.⁹¹ (ELLIS, 1994, p. 13)

Atos de fala, para Ellis (1994), são basicamente as funções interpessoais da linguagem, como demonstrado nesta definição: “Atos de fala constituem tentativas, por parte dos usuários da língua, de realizar atos específicos, em particular, funções interpessoais tais como cumprimentos, desculpas, solicitações e reclamações”⁹² (ELLIS, 1994, p. 159). Segundo o autor, “o estudo de funções lingüísticas tais como solicitações, desculpas e recusas tem tido espaço dentro do esquema fornecido pelos teóricos dos atos de fala como Austin e Searle”⁹³ (ELLIS, 1994, p. 183). A ênfase no ato ilocucionário, também chamado de significado ilocucionário, evidencia ainda mais a influência searleana na interpretação proposta por Ellis, já que esse conceito foi o mais popularizado por Searle. Ellis (1994) não propõe uma definição de ato ilocucionário, sendo o termo utilizado como equivalente a ato de fala:

O estudo de atos de fala em interlínguas tem se concentrado nos significados ilocucionários ou funções lingüísticas como eles são comumente conhecidos. As questões que tem sido direcionadas são: (1) Até que ponto e de que formas os aprendizes realizam atos na L2 diferentemente dos falantes nativos da língua-alvo? e (2) Como os alunos aprendem a realizar diferentes atos ilocucionários?⁹⁴ (ELLIS, 1994, p. 161)

Segundo Ellis (1994, p. 166), a pesquisa sobre o uso e aquisição de atos ilocucionários tem sido limitada devido à concentração em um conjunto pequeno de atos, com enfoque em três atos particulares: solicitações (*requests*), desculpas (*apologies*) e recusas (*refusals*) (ELLIS, 1994, p. 162). Segundo o autor, o enfoque nesses atos se deve ao fato de que eles são relativamente bem definidos, na medida em que “são realizados por meio de um pequeno conjunto de elementos lingüísticos facilmente reconhecíveis (muitos formulares)”⁹⁵ (ELLIS, 1994, p. 167). Em muitas pesquisas analisadas pelo autor, o que está sendo investigado não é classificação dos atos de fala, mas em que medida a realização de um tipo

⁹¹ “We study use if we examine how learners convey meaning through the process of constructing discourse. One way in which this can be undertaken is by studying pragmatic aspects of language, such as how learners learn to perform speech acts like requests and apologizing.” (ELLIS, 1994, p. 13).

⁹² “Speech acts constitute attempts by language users to perform specific actions, in particular interpersonal functions such as compliments, apologies, requests or complaints.” (ELLIS, 1994, p. 159).

⁹³ “[...] the study of language functions such as requests, apologies, and refusals has taken place within the framework provided by speech act theorists such as Austin and Searle.” (ELLIS, 1994, p. 183).

⁹⁴ “The study of speech acts in interlanguage has concentrated on illocutionary meanings or language functions as they are commonly known. The questions that have been addressed are: (1) To what extent and in what ways do learners perform illocutionary acts in the L2 differently from native speakers of the target language? and (2) How do learners learn to perform different illocutionary acts?” (ELLIS, 1994, p. 161).

⁹⁵ “[...] they are realized by means of a small set of easily recognizable linguistic elements (many formulaic).” (ELLIS, 1994, p. 167).

específico de ato de fala pelo aprendiz é diferente da realização desse mesmo ato por um falante nativo:

Idealmente, o estudo dos atos ilocucionários no aprendizado de línguas envolve a coleta de três conjuntos de dados: (1) amostras do ato ilocucionário realizado na língua-alvo pelos aprendizes de L2, (2) amostras realizadas por falantes nativos da língua-alvo e (3) amostras do mesmo ato ilocucionário realizado pelos aprendizes em sua L1.⁹⁶ (ELLIS, 1994, p. 162)

Ellis (1994, p. 162) apresenta uma interessante discussão sobre os métodos de pesquisa para o estudo de atos ilocucionários no aprendizado de línguas. Um exemplo de metodologia empregada no estudo das intuições dos falantes sobre como realizar atos específicos, como os de cortesia, em diferentes situações, é o uso de questionários. Eles são geralmente introduzidos por descrições de situações que requerem o uso de atos como *pedir desculpas* ou *solicitar* algo. São também seguidos por uma lista de estratégias para realizar esses atos em cada situação ou, então, por um breve diálogo com espaços vazios que devem ser preenchidos pelos aprendizes com o pedido de desculpas ou a solicitação adequada, como neste exemplo:

Uma estudante tomou emprestado um livro de sua professora, o qual ela prometeu devolver hoje. Quando encontra a professora, entretanto, ela percebe que esqueceu de trazê-lo.

Professora: Miriam, eu espero que tenha trazido o livro que emprestei a você.

Miriam: _____

Professora: Está bem, mas lembre-se dele na próxima semana.⁹⁷

(BLUM-KULKA; HOUSE; KASPER, 1989, apud ELLIS, 1994, p. 163).

Outro exemplo (ELLIS, 1994, p. 163) é a encenação (*role play*) de uma situação que requer a realização de um ato ilocucionário particular. Nessas encenações, um aprendiz interage oralmente com outro ou com o pesquisador. O objetivo é verificar a capacidade do aprendiz de realizar o ato apropriado tendo em vista o contexto.

A terceira possibilidade de pesquisa é a observação do uso de atos ilocucionários ocorridos em contextos naturais, ou seja, em situações reais de fala. Devido à dificuldade de obter esse tipo de dado, essa metodologia raramente é empregada, prevalecendo as investigações a partir de situações induzidas.

⁹⁶ “Ideally, the study of illocutionary acts in learner language should involve the collection of three sets of data: (1) samples of the illocutionary act performed in the target language by L2 learners, (2) samples performed by native speakers of the target language, and (3) samples of the same illocutionary act performed by the learners in their L1.” (ELLIS, 1994, p. 162).

⁹⁷ “A student has borrowed a book from her teacher, which she promises to return today. When meeting her teacher, however, she realizes that she forgot to bring it along. Teacher: Miriam, I hope you brought the book I lent you. Miriam: _____. Teacher: OK, but please remember it next week.” (BLUM-KULKA; HOUSE; KASPER, 1989, apud ELLIS, 1994, p. 163).

Ora, se as situações são, em grande parte, induzidas, ou seja, montadas de forma a exigirem a realização de um ato específico, e se o ato ilocucionário sob investigação é definido previamente, podemos concluir que ocorre, de fato, uma idealização muito grande da pesquisa e do conceito de ato ilocucionário. Ellis (1994, p. 164) aponta algumas desvantagens dos métodos de pesquisa empregados freqüentemente. Entre elas está justamente a dificuldade de capturar o que de fato ocorre nos contextos naturais de uso da linguagem. O autor reconhece que “se uma abordagem papel-e-caneta é usada [...] é difícil obter informação segura sobre o contexto de discurso total de atos ilocucionários específicos”⁹⁸ (ELLIS, 1994, p. 164). No entanto, fica evidente nessa afirmação que o conceito de ato ilocucionário, como um pressuposto teórico, não é revisto. Os atos investigados pelo autor (*solicitações, desculpas e recusas*) recebem definições bastante gerais, como neste exemplo: “solicitações são tentativas da parte do falante de fazer o ouvinte realizar ou parar de realizar algum tipo de ação”⁹⁹ (ELLIS, 1994, p. 167).

Todas essas tentativas metodológicas sofrem restrições por tentarem submeter os falantes a situações de teste e a métodos controlados com o intuito de estudar a língua falada e o seu uso real. A preocupação com o método experimental surge, então, como o principal traço de cientificismo presente na abordagem de Ellis (1994). Para chegar a conclusões acerca do uso de atos ilocucionários em interlínguas é necessário testá-los em situações que imitem ao máximo a realidade. Aliada a essa experimentação, está a formalização, a idealização dos atos ilocucionários, que precisam ter sua classificação definida (em *solicitações, desculpas e recusas*) para serem repetidos nas situações de teste.

Um exemplo de apropriação funcionalista dos atos de fala está presente no modelo de gramática funcional proposto por Simon Dik (1997a e 1997b) em *The theory of functional grammar Pt. I e II*. O autor inicia o primeiro volume de sua obra apresentando algumas questões que constituem o paradigma funcional, que, por sua vez, define a filosofia básica subjacente à gramática funcional. A concepção de linguagem do autor faz parte dessa filosofia:

[...] as expressões lingüísticas só podem ser entendidas apropriadamente quando são consideradas funcionando num cenário, sendo suas propriedades co-determinadas pela informação contextual e situacional disponível para falantes e destinatários. A

⁹⁸ “[...] if a pen-and-paper approach is used [...] it is difficult to obtain reliable information about the full discourse context of specific illocutionary acts.” (ELLIS, 1994, p. 164).

⁹⁹ “[...] requests are attempts on the part of a speaker to get the hearer to perform or to stop performing some kind of action.” (ELLIS, 1994, p. 167).

linguagem não funciona isoladamente: ela é uma parte integrante da realidade (psicológica e social) da vida humana.¹⁰⁰ (DIK, 1997a, p. 6)

Ao conceber a gramática funcional como estando incluída numa teoria pragmática mais ampla da interação verbal, o autor defende a investigação das regras e princípios que governam o uso das expressões e ainda acrescenta:

Isso significa que não devemos pensar nas expressões lingüísticas como objetos isolados, mas como instrumentos que são usados por um Falante para invocar alguma interpretação intencional no Destinatário, dentro de um contexto definido por expressões anteriores e dentro de um cenário definido pelos parâmetros essenciais da situação de fala.¹⁰¹ (DIK, 1997a, p. 13)

O conceito de ato de fala é relevante para o funcionalismo porque propicia um entendimento dos enunciados da linguagem como algo mais que simples proposições descritivas: “Como Austin (1962) e Searle (1969) têm argumentado convincentemente, nós não nos comunicamos expondo proposições, mas realizando atos de fala interpretáveis como instruções de S para A¹⁰², a fim de realizar certas ações mentais com respeito ao conteúdo da proposição”¹⁰³ (DIK, 1997a, p. 299). Até aqui, pelo menos um traço de cientificismo fica evidente: o racionalismo. Semelhante a Searle (1994), para Dik (1997a), o usuário natural da linguagem (UNL – *Natural Language User, NLU*) tem, além das capacidades lingüística, perceptual e social, também uma capacidade epistêmica e lógica:

[...] o UNL é apto a construir, manter e explorar uma base de conhecimento organizada; ele pode derivar conhecimento de expressões lingüísticas, arquivar esse conhecimento de forma apropriada, recuperá-lo e utilizá-lo na interpretação de expressões lingüísticas adicionais. [...] munido de certas porções de conhecimento, o UNL é apto a derivar porções adicionais de conhecimento, por meio de regras de raciocínio monitoradas por princípios, tanto da lógica dedutiva, quanto probabilística.¹⁰⁴ (DIK, 1997a, p. 1)

¹⁰⁰ “[...] linguistic expressions can be understood properly only when they are considered as functioning in settings, the properties of which are codetermined by the contextual and situational information available to speakers and addressees. Language does not function in isolation: it is an integrated part of a living human (psychological and social) reality.” (DIK, 1997a, p. 6).

¹⁰¹ “This means that we must not think of linguistic expressions as isolated objects, but as instruments which are used by a Speaker in order to evoke some intended interpretation in the Addressee, within a context defined by preceding expressions, and within a setting defined by the essential parameters of the speech situation.” (DIK, 1997a, p. 13).

¹⁰² S representa o falante (*speaker*) e A significa destinatário (*addressee*).

¹⁰³ “As Austin (1962) and Searle (1969) have convincingly argued, we do not communicate by displaying propositions, but by performing speech acts, interpretable as instructions from S to A to perform certain mental actions with respect to the content of the proposition.” (DIK, 1997a, p. 299).

¹⁰⁴ “[...] NLU is able to build up, maintain, and exploit an organized knowledge base; he can derive knowledge from linguistic expressions, file that knowledge in appropriate form, and retrieve and utilize it in interpreting further linguistic expressions. [...] provided with certain pieces of knowledge, NLU is able to derive further pieces of knowledge, by means of rules of reasoning monitored by principles of both deductive and probabilistic logic.” (DIK, 1997a, p. 1).

Esse trecho demonstra que, na visão de Dik (1997a), a mente do UNL é como um computador. Possuindo esse instrumento, ele tem pleno poder sobre o processo comunicativo: “o UNL não apenas sabe o que dizer, mas também como dizer isso a um parceiro comunicativo particular, numa situação comunicativa particular, para obter propósitos comunicativos particulares”¹⁰⁵ (Dik, 1997a, p. 1-2). Tanto o significado quanto a intenção estariam, dessa forma, sob o total controle do UNL.

Embora não diferencie as propostas austiniana e searleana, são as idéias de Searle que predominam na interpretação dos atos de fala elaborada por Dik (1997a e 1997b), o que pode ser notado pela terminologia empregada: “No mais alto nível da estrutura oracional subjacente, portanto, precisamos de uma forma para mostrar que a oração total compõe-se de algum mecanismo indicativo de força ilocucionária e de uma proposição a qual esse mecanismo seja aplicado”¹⁰⁶ (DIK, 1997a, p. 299). O conceito de “mecanismo indicativo de força ilocucionária” (*illocutionary force indicating device*) é exclusivamente searleano, como vimos anteriormente (ver f. 61), bem como o uso da noção de proposição, evitado por Austin. No segundo volume, em que discute mais detalhadamente o assunto, o conceito de ato de fala enfatiza o caráter comunicativo:

[...] um ato pelo qual S estabelece algum tipo de relação comunicativa com A. Toda expressão lingüística tem um aspecto *performativo*: ela pode ser usada para realizar certos tipos de atos comunicativos. O valor de uma expressão lingüística enquanto ato de fala tem sido chamado de *força ilocucionária* da expressão.¹⁰⁷ (DIK, 1997b, p. 230)

Para Dik (1997b, p. 230), existe um equívoco quanto à interpretação precisa do conceito de força ilocucionária tanto em Austin quanto em Searle. Ele atribui aos dois autores uma tendência de tomar a interpretação final de um enunciado como sua força ilocucionária. No ponto de vista de Dik, essa postura é incoerente, porque possibilita considerar tanto o enunciado ‘Eu aviso a você que há um touro na campina’ (*I warn you that there is a bull in the field*), quanto ‘Há um touro na campina’ (*There’s a bull in the field*) como advertências, ignorando-se as diferenças consideráveis entre eles. O autor apresenta, então, uma forma mais precisa de definir a força ilocucionária, como objeto de estudo da gramática:

¹⁰⁵ “[...] NLU not only knows what to say, but also how to say it to a particular communicative partner in a particular communicative situation, in order to achieve particular communicative goals.” (DIK, 1997a, p. 1-2).

¹⁰⁶ “At the highest level of underlying clause structure, therefore, we need a way to show that a full clause consist of some illocutionary force indicating device, and a proposition to which this device is applied.” (DIK, 1997a, p. 299).

¹⁰⁷ “[...] an act by which S establishes some kind of communicative relation with A. Every linguistic expression has a *performative* aspect: it can be used to perform certain kinds of communicative acts. The value of a linguistic expression qua speech act has been called the *illocutionary force* of the expression.” (DIK, 1997b, p. 230).

Eu acredito que a noção de ilocução pode ser clarificada se pensamos nela em termos do modelo de interação verbal [...]. Exatamente como, em geral, podemos distinguir entre a intenção comunicativa de S, o conteúdo semântico codificado na expressão lingüística e a interpretação alcançada por A, do mesmo modo, podemos distinguir entre a ilocução intencional da parte de S, a ilocução como codificada na expressão lingüística e a ilocução como interpretada por A. E, assim como a intenção, o conteúdo semântico e a interpretação não precisam ser idênticos, também podem haver diferenças entre esses três tipos de ilocução.¹⁰⁸ (DIK, 1997b, p. 231)

Dik (1997b) propõe um recorte metodológico que se concentre na força ilocucionária como codificada na expressão lingüística. Segundo ele, a interpretação pragmática (intenção comunicativa do falante e interpretação do ouvinte) não será tratada pela gramática, mas sim por “uma teoria da interação verbal mais ampla, que explique como expressões lingüísticas com dadas propriedades podem ser usadas para obter diferentes fins comunicativos”¹⁰⁹ (DIK, 1997b, p. 229). O que segue, a partir deste ponto em sua obra, é a análise de uma série de sentenças (ou de fórmulas de sentenças) isoladas de qualquer contexto.

Além desse recorte, os universais lingüísticos, as constatações pertinentes ao conjunto total das línguas naturais, também estão entre os conceitos básicos da teoria lingüística que, segundo Dik (1997a e 1997b), entram na composição da gramática funcional. Esse pressuposto teórico leva-o a se interessar pelo desenvolvimento de uma “teoria ilocucionária geral” (*general illocutionary theory*) (DIK, 1997b, p. 237), que tem como ponto de partida os tipos básicos de sentenças distinguidos nas línguas naturais. Para o autor, todas as línguas têm um número restrito de tipos de sentenças, tais com declarativa, interrogativa e imperativa. Esses seriam os tipos básicos de funções ilocucionárias, os quais formam o coração do sistema ilocucionário gramaticalizado nas línguas naturais:

Declarativa: S deseja que A adicione o conteúdo da expressão lingüística à sua informação pragmática.

Interrogativa: S deseja que A o abasteça com a informação verbal requerida na expressão lingüística.

Imperativa: S deseja que A realize a SoA¹¹⁰ controlada, como especificado na expressão lingüística.¹¹¹ (DIK, 1997b, p. 239)

¹⁰⁸ “I believe that the notion of illocution can be clarified if we think of it in terms of the model of verbal interaction [...]. Just as in general we can distinguish between the communicative intention of S, the semantic content coded in the linguistic expression, and the interpretation arrived at by A, so we can distinguish between the intended illocution on the part of S, the illocution as coded in the linguistic expression, and the illocution as interpreted by A. And just as intention, semantic content, and interpretation need not to be identical, so there may be differences between these three types of illocution.” (DIK, 1997b, p. 231).

¹⁰⁹ “[...] a wider theory of verbal interaction which explains how linguistic expressions with given properties can be used to achieve different communicative ends.” (DIK, 1997b, p. 229).

¹¹⁰ O mesmo que uma instrução de S (falante) para A (destinatário).

¹¹¹ “Declarative: S wishes A to add the content of the linguistic expression to his pragmatic information. Interrogative: S wishes A to provide him with the verbal information as requested in the linguistic expression. Imperative: S wishes A to perform the controlled SoA as specified in the linguistic expression.” (DIK, 1997b, p. 239).

Em algumas línguas, Dik (1997b) reconhece a possibilidade de um quarto tipo: as construções exclamativas, em que “S deseja que A saiba que o conteúdo da expressão lingüística causa impressão em S por ser surpreendente, inesperada ou, senão, digna de atenção”¹¹² (DIK, 1997b, p. 239).

Todos os outros atos ilocucionários derivariam dessas ilocuições básicas, através do que Dik (1997b, p. 240) chama de “conversão ilocucionária” (*illocutionary conversion*), o processo por meio do qual uma ilocução é transformada em outra. Segundo o autor, a conversão tanto pode ser gramatical quanto pragmática. Na conversão gramatical, alguns elementos chamados de conversores ilocucionários são capazes de transformar a ilocução básica de uma sentença em outra ilocução. Esses conversores podem ser: entonação, elementos como ‘por favor’ (*please*), partículas modais e apêndices (*tags*). No esquema abaixo, Dik (1997b, p. 243) nos fornece um exemplo de conversão ilocucionária gramatical:

Decl > Int

a. Ela é uma boa garota.

b. Ela é uma boa garota, não é?¹¹³

Segundo o autor, não é sempre fácil estabelecer o limite entre a conversão gramatical e a pragmática. A construção interrogativa ‘Por que não pintar sua casa de roxo?’ (*Why not paint your house purple?*) tem características típicas de uma interrogação, mas “só pode ser interpretada como um conselho de S para A, não como uma solicitação genuína de informação, não importa em que cenário ela seja usada”¹¹⁴ (DIK, 1997b, p. 249). O autor a considera, então, como uma interrogativa transformada em conselho. Isso pode ser visto como uma alternativa encontrada pelo autor para lidar com a ambigüidade da força. Dik (1997b, p. 254-255) acredita que, em muitos casos, essas ilocuições básicas são suficientes para se obter o efeito comunicativo desejado, mas ressalta que “na situação em que há alguma pressão sobre a comunicação, no entanto, pode ser necessário, para S, tornar suas intenções mais explícitas”¹¹⁵ (DIK, 1997b, p. 255). Portanto, o autor simplifica o conceito de força ilocucionária a fim de adaptá-lo ao estudo gramatical, mas, seguindo a tendência vista até

¹¹² “S wishes A to know that the content of the linguistic expression impresses S as surprising, unexpected or otherwise worthy of notice.” (DIK, 1997b, p. 239).

¹¹³ “Decl > Int: a. She is a nice girl. b. She is a nice girl, isn’t she?” (DIK, 1997b, p. 243).

¹¹⁴ “[...] can only be interpreted as a piece of Advice from S to A, not as a genuine request for information, no matter in which setting it is used.” (DIK, 1997b, p. 249).

¹¹⁵ “[...] in the situation in which there is some pressure on the communication, however it may be necessary for S [speaker] to make his intentions more explicit.” (DIK, 1997b, p. 255).

aqui, deixa para o contexto as determinações mais específicas da força de um enunciado. A formalização é, desse modo, um traço marcante de cientificismo presente na análise proposta por Dik (1997a, 1997b), que investe no estabelecimento de regras, princípios e fórmulas para o estudo da ação no nível sintático. O universalismo é outro traço bastante característico dessa abordagem, devido ao interesse pelas propriedades universais das línguas humanas, mesmo no que diz respeito aos atos de fala.

John Gumperz (1982) está entre os estudiosos que participaram do famoso congresso na Universidade da Califórnia em Los Angeles em 1964, onde o termo sociolinguística teve origem. Com a participação nesse congresso, o nome de Gumperz estabeleceu-se como uma referência clássica no que diz respeito aos estudos da linguagem em relação à sociedade. Na obra *Discourse Strategies* (GUMPERZ, 1982), o autor propõe uma teoria geral das estratégias de discurso que possibilitam o entendimento conversacional. Para o autor, o entendimento entre os interlocutores pressupõe um envolvimento conversacional, que, por sua vez, exige um conhecimento linguístico e sociocultural compartilhado. Assim como Coulthard (1985), Gumperz introduz sua obra com uma crítica à tradição de estudos linguísticos:

Durante muitos anos, e ainda agora, os lingüistas e os cientistas sociais, cientes das limitações das abordagens positivistas-empiricistas para o estudo do comportamento humano, conscientizaram-se da necessidade de um entendimento mais profundo do funcionamento dos signos verbais nos processos cooperativos humanos. A Lingüística, cujo formalismo gramatical continua a ter certo sucesso em esclarecer o processo cognitivo envolvido na decodificação de palavras e sentenças, não está, todavia, ciente da limitação das teorias gramaticais existentes e tem começado a procurar por novas abordagens para o estudo do processo conversacional.¹¹⁶ (GUMPERZ, 1982, p. 3)

De todos os autores aqui analisados, Gumperz (1982) é o que menos explora os conceitos austinianos. Os atos de fala são incluídos na proposta teórica desse autor devido ao seu caráter inovador em relação ao estudo do significado das expressões linguísticas:

Entre os lingüistas semanticistas existem muitos que argumentam que a prática estabelecida pelos gramáticos de se concentrarem no significado referencial ou no valor de verdade de proposições isoladas está sujeita a sérias objeções teóricas. A análise semântica, eles sustentam, deveria se concentrar propriamente no estudo de atos de fala, vistos como unidades da ação humana.¹¹⁷ (GUMPERZ, 1982, p. 3)

¹¹⁶ “For many years now linguists and other social scientists, mindful of the limitations of positivist-empiricist approaches to the study of human behavior, have been aware of the need for a deeper understanding of the functioning of verbal signs in human cooperative process. Linguists, whose grammatical formalisms continue to have some success in clarifying the cognitive process involved in word and sentence decoding, are nevertheless aware of the limitation of existing grammatical theories and have begun to look for new approaches to the study of conversational process.” (GUMPERZ, 1982, p. 3).

¹¹⁷ “Among linguistic semanticists there are many who argue that the established grammarians’ practice of concentrating on the referential meaning or truth value of isolated propositions is subject to serious theoretical

O interesse de Gumperz (1982) é a investigação dos elementos lingüísticos que contribuem para a interpretação do que está sendo feito na interação comunicativa. Sua hipótese é que “qualquer enunciado pode ser entendido de inúmeras formas e que as pessoas tomam decisões sobre como interpretar um dado proferimento baseadas em suas definições do que está acontecendo no momento da interação”¹¹⁸ (GUMPERZ, 1982, p. 130). Para o autor, o significado é avaliado em termos do que está sendo feito, do propósito ou objetivo que os participantes estão tentando atingir. Dessa forma, “o tipo de atividade não determina o significado, mas simplesmente restringe as interpretações, canalizando as inferências de forma a *ressaltar* ou tornar relevantes certos aspectos do conhecimento prévio e diminuir a importância de outros”¹¹⁹ (GUMPERZ, 1982, p. 131). Essas inferências são entendidas a partir do que Gumperz (1982) chama de “dicas de contextualização” (*contextualization cues*), que são os traços existentes na superfície das mensagens por meio dos quais os falantes sinalizam e os ouvintes interpretam qual ação está sendo realizada, como o conteúdo semântico deve ser entendido e como cada sentença se relaciona com as outras. Exemplos são mudanças de código, dialeto e estilo, traços de prosódia, escolhas lexicais e sintáticas, expressões formulares, aberturas e fechamentos conversacionais e estratégias de sequenciamento.

Para investigar os processos interativos pelos quais os participantes negociam interpretações, o autor considera possível recorrer aos métodos tradicionais de testagem criteriosa e recursiva de hipóteses com informantes representativos. Daí a sua escolha metodológica:

Uma vez que os resultados são conhecidos, a análise lingüística pode ser empregada em companhia de entrevistas diretas com os participantes e de dados comparativos de outros episódios similares a fim de reconstruir o que significam as dicas de sinalização empregadas e o conhecimento subjacente dos participantes, que levam ao efeito obtido.¹²⁰ (GUMPERZ, 1982, p. 6)

objections. Semantic analysis, they contend, should properly concentrate on the study of speech acts, seen as units of human action.” (GUMPERZ, 1982, p. 3).

¹¹⁸ “[...] any utterance can be understood in numerous ways, and that people make decisions about how to interpret a given utterance based on their definition of what is happening at the time of interaction.” (GUMPERZ, 1982, p. 130).

¹¹⁹ “[...] the activity type does not determine meaning but simply constrains interpretations by channeling inferences so as to *foreground* or make relevant certain aspects of background knowledge and underplay others.” (GUMPERZ, 1982, p. 131).

¹²⁰ “Once outcomes are known, linguistic analysis can be employed along with direct interviews of participants and comparative data from other similar episodes to reconstruct what it is about the signalling cues employed and participants’ underlying knowledge that led to the achieved effect.” (GUMPERZ, 1982, p. 6).

Gumperz (1982) analisa uma série de situações de conversação em que ocorrem mal-entendidos ou divergências na interpretação dos enunciados. Vejamos alguns exemplos enumerados conforme o proposto pelo autor:

2. Um marido, sentado na sala de estar, se dirige à sua esposa. O marido é de um ambiente americano de classe média e a esposa é inglesa. Eles estão casados e vivendo nos Estados Unidos por alguns anos:
 Marido: Você sabe onde está o jornal de hoje?
 Esposa: *Eu* pego para você.
 Marido: Tudo bem. Apenas me diz onde está. *Eu* pego.
 Esposa: Não, *EU* pego.¹²¹ (GUMPERZ, 1982, p. 135)

3. Uma mãe está conversando com seu filho de onze anos, que está para sair de casa na chuva:
 Mãe: Onde estão suas botas?
 Filho: No armário.
 Mãe: Quero que você as coloque *agora mesmo*.¹²² (GUMPERZ, 1982, p. 135)

Essas situações são apresentadas para grupos compostos tanto por pessoas que compartilham dos mesmos conhecimentos (*backgrounds*) dos participantes das interações como por pessoas que não compartilham. Depois, essas pessoas são submetidas a questionamentos sistemáticos a fim de que se possa checar seus julgamentos sobre a forma como as situações foram conduzidas. Uma das categorias sob investigação nestas situações experimentais é a força ilocucionária. Segundo Gumperz (1982, p. 137): “o objetivo aqui é testar a hipótese dos analistas sobre os propósitos comunicativos mais imediatos, sobre a força ilocucionária de proferimentos particulares e sobre a forma como os ouvintes interpretam os gestos dos falantes”¹²³. O conceito de força ilocucionária não recebe definição por parte do autor, mas as interpretações fornecidas pelos participantes da pesquisa parecem revelar que a força ilocucionária é a classificação do tipo de ato realizado na interação:

Um exame de nossos exemplos, nesses termos, revela diferenças significantes na interpretação. Alguns julgadores identificam a primeira emissão em (2) como sendo uma pergunta real, outros como uma solicitação e outros ainda sugerem que é ambígua. O comentário da mãe em (3) é visto por alguns como uma ordem para colocar as botas; outros acham que pode ser um pedido de informação.¹²⁴ (GUMPERZ, 1982, p. 137)

¹²¹ “2. A husband sitting in his living room is addressing his wife. The husband is of middle class American background, the wife is British. They have been married and living in the United States for a number of years: Husband: do you know where today’s paper is? Wife: *I’ll* get it for you. Husband: That’s O. K. just tell me where it is. *I’ll* get it. Wife: No, I’ll get it.” (GUMPERZ, 1982, p. 135).

¹²² “3. A mother is talking to her eleven year old son who is about to go out in the rain: Mother: Where are your boots? Son: In the closet. Mother: I want you to put them on *right now*.” (GUMPERZ, 1982, p. 135).

¹²³ “[...] the aim here is to test the analyst’s hypotheses about more immediate communicative goals, illocutionary force of particular utterances, and about the way listeners interpret speakers’ moves” (GUMPERZ, 1982, p. 137).

¹²⁴ “Examination of our examples in these terms reveals significant differences in interpretation. Some judges identify the first utterance in (2) as a factual question, others as a request, others again suggest that it is

Pergunta, solicitação e ordem representam forças ilocucionárias identificadas pelos ouvintes tendo em vista certas pistas presentes na situação de conversação. Segundo o autor, “parece haver, dessa forma, uma escala de avaliações com implicações empiricamente recuperáveis, tal que o julgamento em nível da força ilocucionária do ato de fala compõe a base para interpretações mais específicas”¹²⁵ (GUMPERZ, 1982, p. 138). No entanto, se essas forças são interpretadas de formas divergentes e ambíguas, significa que a determinação da força é condicionada por diferenças de interpretação e percepção das pistas contextuais, que ocorrem devido a variações em termos de origem sociocultural. A conclusão a que se pode chegar é que a análise da força ilocucionária proposta por Gumperz (1982) é contextual até as últimas conseqüências. Não basta uma descrição detalhada da cena de interação, mas sim um compartilhamento total de conhecimentos anteriores (*backgrounds*) para que o julgamento da força não seja ambíguo. Uma grande dificuldade teórica é definir até que ponto esse compartilhamento total é possível.

O enfoque de Gumperz na diversidade lingüística e cultural parece caminhar para uma individualização, que legitima não só a diferença como a divisão da sociedade em classes:

Diferenças lingüísticas exercem um papel importante e positivo em sinalizar informações, como também em coroar e manter os sutis limites de poder, *status*, atuação e especialização ocupacional que constituem a estrutura de nossa vida social. Pressuposições sobre diferenças de valor associadas a esses limites formam, de fato, as próprias bases para as estratégias comunicativas indiretas empregadas em encontros *gatekeeping*¹²⁶ fundamentais, tais como entrevistas de emprego, sessões de deliberação, negociações de trabalho e encontros de comitês, que vêm a ser cruciais na determinação da qualidade da vida individual na sociedade urbana.¹²⁷ (GUMPERZ, 1982, p. 7)

Embora o interesse seja estudar a diferença e a complexidade, o objetivo de se analisar eventos de fala particulares é chegar a uma “teoria geral de estratégias de discurso” (*general theory of discourse strategies*) (GUMPERZ, 1982, p. 3). Essa preocupação com uma

ambiguous. The mother’s remark in (3) is seen by some as an order to put on boots; others felt it could be a request for information.” (GUMPERZ, 1982, p. 137).

¹²⁵ “Thus there seems to be an empirically recoverable implicational ordering to evaluations such that assessment at the speech act level of illocutionary force forms the basis for more specific interpretations.” (GUMPERZ, 1982, p. 138).

¹²⁶ Encontros *gatekeeping* são interações que visam controlar o acesso dos indivíduos às instituições e garantir objetividade e imparcialidade no tratamento, de forma a prevenir discriminações. Alguns exemplos típicos são: sessões de planejamento, entrevistas de emprego e de previdência social, julgamentos legais etc.

¹²⁷ “Language differences play an important, positive role in signalling information as well as in cresting and maintaining the subtle boundaries of power, status, role and occupational specialization that make up the fabric of our social life. Assumptions about value differences associated with these boundaries in fact form the very basis for the indirect communicative strategies employed in key *gatekeeping* encounters, such as employment interviews, counseling sessions, labor negotiations and committee meetings, which have come to be crucial in determining the quality of an individual’s life in urban society.” (GUMPERZ, 1982, p. 7).

teoria geral é marcante na argumentação de Gumperz (1982, p. 3-7), que fala ainda em “teoria pragmática geral”, “teoria geral de comunicação verbal” e “teoria geral da interação social e da evolução social”. No trecho abaixo, é possível verificar que o autor pretende retirar conclusões gerais a partir de eventos particulares, num movimento teórico por excelência:

Por meio de um exame cuidadoso dos mecanismos de sinalização aos quais os conversadores reagem, podem-se isolar pistas e convenções simbólicas através das quais é mantida uma distância ou são criados esquemas de interpretação. Pode-se mostrar como essas convenções se relacionam aos conhecimentos prévios individuais ou do grupo. À medida que se atinge esse objetivo, a pesquisa sobre inferência conversacional pode fazer importantes contribuições não apenas para a teoria sociolinguística como tal, mas também para teorias gerais de interação social e de evolução social.¹²⁸ (GUMPERZ, 1982, p. 7)

A maior restrição sofrida pela proposta de Gumperz parece ser a possibilidade de se chegar a uma teoria geral sem desconsiderar a diversidade e a complexidade dos processos conversacionais. A diversidade cultural e linguística vai sendo aos poucos desfigurada pelos traços de cientificismo que constituem suas escolhas metodológicas, como nesta proposta de testagem das estratégias de discurso:

Uma vez que tais estratégias são identificadas, torna-se possível testar nosso entendimento de seu significado e distribuição, construindo testes mais sistemáticos para serem usados com uma grande amostra de julgadores. Esses testes assumem a forma de paráfrases alternadas de episódios realísticos socialmente semelhantes, construídos com base em exemplos ocorridos naturalmente, que são registrados por bons imitadores familiarizados com as estratégias relevantes. Eles podem ser submetidos a amostras estratificadas étnica ou ocupacionalmente e os resultados são sujeitos a análise estatística do tipo usual.¹²⁹ (GUMPERZ, 1982, p. 139-140)

A construção de testes sistemáticos e a análise estatística dos resultados de pesquisa são procedimentos típicos das ciências empíricas. No entanto, por mais que procurem imitar as situações de fala naturais, esses procedimentos produzem conclusões idealizadas e reducionistas, em geral cheias de casos *ad hoc*.

Essa dificuldade metodológica é enfrentada tanto por Gumperz (1982), quanto por Coulthard (1985) e Ellis (1994), autores que procuram descrever os atos de fala a partir de situações comunicativas reais. Searle (1994) e Dik (1997a, 1997b), embora considerem os

¹²⁸ “By careful examination of the signalling mechanisms that conversationalists react to, one can isolate cues and symbolic conventions through which distance is maintained or frames of interpretation are created. One can show how these conventions relate to individual or group background. To the extent that it achieves this goal, research on conversational inference can make important contributions not only to sociolinguistic theory as such but also to general theories of social interaction and social evolution.” (GUMPERZ, 1982, p. 7).

¹²⁹ “Once such strategies are identified, it becomes possible to test our understanding of their meaning and distribution by constructing more systematic tests to be used with larger samples of judges. These tests take the form of alternate paraphrases of similar socially realistic episodes, built on naturally occurring examples which are recorded by good mimics who are familiar with the relevant strategies. These can be submitted to ethnically and occupationally stratified samples, and results are subject to statistical analysis of the usual kind.” (GUMPERZ, 1982, p. 139-140).

enunciados da linguagem como instrumentos de comunicação, apostam em análises mais racionalistas (no sentido de oposição ao empirismo) e universalistas. Searle (1994, p. 13), por exemplo, se recusa a seguir “certos paradigmas ortodoxos de verificação empírica”¹³⁰ e propõe o estabelecimento de caracterizações e regras lingüísticas a partir de suas intuições de falante:

Refletindo sobre o meu uso dos elementos da língua, posso vir a conhecer os fatos mencionados nas caracterizações lingüísticas. E essas caracterizações podem ter uma generalidade que vai além desta ou daquela instância de uso dos elementos em questão, mesmo que as caracterizações não estejam baseadas numa amostragem grande ou estatisticamente interessante de ocorrências dos elementos, porque as regras garantem generalidade.¹³¹ (SEARLE, 1994, p. 13)

No entanto, o estabelecimento de uma teoria geral não é um desejo restrito a Searle (1994) e Dik (1997a e 1997b). Como vimos, os outros autores também manifestam interesse em categorias de cunho universal, que possam ser aplicadas a situações específicas, bem como pretendem retirar conclusões gerais dos fatos particulares investigados. Autores como Coulthard (1985), Ellis (1994) e Gumperz (1982), que se propõem a estudar os processos conversacionais e interativos entre pessoas de línguas e culturas diferentes, procuram identificar as propriedades gerais desses processos, ou seja, os traços comuns da comunicação entre os seres humanos. O objetivo, na maior parte das vezes, é encontrar subsídios teóricos para lidar com problemas de comunicação. A idéia de que a grande contribuição da ciência da linguagem seria resolver os problemas da comunicação deve-se a uma certa racionalidade, que perpassa os argumentos de todos esses autores. Esses pressupostos racionalistas e universalistas estão na base de todo cientificismo, mais até que o empirismo. Portanto, é possível identificar pressupostos racionalistas em Coulthard (1985), Ellis (1994) e Gumperz (1982), apesar de suas análises empiricistas. Searle, sem dúvida, contribui enormemente para o estabelecimento dessa base racionalista do tratamento dos atos de fala, já que, como vimos anteriormente, ele vê a linguagem como um comportamento intencional regido por regras (SEARLE, 1994, p. 16) e aposta no pleno domínio dos falantes de uma língua sobre o sistema de regras que a tornam regular e sistemática (SEARLE, 1994, p. 13). Isso significa que os falantes têm domínio não apenas sobre sua intenção de

¹³⁰ “[...] certain orthodox paradigms of empirical verification.” (SEARLE, 1994, p. 13).

¹³¹ “By reflecting on my use of the elements of the language I can come to know the facts recorded in linguistic characterizations. And those characterizations can have a generality which goes beyond this or that instance of the use of the elements in question, even though the characterizations are not based on a large or even statistically interesting sample of the occurrences of the elements, because the rules guarantee generality.” (SEARLE, 1994, p. 13).

significação, como, levando às últimas conseqüências, sobre a explicação dos fenômenos lingüísticos.

De fato, a influência de Searle supera em muitos pontos a de um simples “herdeiro auto-autorizado”, como diz Derrida (1991b, p. 61). Até aqui, nossa análise demonstrou que o nome de Searle é até mais citado que o de seu mestre Austin. O caso de Searle se enquadra no que Wareing (1996 apud CAMERON, 1998, p. 945) chama de “efeito de sala de espelhos” (*hall of mirrors effect*), onde os reflexos se multiplicam. O significado dessa metáfora é que as idéias ganham volume e destaque à medida em que são citadas. Cameron (1998, p. 945) define esse efeito da seguinte forma: “na medida em que são citadas, discutidas e popularizadas por muito tempo, alegações originalmente modestas têm sido progressivamente representadas como mais e mais absolutas, enquanto tem se atribuído a hipóteses o estatuto de fato”¹³². Searle é amplamente citado quando o assunto é ato de fala e isso tem conferido às suas idéias um caráter de autoridade.

Essa autoridade tem uma força especial sobre as apropriações do conceito de ato de fala na lingüística, como as análises de Coulthard, Ellis, Dik e Gumperz demonstraram. Isso se deve ao desejo da lingüística de se firmar como disciplina. O próprio conceito de disciplina, como bem lembra Abbagnano (2000), tem relação com a ciência, enquanto objeto de aprendizado ou de ensino. Como define o autor, a disciplina é também uma “função negativa ou coercitiva de uma regra ou de um conjunto de regras, que impede a transgressão à regra” (ABBAGNANO, 2000, p. 289). Foucault (2003, p. 30) também vê a disciplina como um princípio limitador, “que permite construir, mas conforme um jogo restrito”:

[...] uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isto constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele [...] (FOUCAULT, 2003, p. 30)

O compromisso com a disciplina torna as apropriações de Austin no campo da lingüística bastante próximas das visões popperiana e kuhniana de ciência. Coulthard, Ellis e Gumperz, seguindo Popper (1982, 2001), privilegiam a ciência empírica, a experiência real, a prova e o método dedutivo, já que submetem a testes uma hipótese já formulada: a performance diferenciada de atos ilocucionários em diferentes línguas. Como poderia ter previsto Kuhn (2001), as novidades revolucionárias decorrentes da proposta austiniana são suprimidas pelos autores que fazem a “ciência lingüística normal”. Coulthard, Ellis, Dik e

¹³² “[...] in the course of being cited, discussed, and popularized over time, originally modest claims have been progressively represented as more and more absolute, while hypotheses have been given the status of facts.” (CAMERON, 1998, p. 945).

Gumperz tentam forçar os atos de fala a se encaixarem dentro dos limites preestabelecidos pelo paradigma, daí a simplificação, vista como necessária para disciplinar a idéia original de Austin. O que marca a apropriação searleana dos atos de fala é também o compromisso com a disciplina, a filosofia da linguagem. Isso significa compromisso com a proposição, a referência e a verdade.

Na seção seguinte, em que é apresentada a desconstrução derridiana de Austin, veremos como Derrida (1991b, 1991c) questiona esse *status* de Searle como herdeiro legítimo e como os argumentos derridianos propiciam outras formas de lidar com os atos de fala, que não se restringem à interpretação searleana.

3.2. Traços de desconstrução do cientificismo nas tentativas de problematização dos conceitos austinianos

O filósofo francês Jacques Derrida (1991a, 1991b, 1991c) é conhecido pelo seu trabalho audacioso de desconstrução das bases metafísicas do pensamento ocidental e por ter levado ao extremo a lógica estruturalista através da desconstrução sistemática de algumas obras clássicas do estruturalismo. A desconstrução empreendida por Derrida é ela própria uma operação do tipo estruturalista que procura tomar um texto em toda a sua complexidade, a fim de destrinchá-lo para reduzi-lo a legibilidades, a oposições, a desfuncionamentos (DOSSE, 1994, p. 38). Nas palavras de Derrida (1991a):

A desconstrução não pode limitar-se ou passar imediatamente a uma neutralização: deve, por um duplo gesto, uma dupla ciência, uma dupla escrita, praticar uma inversão da oposição clássica e um deslocamento geral do sistema. É somente sob essa condição que a desconstrução achará os meios para intervir no campo das oposições que ela critica, que é também um campo de forças discursivas. Cada conceito, em contrapartida, pertence a uma cadeia sistemática, e ele próprio constitui um sistema de predicados. Não há conceito metafísico em si. Há um trabalho – metafísico ou não – sobre sistemas conceituais. A desconstrução consiste não em passar de um conceito a outro mas em inverter e em deslocar uma ordem conceitual, bem como a ordem não-conceitual na qual se articula. (DERRIDA, 1991a, p. 36-37)

A desconstrução derridiana de Austin (1976) tem início com o ensaio “Assinatura acontecimento contexto” (DERRIDA, 1991a), escrito por Derrida para ser apresentado numa conferência em Montreal em 1971, cujo tema era “Comunicação”. O autor retoma alguns de seus argumentos principais sobre a obra de Austin em “Limited Inc. a b c...” (DERRIDA, 1991b), que consiste na resposta polêmica de Derrida às críticas de Searle em relação ao primeiro texto. O terceiro texto a compor essa polêmica é o posfácio “Em direção a uma ética

da discussão” (DERRIDA, 1991c), que consiste na resposta de Derrida a algumas questões destinadas a esclarecer certos pontos de “Limited inc a b c.”.

Em “Assinatura acontecimento contexto”, Derrida (1991a), partindo de um questionamento da concepção tradicional de comunicação como um transporte de significado, identifica na problemática do performativo de Austin um espaço para uma discussão, até certo ponto original, do processo comunicativo. O autor aponta quatro aspectos de grande interesse na proposta austiniana: 1) a consideração dos atos de fala como atos de comunicação; 2) a comunicação como um movimento original: uma operação e a produção de um efeito; 3) o fato de que o performativo não descreve algo, mas produz ou transforma uma situação e 4) a substituição, na análise do performativo, do valor de verdade pelo valor de força. Nas palavras de Derrida:

Por essas quatro razões, pelo menos, poderia parecer que Austin destruiu o conceito de comunicação como conceito puramente semiótico, lingüístico ou simbólico. O performativo é uma “comunicação” que não se limita essencialmente a transportar um conteúdo semântico já constituído e vigiado por um aspecto de verdade (de *desvelamento* daquilo que é no seu ser ou de *adequação* entre um enunciado judicativo e a própria coisa). (DERRIDA, 1991a, p. 27)

Embora reconheça essas “quatro razões pelas quais a tentativa austiniana pode parecer nova, necessária e fecunda, em si mesma e nos desdobramentos que exige” (DERRIDA, 1991b, p. 119), Derrida parte em direção a um questionamento das dificuldades encontradas por Austin na sua análise dos atos de fala e dos fatores que a tornam “mais fecunda no reconhecimento de seus impasses do que nas suas posições” (DERRIDA, 1991a, p. 27).

Derrida (1991a, p. 27) aponta como raiz comum dessas dificuldades austinianas a desconsideração do que ele chama de “estrutura grafemática geral de toda a ‘comunicação’” (DERRIDA, 1991a, p. 34) e até mesmo do próprio enunciado performativo. Portanto, para o entendimento da desconstrução dos argumentos austinianos proposta por Derrida, devemos esclarecer de que trata essa “estrutura grafemática geral”, bem como os conceitos de iterabilidade e citacionalidade dela decorrentes.

O conceito de grafema surge do questionamento do conceito clássico de escrita empreendido por Derrida (1991a), que irá desembocar no que ele chama de “estrutura grafemática geral”. A estratégia de Derrida (1991a) é discutir alguns predicados essenciais da escrita e demonstrar que os traços que, do ponto de vista clássico, são reconhecidos como tipicamente pertencentes à escrita, podem ser estendidos a toda marca. Nas suas palavras, esses traços “valeriam não somente para todas as ordens de ‘signo’ e para todas as línguas em

geral, mas até [...] para todo o campo daquilo que a filosofia chamaria de experiência ou experiência do ser: a dita ‘presença’” (DERRIDA, 1991a, p. 21). Resumidamente, os três predicados essenciais envolvidos num conceito clássico de signo escrito, de acordo com Derrida (1991a, p. 21-22), são:

- 1) possibilidade de iteração na ausência e além da presença do sujeito empiricamente determinado que o emitiu ou produziu num dado contexto;
- 2) força de ruptura com o seu contexto;
- 3) espaçamento que o separa dos outros elementos da cadeia contextual interna (possibilidade de extração e enxerto citacional) e externa (referente).

O que irá constituir qualquer unidade de forma significativa (signo, marca etc.) como grafema é justamente essa relação entre identidade e diferença, repetição e alteração, que constitui qualquer sistema ou código e que só é possível devido à ausência, ao fato de que o signo não carrega em si uma presença pura. No trecho a seguir, Derrida (1991a) explica essa intrincada relação e, de certa forma, resume o seu entendimento da iterabilidade:

[...] essa unidade de forma significativa só se constitui pela sua iterabilidade, pela possibilidade de ser repetida na ausência, não apenas de seu “referente”, o que é evidente, mas na ausência de um significado determinado ou da intenção de significação atual, como de toda intenção de comunicação presente. Essa possibilidade estrutural de ser cortada do referente ou do significado (logo, da comunicação e de seu contexto) parece-me fazer de toda marca, mesmo oral, um grafema em geral, isto é, como vimos, a restância não-presente de uma marca diferencial cortada de sua pretensa “produção” ou origem. (DERRIDA, 1991a, p. 22)

A iterabilidade tem, na argumentação de Derrida, uma relação bastante complexa com citacionalidade. Para o autor, cada uma dessas palavras é esclarecida e ampliada pela outra e elas não estão numa relação de sinonímia ou de identificação. A iterabilidade é a possibilidade à qual a citacionalidade remete, já que, segundo Derrida (1991b, p. 139), “não há citação sem iteração”. Neste trecho é possível visualizar essa relação:

É nessa possibilidade que gostaria de insistir: possibilidade de destaque e de enxerto citacional que pertence à estrutura de toda marca, falada ou escrita, e constitui toda marca como escrita, antes mesmo e fora de todo horizonte de comunicação semiolinguística; na escrita, isto é, na possibilidade de funcionamento cortado, num certo ponto de seu querer dizer “original” e sua pertinência a um contexto saturável e impositivo. Todo signo linguístico, falado ou escrito (no sentido corrente dessa oposição), em pequena ou grande escala, pode ser citado, posto entre aspas; por isso ele pode romper com todo contexto dado, engendrar ao infinito novos contextos, de modo absolutamente não-saturável. Isso supõe não que a marca valha fora do contexto mas, ao contrário, que só existam contextos sem nenhum centro absoluto de ancoragem. Essa citacionalidade, essa duplicação ou duplicidade, essa iterabilidade de marca não é um acidente ou anomalia, é aquilo (normal/ anormal) sem o que uma marca já não poderia sequer ter funcionamento dito “normal”. Que

seria de uma marca que não se pudesse citar? E cuja origem não pudesse ser perdida no meio do caminho? (DERRIDA, 1991a, p. 25-26)

Para Derrida, uma prova de que Austin desconsidera essa estrutura grafemática da linguagem é o fato de que suas análises “requerem permanentemente um valor de contexto e até de contexto exaustivamente determinável” (DERRIDA, 1991a, p. 27). Como o autor argumenta na passagem citada acima, a linguagem falada, o signo fônico, é também um ‘grafema’, o que corrobora o seu argumento de que “um contexto nunca é absolutamente determinável ou, antes, [...] que sua determinação nunca está assegurada ou saturada” (DERRIDA, 1991a, p. 13). Devemos ressaltar, no entanto, que Derrida não nega a existência de algo a que se possa chamar de contexto, mas sim a possibilidade de sua delimitação plena e total. É justamente a confiança na possibilidade de saturação do contexto que Derrida (1991a) critica em Austin, bem como a presença consciente da intenção do sujeito falante na realização do ato de fala, elemento fundamental para a totalização do contexto e para a constituição do conceito de circunstâncias ordinárias:

Para que um contexto fosse exaustivamente determinável, no sentido requerido por Austin, seria preciso pelo menos que a intenção consciente estivesse totalmente presente e atualmente transparente a si e aos outros, posto que é um fundamento determinante do contexto. O conceito ou a solicitação do “contexto” parece, pois, sofrer aqui da mesma incerteza teórica e interessada que o conceito de “ordinário”, das mesmas origens metafísicas: discurso ético e teleológico da consciência. (DERRIDA, 1991a, p. 33-34)

Para Derrida (1991a, p. 28), o que caracteriza toda marca como um grafema é a possibilidade de ausência, entre outras coisas, da “intenção de comunicação presente” (DERRIDA, 1991a, p. 22), ou do “querer dizer original” (DERRIDA, 1991a, p. 25). Isso significa que todo signo possui uma força de ruptura com o sujeito que o emite e com a intenção desse sujeito. A questão da intencionalidade é amplamente discutida pelo autor, não no sentido de se propor uma ausência total ou ruptura radical com a intencionalidade, mas de se questionar “a possibilidade de seu cumprimento, de seu preenchimento, de sua plenitude atual e presente, presente a si, idêntica a si” (DERRIDA, 1991b, p. 81). Para Derrida (1991b), é a possibilidade estrutural da iterabilidade que coloca em crise o *telos* metafísico da intenção, já que “a iterabilidade altera, parasita e contamina o que ela identifica e permite repetir, faz com que se queira dizer (já, sempre, também) coisa diversa do que se quer dizer, coisa diversa do que se diz e gostaria de dizer, compreende coisa diversa de... etc.” (DERRIDA, 1991b, p. 88-89).

Segundo Derrida (1991b), nem mesmo a primeira pessoa, fórmula preferida por Austin (1976) em suas análises do performativo, escapa à iterabilidade ou torna as coisas mais simples:

A escolha da primeira pessoa poderia *parecer* facilitar as coisas uma vez que se estaria correntemente tentado a pensar que aquele que diz *Eu* e fala dele responde melhor à hipótese idealizante de “saying what he means”: a intenção daquele que fala é muito próxima, crê-se, absolutamente presente àquilo que se diz. Mas nada é menos certo: o funcionamento do *Eu* [Je], é bem sabido, é tão iterável, senão substituível, quanto outra palavra. (DERRIDA, 1991b, p. 89-90)

O problema da fonte ou da origem do ato de fala se liga mais estritamente ao problema da intencionalidade. Como foi dito anteriormente, com a iterabilidade e a citacionalidade, a pretensa produção original fica perdida no meio do caminho. Essa situação se agrava com a consideração do efeito “eu consciente” (DERRIDA, 1991b, p. 107). Derrida questiona a suposta presença consciente da intenção do sujeito falante que participa da efetuação de um ato de fala: “Qual é a unidade ou a identidade do locutor? Será ele responsável pelos *speech acts* que seu inconsciente lhe dita?” (DERRIDA, 1991b, p. 106). Para o autor, a inclusão do inconsciente (à maneira da psicanálise) na discussão de temas relativos à teoria dos atos de fala provoca uma grande desestabilidade, porque

[...] não se sabe mais onde está a identidade do “locutor” ou do “ouvinte” (visivelmente identificado como eu consciente), onde está a identidade de uma intenção (desejo ou não-desejo, amor ou ódio, prazeres ou sofrimento) ou de um efeito (prazer ou não-prazer, vantagem ou desvantagem etc.). Eis uma outra razão pela qual há na “origem” de todo *speech act* sociedades (mais ou menos) anônimas, de responsabilidade limitada, uma multiplicidade de instâncias, senão de “sujeitos”, de significados abertos ao grande parasitismo, tantos fenômenos que o “eu consciente” do locutor e do ouvinte (últimas instâncias da teoria dos *speech acts*) é incapaz de incorporar como tais e, na verdade, faz tudo para excluir. (DERRIDA, 1991b, p. 106)

Os valores de contexto e de intenção estão na base das condições para a felicidade do performativo. Derrida (1991a), em sua crítica ao tratamento que Austin confere aos fracassos do ato de fala, argumenta que em *How to do things with words* ocorrem simultaneamente duas visões opostas: a infelicidade como possibilidade estrutural e a infelicidade como risco acidental. De acordo com o autor, essa alternância sem fim da essência e do acidente torna a oposição entre sucesso e fracasso de Austin bastante insuficiente e derivada, uma vez que

Austin não se pergunta que conseqüências decorrem do fato de que um possível – um risco possível – seja *sempre* possível, seja de certo modo uma possibilidade necessária. E se, uma tal possibilidade necessária do fracasso sendo reconhecida, este ainda constitui um acidente. Que é um sucesso, quando a possibilidade do fracasso continua a constituir sua estrutura? (DERRIDA, 1991a, p. 29-30)

No entanto, o alvo da maior crítica de Derrida na proposta austiniana é a exclusão da possibilidade de todo performativo poder ser citado. Em *How to do things with words*, Austin (1976, p. 22), ao discutir as condições para a felicidade dos performativos, conforme já visto (ver f. 37), afirma que “um enunciado performativo será oco ou vazio *de uma forma particular* se for, por exemplo, dito por um ator no palco, introduzido num poema ou emitido num solilóquio”. Para o autor, nessas situações, a linguagem é usada de forma não-séria ou parasitária em relação aos usos normais, por isso, ele exclui tudo isso de sua análise e concentra-se apenas na linguagem utilizada em circunstâncias ordinárias. É nesse ponto que Austin (1976) desconsidera completamente as implicações da grafemática de Derrida:

Austin exclui essa eventualidade (e a teoria geral que a considera) como uma espécie de furor marginal, marginalizante, mas ainda mais significativo. Ele insiste no fato de que essa possibilidade permanece *anormal, parasitária*, constitui uma espécie de extenuação ou de agonia da linguagem que é preciso desviar-se. E o conceito de ordinário, logo de “linguagem ordinária” ao qual recorre é bem marcado por essa exclusão. (DERRIDA, 1991a, p. 30)

O problema maior dessa estratégia austiniana, de acordo com Derrida (1991a), é que Austin reconhece a possibilidade da citação, mas a exclui em nome de uma análise restrita à linguagem ordinária, como se essa própria linguagem não fosse, de início, constituída pela possibilidade da citação. O problema aqui é parecido com o que vimos logo atrás em relação ao fracasso do performativo: o que é uma possibilidade estrutural não pode ser excluído como um risco accidental. Para Derrida (1991a), a citação excluída por Austin faz parte de uma iterabilidade geral, que caracteriza todo signo, seja ele escrito ou falado. O conceito de ordinário é, dessa forma, idealizado e assume o mesmo caráter fictício, artificial, que Austin desejava excluir.

[...] se se pretende que essa linguagem ordinária, ou a circunstância ordinária da linguagem, exclui a citabilidade ou a iterabilidade geral, isto não significa que o “ordinário” em questão, a coisa e a noção, abrigam um artifício, que o artifício teleológico da consciência, da qual faltaria analisar as motivações, a necessidade indestrutível e os efeitos sistemáticos? Principalmente, essa ausência essencial da intenção na atualidade do enunciado, essa inconsciência estrutural, se quiserem, interdita toda saturação do contexto. Para que um contexto fosse exaustivamente determinável, no sentido requerido por Austin, seria preciso pelo menos que a intenção consciente estivesse totalmente presente e atualmente transparente a si e aos outros, posto que é um fundamento determinante do contexto. O conceito ou a solicitação do “contexto” parece, pois, sofrer aqui da mesma incerteza teórica e interessada que o conceito de “ordinário”, das mesmas origens metafísicas: discurso ético e teleológico da consciência. (DERRIDA, 1991a, p. 33-34)

Esse discurso ético e teleológico da consciência conduz a um desejo de se ter acesso a uma espécie de verdade do ato de fala: identificar seu autor, sua intencionalidade, sua finalidade. Para Derrida (1991a), por mais eventual que seja o enunciado, a estrutura

grafemática que o constitui impede que se identifiquem nele esses valores de presença que possibilitariam uma análise plena de suas causas e finalidades.

Essa crítica ao tratamento dado por Austin aos atos de fala de ficção como parasitas está entre os aspectos da argumentação de Derrida contestados por Searle (1977) em sua resposta ao texto “Assinatura acontecimento contexto” (DERRIDA, 1991a). Os argumentos de Searle em defesa da estratégia austiniana de exclusão estão reunidos neste trecho:

Derrida enganou-se completamente a respeito do estatuto da exclusão, feita por Austin, das formas parasitárias do discurso de sua investigação preliminar dos atos de fala. A idéia de Austin era simplesmente esta: se queremos saber o que é fazer uma promessa ou uma declaração, faríamos melhor não começando nossa investigação com promessas feitas por atores no palco durante uma peça ou com declarações feitas num romance por romancistas sobre personagens do romance, porque de uma forma completamente óbvia, tais proferimentos/enunciados não são casos padrão de promessas ou declarações. Nós, por exemplo, não julgamos o ator responsável, hoje, pela promessa que ele fez no palco na noite passada, da forma como julgamos as pessoas responsáveis por suas promessas e não perguntamos ao autor como ele sabe que seus personagens têm tais características da forma como normalmente esperamos que quem faz uma declaração esteja apto a justificar sua alegação. Austin descreve esse aspecto dizendo que tais proferimentos são ‘insinceros’ ou ‘vazios’ e ‘não-sérios’. Além disso, num sentido perfeitamente direto, tais enunciados são “parasitários” em relação aos casos padrão: poderiam não haver, por exemplo, promessas feitas por um ator numa peça se não existisse a possibilidade de promessas feitas na *vida real*. A existência da forma fingida do ato de fala é logicamente dependente da possibilidade do ato de fala não fingido exatamente da mesma forma que qualquer forma fingida de comportamento depende de formas não fingidas de comportamento e, nesse sentido, as formas fingidas são parasitárias em relação as formas não fingidas.

A exclusão da consideração das formas parasitárias, por Austin, em sua discussão preliminar é uma questão de estratégia de pesquisa; ele está, em suas palavras, excluindo-as “presentemente”, mas isso não é uma exclusão metafísica [...].¹³³ (SEARLE, 1977, p. 204-205; grifo nosso)

A resposta de Derrida (1991b) a esses argumentos de Searle em “Limited inc. a b c” dá origem às principais críticas derridianas em relação à concepção tradicional de teoria,

¹³³ “Derrida has completely mistaken the status of Austin’s exclusion of parasitic forms of discourse from his preliminary investigations of speech acts. Austin’s idea is simply this: if we want to know what is to make a promise or make a statement we had better not start our investigation with promises made by actors on stage in the course of a play or statements made in a novel by novelists about characters in the novel, because in a fairly obvious way such utterances are not *standard cases* of promises and statements. We do not, for example, hold the actor responsible today for the promise he made on stage last night in the way that we normally hold people responsible for their promises, and we do not demand of the author how he knows that his characters have such traits in a way that we normally expect the maker of a statement to be able to justify his claims. Austin describes this feature by saying that such utterances are “hollow” or “void” and “nonserious”. Furthermore, in a perfectly straightforward sense such utterances are “parasitical” on the standard cases: there could not, for example, be promises made by actors in a play if there were not the possibility of promises made in *real life*. The existence of the pretended form of the speech act is logically dependent on the possibility of the nonpretended speech in the same way that any pretended form of behavior, and in that sense the pretended forms are *parasitical* on the nonpretended forms. Austin’s exclusion of these parasitic forms from consideration in his preliminary discussion is a matter of research strategy; he is, in his words, excluding them “at present”, but it is not a metaphysical exclusion [...]” (SEARLE, 1977, p. 204-205, grifo nosso).

das quais podemos extrair dois traços do que parece apontar para a desconstrução do cientificismo: 1) o estabelecimento da estrutura iterável de toda idealização teórica e, portanto, do caráter fictício da teoria e 2) a identificação dos pressupostos metafísicos da estratégia metodológica, que desconstroem as concepções de objetividade e neutralidade.

Como vimos algumas páginas atrás (ver f. 63), em relação a Searle (1994, p. 56), o método de construir modelos idealizados é uma característica comum a muitas ciências. A idealização consiste, aproximadamente, em tomar um objeto de estudo, uma promessa, por exemplo, no que ele tem de mais perfeito, puro, excluindo as imperfeições. A estratégia de Searle (1994) em *Speech acts*, como o próprio Derrida reconhece, representa exemplarmente esse procedimento:

[...] na análise, limito minha discussão a promessas completas e claramente explícitas e ignoro promessas feitas por turnos elípticos de frases, insinuações, metáforas etc. Eu ignoro também promessas feitas durante o proferimento de sentenças que contêm elementos irrelevantes para a realização da promessa. Estou também lidando apenas com promessas categóricas e ignorando promessas hipotéticas, pois se fizermos uma descrição de promessas categóricas, ela pode facilmente ser estendida para lidar com as hipotéticas. Em resumo, tratarei apenas de um caso simples e idealizado. Esse método de construir modelos idealizados é análogo ao tipo de construção de teoria que ocorre em muitas *ciências*, por exemplo, a construção de modelos econômicos ou as descrições do sistema solar que tratam os planetas como pontos. Sem abstração e idealização não há sistematização.¹³⁴ (SEARLE, 1994, p. 56; grifo nosso)

Derrida (1991b) argumenta que a idealização teórica é uma possibilidade decorrente da iterabilidade estrutural porque, para idealizar, é preciso extrair esse objeto de uma suposta realidade a qual ele pertence, livrá-lo de seus componentes indesejáveis, reduzi-lo ao que ele tem de essencial e isso só é possível por meio de uma repetição alterada.

Derrida demonstra isso através dos próprios argumentos de Searle. Para definir o que são “casos padrão de promessas” (SEARLE, 1977, p. 204), “promessas completas e claramente explícitas” e “promessas categóricas” (SEARLE, 1994, p. 56), Searle precisa pensar na promessa como uma categoria recorrente da qual se pode abstrair os traços mais característicos, e isso só é possível pela repetição. Como afirma Derrida: “Que é que seria uma promessa ou uma declaração (*statement*) dita ‘*standard*’, se não fosse possível repeti-la, reproduzi-la e, por exemplo (exemplo de iteração em geral) imitá-la, reproduzi-la em cena ou,

¹³⁴ “[...] in the analysis I confine my discussion to full blown explicit promises and ignore promises made by elliptical turns of phrase, hints, metaphors, etc. I also ignore promises made in the course of uttering sentences which contain elements irrelevant to the making of the promise. I am also dealing only with categorical promises and ignoring hypothetical promises, for if we get an account of categorical promises it can easily be extended to deal with hypothetical ones. In short, I am going to deal only with a simple and idealized case. This method, one of constructing idealized models, is analogous to the sort of theory construction that goes on in most *sciences*, e. g., the construction of economic models, or accounts of the solar system which treat planets as points. Without abstraction and idealization there is no systematization.” (SEARLE, 1994, p. 56; grifo nosso).

outro exemplo (grifo, exemplo diferente), numa citação” (DERRIDA, 1991b, p. 124). O autor explica ainda que

[...] a própria estrutura da marca (por exemplo, o mínimo de iterabilidade requerida) interdita a hipótese da idealização, a saber, a adequação de um *meaning* a si mesmo, de um *saying* a si mesmo, do *understanding* a uma *sentença*, escrita ou oral, a uma marca em geral. Uma vez mais a iterabilidade permite a idealização – logo, uma certa identidade repetível, independente dos acontecimentos factuais na sua multiplicidade –, mas limita a idealização que ela permite, corta-a. (DERRIDA, 1991b, p. 88)

A iterabilidade torna possível e ao mesmo tempo limita a idealização porque não permite o estabelecimento de limites precisos entre uma coisa e o seu oposto, por exemplo, entre o que seria uma promessa pura e uma promessa impura. Para Derrida (1991b, p. 128), “um ato ‘padrão’ depende tanto da possibilidade de ser repetido, logo eventualmente minado, fingido, citado, representado, simulado, parasitado etc, quanto essa última possibilidade depende da possibilidade dita oposta”. Esclarecendo melhor:

A iterabilidade da marca não deixa intacta nenhuma das oposições filosóficas que regulam a abstração idealizante (por exemplo, sério/não sério, literal/metafísico ou irônico, próprio/parasitário, estrito/não-estrito etc). A iterabilidade apaga, *a priori*, o limite linear que passaria entre esses valores opostos, ela o “corrompe” se se quer, contamina-o ou o parasita como limite. A linha da margem não é nunca determinável, nunca é pura e simples. (DERRIDA, 1991b, p. 99)

De acordo com Derrida (1991b, p. 128), a estrutura da iterabilidade interdita a possibilidade da exclusão justamente porque apaga a simplicidade das oposições, das distinções alternativas, das ordens de sucessão ou de dependência entre os termos. Isso é demonstrado, segundo o autor, por meio de uma “crítica desconstrutiva explícita das oposições “sério/não-sério”, “literal/não-literal” e de todo o sistema das oposições conexas” (DERRIDA, 1991b, p. 96). Dessa forma, embora todo sistema de idealização e exclusão teórico-metodológica tenha como objetivo a seriedade, a sistematicidade e, portanto, a cientificidade, não há como escapar ao que se considera o oposto disso, que é a ficção, o não-sério. Derrida demonstra brilhantemente essa situação, neste trecho em que podemos identificar um pouco de sua visão de ciência:

Ele [Searle] apóia-se numa analogia com a construção de modelos, na “maior parte” das ciências. Passemos por alto o fato de que esse protocolo teórico fundamental, que define e delimita toda empresa, essa metalinguagem sobre as diferentes linguagens teóricas já comporta um recurso covarde (não-estrito, se quiserem) a uma semelhança ou a uma figura não-literal. Passemos por alto também o enorme problema da construção de “modelos” nas ciências, nas diferentes ciências em *diferentes* momentos de sua história. Falar da “maior parte” das ciências é, em relação a isso, de uma aproximação e uma fluidez estranhas neste âmbito. Mas isso nos reteria muito tempo. Consideremos somente um limite de princípio para esta analogia: é que, diversamente de todas as outras ciências, a teoria dos *speech acts*

tem como objeto, é preciso lembrar, *speech acts* ou, dito de outro modo, linguagem, linguagem dita ordinária nas línguas ditas naturais, o que, longe de facilitar, limita essencialmente o processo de abstração e idealização que sempre é um resíduo não-formalizável, não-idealizável, pela teoria da linguagem. Os enunciados teóricos são *speech acts*. Se se considera esse *factum* como um privilégio ou um limite da teoria dos *speech acts*, ele arruína o valor da analogia (estrita) entre uma teoria dos *speech acts* e qualquer teoria que seja. Não só a analogia não é estritamente legítima entre essas teorias que permanecem essencialmente heterogêneas, como o enunciado que põe, propõe, supõe, alega uma analogia remete finalmente a um enunciado analógico ou metafórico mesmo que não seja em si mesmo analógico. Nos termos de Searle, repousa, finalmente, no metafórico ou irônico, no não-literário. É inquietante, para um enunciado que pretende *fundar toda a metodologia* (abstração, idealização, sistematização etc.) da teoria dos *speech acts*. (DERRIDA, 1991b, p. 98-99)

Derrida enfatiza o caráter problemático da teorização sobre os atos de fala e, conseqüentemente, sobre a linguagem em geral. Na visão do autor, dentro de um modelo tradicional de teoria, como o que é proposto por Searle, “nenhuma teoria científica ou filosófica sobre os *speech acts* seria possível, séria, rigorosa, puramente possível” (DERRIDA, 1991b, p. 100). Toda teorização que pretenda incorporar totalmente seu objeto enfrenta limitações, como Derrida (1991c) argumenta no posfácio “Em direção a uma ética da discussão”:

[...] não é certo que o que se chama de linguagem ou *speech act* alguma vez se esgote na sua determinação por uma ciência ou uma teoria, objetivas de ponta a ponta. É mais “científico” levar em conta esse limite, se existe algum e repensar, a partir daí, tais ou tais conceitos aceitos de “ciência” e “objetividade”. (DERRIDA, 1991c, p. 159)

Como Derrida (1991c, p. 160) reafirma nesse posfácio, “não há idealização sem iterabilidade (identificadora), mas, pela mesma razão, em virtude da iterabilidade (alteradora), não há idealização [que seja] mantida pura, a salvo de toda contaminação”. Embora a idealização seja uma meta cientificista, ela é contaminada por elementos que o próprio cientificismo gostaria de evitar. Como vimos, a idealização afasta o objeto de qualquer realidade ou literalidade possível, torna-o fictício, metafórico, não-sério. Se esse objeto é a linguagem, a situação se torna ainda mais problemática:

Trata-se tão pouco de uma ilusão, que de fato o idealismo estrutural do qual acabamos de falar é a condição de um certo valor clássico do que se chama de verdade científica. Dito isso, se, como penso e acabo de recordar, esse ideal não é ilusório mas torna-se inacessível pela própria iterabilidade que contudo produz e torna possível seu projeto, então, com efeito, e em dois sentidos, isso torna a linguagem e a interpretação profundamente problemáticas. (DERRIDA, 1991c, p. 161-162)

Outro ponto que nos interessa aqui é a questão dos pressupostos metafísicos identificados por Derrida nos procedimentos de exclusão. O conceito de metafísica como filosofia primeira é atribuído a Aristóteles (384-322 a.C.). Trata-se, segundo Marcondes

(1997, p. 82), do conhecimento das causas primeiras e universais do que é mais genérico e abstrato. Pode ser definida resumidamente como a “suprema ciência”, que examina a natureza do real em seu sentido mais abstrato, puro e elevado” (MARCONDES, 1997, p. 82). Esse conceito foi apropriado por vários pensadores ao longo da história da filosofia, recebendo conotações diferenciadas. A versão kantiana da metafísica assume contornos de uma teoria do conhecimento e, portanto, tem grande impacto sobre as discussões científicas. Segundo Abbagnano (2000, p. 665), “a característica da metafísica kantiana é sua pretensão de ser ‘uma ciência de conceitos puros’, ou seja, uma ciência que abarque os conhecimentos que podem ser obtidos independentemente da experiência, com base nas estruturas racionais da mente humana”. A metafísica ainda está presente e atuante na filosofia contemporânea. Para Abbagnano (2000, p. 666), “a sucessora da metafísica tradicional é a metodologia, que habitualmente discute os problemas das relações entre as ciências particulares e as questões decorrentes das inferências marginais entre as próprias ciências”. Derrida (1991a) demonstra isso através da crítica à exclusão dos parasitas por Austin (1976) e por Searle (1994). Em sua defesa, Searle (1977, p. 205), como foi visto, alega que a exclusão efetuada por Austin é uma estratégia de pesquisa: “A exclusão da consideração das formas parasitárias, por Austin, em sua discussão preliminar é uma questão de estratégia de pesquisa; ele está, em suas palavras, excluindo-as “presentemente”, mas isso não é uma exclusão metafísica [...]” (SEARLE, 1977, p. 204-205). Para Derrida tal exclusão não é estratégica, nem temporária, mas metafísica:

Não creio na distinção entre decisão *estratégica* e pressuposto *metafísico*. Todo procedimento estratégico, ou mais classicamente toda ordem metodológica do discurso comporta uma decisão mais ou menos explícita quanto à metafísica. E, no caso que nos ocupa, de modo espetacular. Para que isso seja espetacular, não é indispensável que um filósofo exiba sua angústia diante de um “grande momento” ou de “profundas dificuldades metafísicas”. Tal *pathos* é, com efeito, estranho a Austin (pelo menos aparentemente), e acho esse último mais sereno, menos nervoso que seus herdeiros. Mas a questão da metafísica não está aí. Quanto mais a decisão metafísica está assegurada, implícita, fugidia, mais reinam a ordem e a calma, sobre a técnica metodológica. (DERRIDA, 1991b, p. 129-130)

Um dos fundamentos dessa acusação feita por Derrida é o caráter hierarquizante das oposições em relação às quais a exclusão é determinada. Ao contrário do que Searle (1977, p. 205) alega, elas não estão numa relação de dependência lógica, mas sim numa relação chamada por Derrida (1991b, p. 128) de axiológica, isto é, baseada em valores morais:

A determinação dos valores positivos (“padrão”, sério, normal, próprio ou não-parasitário etc) é dogmática. Não faz sequer apelo ao senso comum que nunca se mostra nos seus títulos e nunca se submete à discussão. Mais grave: nada permite dizer que entre esses valores positivos e os valores que se lhes opõem (“não-

padrão”, não-sério, anormal, parasitário etc), entre as “nonpretended forms” e as “pretended forms”, a relação seja de dependência lógica. [...] A quem se esconderá que essa axiologia insistente, sistemática, dogmática determina um objeto cuja análise não é essencialmente “lógica”, objetiva ou neutra? A axiologia engajada nesta análise não é regulada, na sua ordem, por simples consideração lógica. (DERRIDA, 1991b, p. 127-128)

Essa axiologia pressuposta nas oposições que dão origem aos chamados recortes metodológicos retira da teoria qualquer pretensão à objetividade e neutralidade, como é reafirmado por Derrida, neste trecho:

[...] a necessidade assumida por uma teoria clássica de se submeter à normatividade, à hierarquia que ela pretende analisar priva tal teoria daquilo mesmo que ela pretende: o sério, a cientificidade, a verdade, o valor filosófico etc. Dado que o *speech act* modelo da teoria atual dos *speech acts* pretende ser sério, ele é normatizado por uma parte de seu objeto e não é, pois, neutro. Não é científico, não pode ser levado a sério. (DERRIDA, 1991b, p. 101)

O discurso ético e teleológico da consciência, do qual falávamos antes, é outra evidência do caráter metafísico da exclusão dos usos parasitários. Trata-se de um desejo de chegar à origem do enunciado, que nada mais é que uma busca moralizante por alguém que se responsabilize pelo ato dele decorrente, como é confirmado por Searle (ver f. 92): “Nós, por exemplo, não julgamos o ator responsável, hoje, pela promessa que ele fez no palco, noite passada, da forma como julgamos as pessoas responsáveis por suas promessas [...].” (SEARLE, 1977, p. 204). No trecho seguinte, Derrida (1991b, p. 130) reúne esses índices de metafísica que, segundo ele, “reinem sobre a herança austiniana”. Derrida ressalta, no entanto, que esse *pathos* metafísico está muito mais presente nos herdeiros de Austin do que nele próprio e afirma, como vimos, achar “esse último mais sereno, menos nervoso que seus herdeiros” (DERRIDA, 1991b, p. 129). Vejamos quais são esses índices:

A metafísica mais tradicional reina sobre a herança austiniana: sobre seu legado e sua consideração desse legado por seus herdeiros. Isso é atestado por dois índices: 1. a axiologia hierarquizante, as distinções ético-ontológicas que não se contentam em opor valores em torno de um limite ideal e não se encontra, mas *subordinam* esses valores um ao outro (normal/anormal, próprio/parasita, pleno/vazio, sério/não-sério, literal/não-litera, resumindo, positivo/negativo e ideal/não-ideal); e aí, quer Sarl¹³⁵ queira, quer não, há *pathos* metafísico (*infelicity*, *nonserious* etc); 2. o projeto de remontar “estrategicamente”, idealmente, a uma origem ou a uma “prioridade” simples, intacta, normal, pura, própria, para pensar *em seguida* a derivação, a complicação, a degradação, o acidente etc. (DERRIDA, 1991b, p. 130)

¹³⁵ Abreviatura de “Société à responsabilité limitée” (Sociedade de responsabilidade limitada). Derrida (1991b, p. 53) atribui a autoria de *Reiterating the differences: A reply to Derrida* (SEARLE, 1977) a uma “sociedade mais ou menos anônima” composta por Searle e seus colaboradores H. Dreyfus e D. Searle, por isso se refere ao “presumido e coletivo” autor desse texto por meio dessa abreviatura.

De fato, como vimos nas análises de Searle a Gumperz, a preocupação metodológica é constantemente reafirmada. Apesar de todos os autores defenderem a necessidade de encarar a linguagem como uma atividade comunicativa situada num contexto, todos propõem algum tipo de idealização para o estudo dos atos de fala, mesmo os mais empiricistas. As oposições norteadoras dessas escolhas metodológicas são, de forma geral, valores como oral/escrito, natural/induzido, situado/isolado, real/irreal. Essas oposições compõem uma “axiologia hierarquizante” no melhor sentido derridiano. Quanto ao segundo indício, a vida real e, portanto, o contexto, permanecem como a origem primeira de todo ato de fala, seja como a última instância a que se pode recorrer, quando as regras gerais se mostram insuficientes, (caso de Searle e Dik) ou como a instância da qual se deve partir para estabelecer qualquer regra (caso de Gumperz, Coulthard e Ellis). Nos dois casos, para teorizar é preciso estabelecer uma distinção entre os conceitos teóricos e a vida real e como argumenta Derrida (1991c, p. 166), “se os primeiros são inadequados à segunda, excluem-se, pura e simplesmente, todos os fenômenos ditos ‘marginais’ de que não são capazes e na verdade não estão encarregados de dar conta”. A vida real permanece como um desejo inalcançável, que é frustrado pelo próprio movimento de teorização. A teoria pretende analisar o real (verdadeiro), mas é obrigada a excluir partes dessa realidade. Por outro lado, o conceito de “vida real” é também idealizado, já que é visto como sinônimo de naturalidade, em oposição à citação, encenação, ritual etc. Derrida demonstra isso em relação a Searle:

Ligado à iterabilidade essa possibilidade de parasitismo já está aí, mesmo no que Sarl chama de “*real life*”, essa “*real life*” da qual ele está tão certo, com uma confiança (quase, *not quite*) inimitável de saber o que ela é, onde ela começa e onde acaba; como se o sentido dessas palavras (“*real life*”) pudesse imediatamente produzir a unanimidade, sem o menor risco de parasitismo, como se a literatura, o teatro, a mentira, a infidelidade, a hipocrisia, a desgraça (*infelicity*), o parasitismo, a simulação da *real life* não fizessem parte da *real life*! (DERRIDA, 1991b, p. 125)

Em relação ao contexto, como foi possível perceber, essa noção está presente na argumentação de todos os autores sob discussão na seção anterior. De forma geral, há aqueles que reservam para o contexto a função de aparar as pontas que sobram de suas análises formais, como é o caso de Searle (1994) e Dik (1997a, 1997b); e há os que vêem no contexto a base para as suas teorias sobre a linguagem em uso e um instrumento capaz de esclarecer o significado, a força e os efeitos dos enunciados, como é o caso de Coulthard (1985), Gumperz (1982) e Ellis (1994).

Derrida considera impossível e ilegítima a exclusão do contexto para fins de análise, como é feito por Searle (1994) e Dik (1997a, 1997b). Segundo o autor: “Pretender tratar do contexto como algo de que se pode fazer abstração para refinar a análise é envolver-

se numa descrição que falta ao próprio *conteúdo* e *ao objeto* que pretende isolar: o contexto determina-os intrinsecamente” (DERRIDA, 1991b, p. 86). Por outro lado, Derrida não acredita na possibilidade de delimitação plena do contexto, que inegavelmente está pressuposta nos autores que vêem o contexto como solução para os enunciados ambíguos, como fica evidente na dificuldade apontada por Ellis (1994, p. 164) de obter informações sobre “o contexto de discurso total de atos ilocucionários específicos”. Na visão derridiana, o contexto é ilimitado:

Uma das definições do que se chama de desconstrução seria a consideração desse contexto sem limite, a atenção mais viva e mais ampla possível ao contexto, e pois um movimento incessante de recontextualização. A frase que, para alguns, torna-se uma espécie de lema, em geral tão mal compreendido, da desconstrução (“não existe extra-texto”) não significa nada de diferente: não existe extra-contexto. (DERRIDA, 1991c, p. 187)

Dessa forma, a desconstrução derridiana toca em alguns pontos críticos das propostas teóricas analisadas na seção anterior, como as noções de oralidade, comunicação, vida real e contexto. A desconstrução opera não no sentido de desconsiderar essas categorias, mas, pelo contrário, no sentido de levá-las às últimas conseqüências, a fim de demonstrar seus pontos fracos e as dificuldades que impedem os teóricos de tratarem essas noções com toda a seriedade que pretendem.

Como vimos até aqui, Derrida (1991a, 1991b, 1991c) procura desconstruir as noções de contexto plenamente determinável e de sujeito auto-consciente a partir dos conceitos de iterabilidade e citacionalidade. Uma das conseqüências disso é que o sujeito deixa de ocupar uma posição central no entendimento teórico do ato de fala. No entanto, em *The scandal of the speaking body*, Shoshana Felman (2003) propõe uma desconstrução dos conceitos austinianos que, embora revigore as idéias principais de Derrida, enfatiza não os predicados da escrita (iterabilidade e citacionalidade) que subvertem o entendimento do signo falado, mas a interferência do corpo no ato de fala. Em vez de restabelecer o domínio do sujeito sobre seu ato, a consideração do corpo traz novos argumentos para a desconstrução da continuidade entre intenção consciente e ato de fala. Butler (2003, p. 115), no posfácio a essa obra, afirma que “o texto, mesmo não declarando, mostra que a leitura desconstrutivista pode assumir formas diferentes e que o próprio Austin pode dar ensejo a diferentes desconstruções”¹³⁶. Daremos destaque, neste trabalho, à brilhante desconstrução do conceito

¹³⁶ “[...] the text shows, even if it does not state, that deconstructive reading can take different forms, and that Austin himself can become the occasion for divergent deconstructions.” (BUTLER, 2003, p. 115).

de teoria realizada por Felman (2003) a partir da inusitada relação entre conhecimento e prazer, que identifica na proposta austiniana uma forma de sedução.

A princípio, podemos classificar *The scandal of the speaking body*, obra originalmente publicada em francês em 1980, como um trabalho sobre literatura, mas seguramente não é uma tarefa fácil delimitar a que campo de estudo essa obra pertence. A própria autora problematiza a questão dos limites disciplinares de sua discussão. Com o objetivo inicial de investigar o que há de paradoxal e contraditório no ato de prometer, Felman (2003) encontra no mito literário de Don Juan e na teoria do performativo o espaço adequado para sua investigação. A teoria performativa é apresentada a partir dos escritos de Austin e da interpretação dessa teoria proposta pelo lingüista francês Emile Benveniste. Ao cruzar literatura, lingüística e filosofia com o intuito de refletir sobre a promessa, a autora propõe também uma reflexão sobre os limites dessas disciplinas:

A questão a que esse livro dará origem é, assim, dupla: como a pesquisa sobre o performativo esclarece o mito de Don Juan? Mas também, por outro lado, como o mito de Don Juan esclarece a teoria performativa? Nossa leitura de *Don Juan* de Molière à luz dos escritos de J. L. Austin e Emile Benveniste será seguida – confrontada e excedida – por uma leitura da polêmica Austin/Benveniste, ela própria iluminada, por sua vez, pelo texto de *Don Juan*. Na base, então, de uma leitura triplicada – de um texto literário, um texto lingüístico e um texto filosófico – quero empreender uma reflexão sobre a promessa, de tal forma que o lugar do literário irá tornar-se a base de encontro e de teste do lingüístico e do filosófico, o lugar onde lingüística e filosofia são interrogadas, mas também onde elas são impulsionadas para além de seus limites disciplinares.¹³⁷ (FELMAN, 2003, p. 4-5)

A literatura tem sim um papel de destaque na obra, sendo encarada como um lugar privilegiado, onde é possível não só promover o encontro entre a filosofia e a lingüística, como também enfraquecer os limites das duas disciplinas e daí extrair conseqüências teóricas para o estudo dos atos de fala. Contudo, a esses três campos (literatura, lingüística e filosofia) Felman (2003) acrescenta ainda a psicanálise, que, articulada ao performativo, possibilita a revelação do que a autora considera um escândalo: “a relação incongruente, mas indissolúvel, entre linguagem e corpo; o escândalo da *sedução* do corpo

¹³⁷ “The question that this book will raise is thus twofold: how does research on the performative shed light on the myth of Don Juan? But also, on the other hand, what light does the Don Juan myth shed on the performative theory? Our reading of Molière’s *Don Juan* in the light of the writings of J. L. Austin and Emile Benveniste will be followed – paralleled and exceeded – by a reading of the Austin/Benveniste polemic, itself in turn illuminated by the text of *Don Juan*. On the basis, then, of a triple reading – of a literary text, a linguistic text, and a philosophical text – I want to undertake a meditation on promising, in such a way that the place of the literary will become the meeting and testing ground of the linguistic and the philosophical, the place where linguistics and philosophy are interrogated but also where they are pushed beyond their disciplinary limits.” (FELMAN, 2003, p. 4-5).

humano na medida em que ele fala”¹³⁸ (FELMAN, 2003, p. 5). Portanto, a articulação da teoria do performativo com a psicanálise enriquece ainda mais essa discussão multidisciplinar, onde as noções de escândalo e sedução, bem como a relação entre conhecimento e prazer têm importância fundamental, como a própria autora reconhece:

Descrever o escândalo do corpo falante, expor o escândalo da sedução, que fundamenta, na minha visão, a ordem literária, a ordem teórica e, por sua vez, a ordem histórica, fazer isso aqui significará, então, tentar articular algo na encruzilhada de diversas disciplinas (no ponto onde psicanálise, linguística, filosofia, literatura etc. encontram-se e falham ao encontrar-se...) e na encruzilhada da linguagem (onde inglês e francês, ou linguagem teórica e linguagem literária, retórica, encontram-se e falham ao encontrar-se); tentando articular não tanto o que é ou poderia ser *dito*, mas o que está acontecendo, tendo efeito, produzindo atos, o que está sendo *feito* ou poderia ser feito entre corpos que falam, entre línguas, entre conhecimento e prazer.¹³⁹ (FELMAN, 2003, p. 5)

Felman (2003) identifica na comédia *Don Juan* de Molière uma encenação brilhante de todos esses escândalos. O principal deles é o escândalo do performativo, que ao possibilitar a sedução, revela a sua própria vocação para a ruptura, para o fracasso. O personagem principal, Don Juan, seduz mulheres por meio da repetição de um enunciado performativo: a promessa de casamento. Segundo Felman (2003, p. 34), o sedutor obtém sucesso unicamente porque tira proveito de uma ilusão de constância inerente à promessa, ilusão essa que esconde uma quebra fundamental: a sedução só se constitui enquanto tal porque explora a possibilidade de ruptura entre o ato de comprometimento (a promessa de casamento) e a ação futura (o casamento propriamente dito). Ao repetir por diversas vezes suas promessas de casamento, Don Juan explicita essa quebra, que é um exemplo, segundo a autora, do poder auto-subversivo do performativo:

Don Juan coloca-se numa relação parasitária com a promessa – como a relação do sintoma com a preocupação, do inconsciente com a consciência: revelando, através da repetição, a quebra que é inerente à promessa, mas que ela reprime e esconde. Pelo contrário, toda promessa promete a conclusão do incompleto; toda promessa é acima de tudo uma promessa de consciência, já que postula uma não-interrupção, uma continuidade entre intenção e ato. Na medida em que Don Juan corporifica a performance da promessa como uma performance de ruptura, ele se torna o sintoma do poder auto-subversivo do performativo. De fato, o mito de Don Juan é o mito do performativo apenas porque o performativo,

¹³⁸ “[...] the incongruous but indissoluble relation between language e body; the scandal of the *seduction* of the human body insofar as it speaks.” (FELMAN, 2003, p. 5).

¹³⁹ “To write the scandal of the speaking body, to speak the scandal of seduction, that which grounds, in my view, the literary order, the theoretical order, and the philosophical order in turn, to do this here will thus mean attempting articulate something at the crossroads of several disciplines (the point where psychoanalysis, linguistics, philosophy, literature, etc., meet and fail to meet...) and at the crossroads of language (where English and French, or theoretical language and literary, rhetorical language, meet and fail to meet); attempting to articulate not so much what is *said* or could be said but what is happening, taking effect, producing acts, what is being *done* or could be done between speaking bodies, between languages, between, knowledge and pleasure.” (FELMAN, 2003, p. 5).

expandido às suas conseqüências lógicas extremas, coloca em *ato* sua própria subversão. O que o mito do corpo que fala *performa*, em outras palavras, é a própria subversão da consciência.¹⁴⁰ (FELMAN, 2003, p. 34)

O poder de auto-subversão do performativo é decorrente de um excesso do proferimento, do ato de dizer, em relação ao enunciado. Na interpretação de Felman, é a esse excesso que se refere o conceito de força proposto por Austin: a realização de um ato de fala produz um resíduo referencial que excede o significado do enunciado. Alguma coisa sobra na emissão de um enunciado e é nessa sobra que a falha se instala. Como argumenta a autora, “O ato de falhar abre a espaço da referencialidade – ou da realidade impossível – não porque *alguma coisa está faltando*, mas porque *algo a mais é feito*, ou porque algo a mais é dito: o termo “falha” não se refere a uma ausência, mas à realização de uma diferença”¹⁴¹ (FELMAN, 2003, p. 57).

Esse excesso ocorre justamente porque não é só um sistema de significados que está em jogo no ato de dizer. Felman (2003) destaca especialmente a interferência do corpo na constituição do ato. Outro grande escândalo do performativo é, portanto, a sedução na linguagem. O mito de Don Juan indica que sedução, prazer, desejo estão ligados à linguagem enquanto ação. Felman (2003, p. 14) demonstra isso quando afirma que “a linguagem, para Don Juan, é performativa e não informativa; é um campo de prazer, não de conhecimento”¹⁴². Tendo isso em vista, o argumento principal da autora é que a noção de ato expõe a relação incongruente entre corpo e linguagem:

Se o problema do ato humano consiste, assim, na relação entre linguagem e corpo, é porque o ato é concebido – pela análise performativa, bem como pela psicanálise – como aquele que problematiza ao mesmo tempo a separação e a oposição entre os dois. O ato, uma produção enigmática e problemática do *corpo falante*, destrói desde seu começo a dicotomia entre o domínio “mental” e o domínio “físico”, desmonta a oposição entre corpo e espírito, entre matéria e linguagem.¹⁴³ (FELMAN, 2003, p. 65)

¹⁴⁰ “Don Juan sets himself in a parasitic relation to the promise – like that of symptom to thought, of the unconscious to consciousness: by bringing out, through repetition, the breach which is inherent in the promise but which it represses and conceals. On the contrary, every promise promises the completion of incompleteness; every promise is above all the *promise of consciousness*, insofar as it postulates a noninterruption, continuity between intention and act. To the extent that Don Juan embodies the performance of promising as a performance of rupture, he becomes the symptom of the self-subverting power of the performative. Indeed, the Don Juan myth is the myth of performative only in that the performative, pushed to its extreme logical consequences, enacts its own subversion. What the myth of the speaking body, in other words, *performs*, is the very subversion of consciousness” (FELMAN, 2003, p. 34).

¹⁴¹ “The act of failing thus opens up the space of referentiality – or of impossible reality – not because *something is missing*, but because *something else is done*, or because something else is said: the term ‘misfire’ does not refer to an absence, but to the enactment of a difference.” (FELMAN, 2003, p. 57).

¹⁴² “Language, for Don Juan, is performative and not informative; it is a field of enjoyment, not of knowledge.” (FELMAN, 2003, p. 14).

¹⁴³ “If the problem of the human act thus consists in the relation between language and body, it is because the act is conceived – by performative analysis as well as by psychoanalysis – as that which problematizes at one and the same time the separation and the opposition between the two. The act, an enigmatic and problematic

Para Felman (2003, p. 64-67) a relação entre linguagem e corpo é uma relação incongruente, mas indissolúvel ou ainda, citando Derrida, indecível. Não é possível separar corpo e linguagem, na constituição de um ato. Por isso, é também a partir da noção de ato, que Felman (2003) articula a teoria do performativo à psicanálise. Uma vez que o ato desconstrói dicotomias como mental/físico, corpo/espírito, ele postula a existência de um inconsciente. O inconsciente surge da relação indecível entre esses elementos. A consciência, filosoficamente situada no domínio da mente e do espírito, não pode ser dissociada do corpo falante. A linguagem, por sua vez, não pode ser vista exclusivamente como uma propriedade mental, mas como um ato corpóreo, indecidivelmente ligado ao prazer e ao desejo. Portanto, quando se fala em ato, subverte-se não só a consciência e a intencionalidade, como tudo o que se refere ao conhecimento, ao saber cognitivo, em suma, ao constativo:

Agora, se a teoria da performance do corpo falante – dos atos de fala propriamente ditos – está no domínio do performativo, a teoria do escândalo dessa performance entra no domínio da psicanálise. O escândalo consiste no fato de que o ato não é capaz de *saber o que ele está fazendo*, que a ação (da linguagem) subverte tanto a consciência quanto o conhecimento (da linguagem). O “inconsciente” é a descoberta não apenas do divórcio ou da brecha radical entre ato e conhecimento, entre constativo e performativo, mas também (e nisso está o escândalo da descoberta final de Austin) a descoberta da indecidibilidade desses elementos e da constante interferência entre eles. Freud descobriu não simplesmente que o ato subverte o conhecimento, mas também que é precisamente a partir da *brecha no conhecimento* (a quebra no constativo) que o ato obtém seu *poder* performativo: é o próprio *conhecimento, que não pode conhecer a si mesmo, que atua* no indivíduo.¹⁴⁴ (FELMAN, 2003, p. 67)

É inerente ao performativo a subversão da intencionalidade, da consciência e, portanto, da verdade, de sua própria verdade, porque alguma coisa é dita além do que se pretende dizer. A verdade, segundo a autora “é uma relação de perfeita congruência entre um proferimento e seu referente, e, de forma geral, entre a linguagem e a realidade que ela representa”¹⁴⁵ (FELMAN, 2003, p. 13), não havendo assim espaço para excessos ou resíduos.

production of the *speaking body*, destroys from its inception the metaphysical dichotomy between the domain of the ‘mental’ and the domain of the ‘physical’, breaks down the opposition between body and spirit, between matter and language.” (FELMAN, 2003, p. 65).

¹⁴⁴ “Now if the theory of the performance of the speaking body – of speech acts proper – lies in the realm of the performative, the theory of the scandal of this performance falls in the domain of psychoanalysis. The scandal consists in the fact that the act cannot *know what it is doing*, that the act (of language) subverts both consciousness and knowledge (of language). The ‘unconscious’ is the discovery, not only of the radical divorce or breach between act and knowledge, between constative and performative, but also (and in this lies the scandal of Austin’s ultimate discovery) of their undecidability and their constant interference. Freud discovers not simply that the act subverts knowledge, but also that it is precisely from the *breach in knowledge* (the break in the constative) that the act takes its performative *power*: it is the very *knowledge that cannot know itself*, that, in man, *acts*.” (FELMAN, 2003, p. 67).

¹⁴⁵ “[...] is a relation of perfect congruence between an utterance and its referent, and, in a general way, between language and the reality it represents.” (FELMAN, 2003, p. 13)

O performativo é incompatível com essa concepção de verdade e referência. Na visão de Felman (2003, 51), tanto a teoria do performativo quanto a psicanálise vêem a linguagem não como uma declaração ou simples representação do real, mas como algo que atua dentro da realidade, num movimento dinâmico de modificação dessa realidade. Ambas não acreditam, portanto, na possibilidade de uma simetria perfeita entre ato e enunciado, mas na existência de um excesso referencial, como vimos acima. Outra característica comum ao performativo e à psicanálise, segundo a autora, é o fato de acreditarem que a referencialidade só pode ser abordada através da dimensão da falha, do ato de falhar, que é um sintoma da subversão da consciência.

A proposta teórica de Austin sofre a interferência do corpo justamente porque trata do *ato* de fala. A presença do corpo subverte os princípios teóricos tradicionais e, como afirma Felman (2003, p. 5), revela “a intervenção sempre escandalosa do amor na teoria, do prazer no conhecimento”¹⁴⁶. Quando dissolve a dicotomia constativo/performativo dentro uma teoria geral dos atos de fala, Austin subverte totalmente o constativo e, com ele, a concepção cognitiva de referência, que vê os enunciados da linguagem como uma forma de conhecer a realidade. Para Felman (2003, p. 41), ao defender uma visão performativa de linguagem, Austin, como Don Juan, substitui o critério de verdade pelo critério de satisfação:

[...] como Don Juan, Austin também introduz no pensamento sobre a linguagem a dimensão do *prazer*, bastante distinta da dimensão do conhecimento. Além disso, a dimensão do prazer já *está* implícita no critério de sucesso/fracasso da performance lingüística – sucesso ou fracasso que Austin chama, significativamente, de “felicidade” ou “infelicidade” da ação.¹⁴⁷ (FELMAN, 2003, p. 41-42)

Felman (2003, p. 80-93) chama atenção para o fato de que a concepção teórica de Austin não pode ser discutida sem se levar em conta o papel do humor em suas argumentações. A presença do humor, tradicionalmente inadequado para a teoria, é um forte indício da interferência do corpo na performance teórica austiniana. Como destaca Felman (2003, p. 81), “se Austin está continuamente sentindo e proporcionando o prazer das piadas, é porque, paradoxalmente, a performance suprema da falha do *corpo* em si é a de fazer piadas”¹⁴⁸. Como exemplo, a autora cita o próprio título *How to do things with words*, que, segundo sua interpretação, pode ser visto como uma piada sobre os “guias práticos”. O que

¹⁴⁶ “[...] the always scandalous intervention of love in theory, of pleasure in knowledge.” (FELMAN, 2003, p. 5).

¹⁴⁷ “[...] like Don Juan, Austin too introduces into thinking about language the dimension of *pleasure*, quite distinct from that of knowledge; a dimension that is already implicit, moreover, in the success/failure criterion of linguistic performance – success or failure that Austin labels, significantly, ‘felicity’ or ‘infelicity’ of action.” (FELMAN, 2003, p. 41-42).

¹⁴⁸ “If Austin is continually taking and giving the pleasure of jokes, it is because, paradoxically, the supreme performance of the *body*’s failing itself is that of making jokes.” (FELMAN, 2003, p. 81).

provoca o humor é justamente o caráter nada prático das idéias expostas nessa obra, como temos visto até aqui. Para Felman (2003, p. 88), “o humor pernicioso do título é direcionado contra seu autor, contra sua *promessa de ensinar*: ele sugere, por antífrase, que talvez estejamos lidando aqui com o *que não pode ser ensinado*, com o não cognitivo, com a heteronomia das ‘coisas’”¹⁴⁹. O humor, constantemente ligado à falha, também tem um papel subversivo:

De fato, o humor em Austin intervém muito freqüentemente para subverter o conhecimento, colocá-lo em questão, lançar dúvidas sobre ele. [...] O esforço total do empreendimento austiniano da teoria performativa é direcionado para subverter a evidência cognitiva inerente no constativo. Essa problematização geral da pressuposição de “saber” é constantemente desempenhada através da energia nervosa do humor.¹⁵⁰ (FELMAN, 2003, p. 86)

Outra semelhança entre o Austin e Don Juan é a capacidade de expor os erros e ilusões humanas e em decorrência disso a impossibilidade de finalizar, de eliminar o erro e chegar a um final satisfatório (cumprir a promessa). Como vimos anteriormente, Austin não conclui a distinção entre constativos e performativos, pelo contrário, ele evidencia a insuficiência teórica dos critérios de distinção e expõe o fracasso de seu empreendimento. Na visão de Felman (2003), Austin encara a própria pesquisa como uma performance, suscetível, portanto, à infelicidade, ao fracasso:

O fato de que uma pesquisa chega a um final *infeliz* pode significar que ela, estando sujeita ao critério de felicidade/infelicidade, constitui em si mesma uma performance mais que uma declaração, que ela também pertence à ordem do performativo em vez do constativo. Como performance, o empreendimento austiniano é ele próprio habitado por uma falta de recursos. Assim como o ato donjuanesco de prometer é constituído, duplamente, pelo ato de falhar (tanto no sentido de falhar em seu objetivo, quanto de falhar em cumprir sua palavra), a análise austiniana, se é um ato, é apenas o ato de *falhar em apanhar o constativo do performativo*. Como alguém poderia, de fato, encontrar a verdade daquilo que, como tal, desconstrói o próprio critério da verdade?¹⁵¹ (FELMAN, 2003, p. 43)

¹⁴⁹ “The pernicious humor of the title is directed against its author, against his *promise of teaching*: it suggests, by antiphrasis, that we are perhaps dealing here with the *unteachable*, with the noncognitive, with the heteronomy of ‘things’.” (FELMAN, 2003, p. 88).

¹⁵⁰ “In fact, humor in Austin intervenes very often only to subvert knowledge, to call it into question, to cast doubt upon it. [...] The entire effort of the Austinian enterprise of performative theory is directed at subverting the *cognitive evidence* inherent in the constative. This general problematization of the presumption of ‘knowing’ is constantly enacted through the nervous energy of humor.” (FELMAN, 2003, p. 86).

¹⁵¹ “The fact that research itself comes to an *unhappy* ending (which by that very token it considers a nonending, a need to start all over again) may mean that research, subject to the felicity/infelicity criterion, constitutes in itself a performance more than a statement, that it too belongs to the order of the performative rather than to that of the constative. As a performance, the Austinian enterprise is itself inhabited by a lack of means. Just as the Donjuanian act of promising is constituted, doubly, by the act of failing (both in the sense of failing in one’s aim and in the sense of failing to keep one’s word), the Austinian analysis, if it is an act, is only the act of *failing to grasp the constative of the performative*. How, indeed, might one find the truth of that which, as such, deconstructs the criterion of truth itself?” (FELMAN, 2003, p. 43).

De acordo com Felman (2003, p. 45), Austin situa a capacidade de falhar dentro do performativo “tanto como ato de fala quanto como instrumento teórico”¹⁵². Dessa forma, seu empreendimento teórico é inevitavelmente atingido pelo escândalo da quebra de compromisso: Austin abandona a promessa inicial de distinguir performativos e constativos e faz outras promessas, tais como a de distinguir os componentes do ato de fala e a de classificar as forças ilocucionárias. Como uma performance sujeita à falha, a pesquisa austiniana não cumpre a promessa de finalização, de satisfação, está sempre recomeçando sem eliminar o fracasso anterior.

Em sua interpretação da teoria austiniana, Benveniste (1971 apud FELMAN, 2003) defende a necessidade de manter a distinção entre constativos e performativos, mostrando-se, então, fiel à idéia inicial de Austin. Ele se recusa, dessa forma, a aceitar os desdobramentos posteriores relacionados à radicalização do performativo a partir do estudo das forças ilocucionárias. Também exclui as falhas, porque para ele um performativo falho deixa de ser um ato, deixa de existir. Para Felman (2003, p. 46), o projeto de Benveniste, como lingüista, é o projeto de uma ciência da linguagem constativa e cognitiva, por isso ele censura a inconsistência de Austin e sua infidelidade para com a distinção inicial entre constativos e performativos, ou seja, “Benveniste reprova Austin por ele *fracassar em cumprir sua palavra*: por não cumprir sua promessa de um constativo do performativo”¹⁵³ (FELMAN, 2003, p. 46). Tendo isso em vista, a autora compara o empreendimento da lingüística com o da filosofia da linguagem:

O mito de Don Juan narra a aventura da lingüística moderna em seu confronto com a filosofia da linguagem. Assim como o donjuanismo, a filosofia da linguagem, diante da lingüística, demonstra ser uma sedução subversiva. [...] Benveniste, enquanto lingüista, estabelece um limite a fim de respeitá-lo, ou seja, para *definir*: classificar, distinguir, construir. Por outro lado, Austin, como Don Juan, estabelece um limite apenas para transgredi-lo, ou seja, *in-definir*: desclassificar, desarticular, desconstruir. Assim, no fim de seus argumentos, a filosofia da linguagem *invalida* sua própria hipótese, enquanto no fim de seus argumentos a lingüística *valida* sua própria hipótese. Como uma promessa de ciência, a lingüística é uma promessa respeitada e mantida. Como uma promessa de consciência, a filosofia é uma promessa que não pode ser mantida.¹⁵⁴ (FELMAN, 2003, p. 47)

¹⁵² “[...] both as speech act and as theoretical instrument.” (FELMAN, 2003, p. 45).

¹⁵³ “[...] Benveniste reproaches Austin for failing to keep his word: for not keeping his promise of a constative of the performative.” (FELMAN, 2003, p. 46)

¹⁵⁴ “The Don Juan myth recounts for us the adventure of modern linguistics in its confrontation with the philosophy of language. Like Donjuanism, the philosophy of language, in the face of linguistics, proves to be a subversive seduction. [...] Benveniste, as a linguist, establishes a limit in order to respect it, that is, in order to *de-fine*: to classify, to distinguish, to construct. Austin, on the other hand, like Don Juan, establishes a limit only to transgress it, that is, to *in-fine*: to declassify, to disarticulate, to deconstruct. Thus at the end of its argument, the philosophy of language invalidates its own hypotheses, whereas at the end of its argument linguistics validates its own hypotheses. As promise of science, linguistics is a promise respected and kept. As a promise of consciousness, philosophy is a promise that cannot be kept.” (FELMAN, 2003, p. 47).

Como lingüista, Benveniste precisa manter o constativo para encontrar (constatar) a verdade do performativo. A subversão total do constativo significaria uma perda do ponto de vista científico, porque conduz à subversão do próprio conhecimento. A ciência esforça-se, então, para manter o constativo, para garantir a autonomia da mente e da consciência em relação ao corpo, ao desejo, ao prazer e, principalmente, para assegurar uma relação de perfeita identidade entre enunciado e referente.

Felman (2003) argumenta que essa necessidade de assegurar o aspecto constativo da linguagem permeia grande parte das interpretações da proposta austiniana. Segundo a autora, “a história da influência de Austin e a consolidação teórica de seu pensamento sobre o performativo – reflete uma apropriação do aspecto constativo da teoria, mas dificilmente de seu aspecto performativo”¹⁵⁵ (FELMAN, 2003, p. 48). Essa atitude pode ser considerada como uma forma de eliminar o que existe de escandaloso na performance desse autor ou, como afirma Felman (2003, p 100), de reprimir sua descoberta:

[...] o impacto considerável de Austin na história das idéias, o próprio *sucesso* de sua teoria, constitui na realidade, paradoxalmente, uma *repressão* de sua descoberta. Seu reconhecimento histórico é obtido apenas através de um equívoco teórico (uma leitura inadequada) – através de uma denegação tanto de seu *ato* quanto de seu *humor*.¹⁵⁶ (FELMAN, 2003, p. 99)

Ao desprezar o ato teórico de Austin (o que ele faz com a linguagem), a história das idéias atenua o escândalo de sua descoberta de que o poder auto-subversivo do performativo é uma propriedade inerente à linguagem, mesmo como instrumento teórico. A quebra, constitutiva do performativo, é tão radical que atinge a própria concepção teórica de Austin. A desconstrução do saber constativo transforma a teoria num objeto de desejo, do qual Austin se aproxima através de uma retórica da sedução: “o ensino, como o amor, torna-se uma performance de *promessa*, um ato de comprometimento [...] que, de fato, *requer* desejo e prazer”¹⁵⁷ (FELMAN, 2003, p. 74). Para Felman (2003), a performance teórica de Austin é, assim, uma performance de sedução:

A consagração teórica de Austin, a institucionalização de sua teoria dos atos de fala – um efeito de sedução subversiva – é, dessa forma, obtida apenas através da perda de seu corte afiado, ou seja, do aspecto subversivo da sedução. Se Austin, como Don

¹⁵⁵ “[...] the history of Austin’s influence and of the theoretical consolidation of his thinking about the performative – reflects an appropriation of the constative aspect of the theory, but hardly at all of its performative aspect.” (FELMAN, 2003, p. 48).

¹⁵⁶ “[...] Austin’s remarkable impact in the history of ideas, the very success of his theory, constitutes in reality, paradoxically, a *repression* of his discovery. His historical recognition is achieved only through a theoretical misunderstanding (misreading) – through a denegation both of his *act* and of his *humor*” (FELMAN, 2003, p. 99).

¹⁵⁷ “[...] teaching, like love, becomes a performance of *promising*, an act of commitment [...] that indeed *engages* desire and pleasure.” (FELMAN, 2003, p. 74).

Juan, professa a quebra performativa, uma ruptura radical na medida em que tal ruptura é inerente ao corpo que fala, as vítimas da sedução austiniana, como as de Don Juan, ainda assim não entendem essa brecha como fundamental ou radical, mas antes como circunstancial, sujeita, dessa forma, a eliminação e essencialmente corrigível. A má compreensão da sedução, aqui como no caso de Don Juan, ocorre porque a sedução produz um efeito de crença. A história das idéias – seduzida – acredita na “verdade” ensinada pelo mestre [...], acredita assim, na teoria, não como uma promessa, mas como uma realização, não como desejo, mas como satisfação [...].¹⁵⁸ (FELMAN, 2003, p. 100)

Na visão de Felman (2003, p. 100), se o impacto do performativo é um efeito de sedução, ele provoca ao mesmo tempo excitação e recusa. Esse impacto é seguido, então, de uma tentativa de eliminar o escândalo do performativo, torná-lo compatível com os valores relacionados à teoria, ao conhecimento, à ciência. A idéia de que é possível idealizar o conceito de performativo e excluir a possibilidade da falha significa negar o caráter radical dessa descoberta. Por isso, Felman (2003, p. 100), citando Lacan, afirma que, do ponto de vista histórico, o impacto do performativo constitui uma *epidemia científica*, expressão usada “quando algo é entendido como uma simples emergência enquanto é, de fato, uma ruptura radical”¹⁵⁹.

Tendo em vista essa análise, podemos dizer que a interpretação da proposta austiniana feita por Felman (2003) é radical, não só por expor o escândalo do performativo e do corpo falante, como também por defender com veemência o caráter original e totalmente subversivo das idéias de Austin. Felman acredita, por exemplo, que “a infelicidade, ou falha, para Austin, não é um acidente do performativo, é inerente a ele, essencial”¹⁶⁰ (FELMAN, 2003, p. 45). Nesse sentido, ela parece desconsiderar a exclusão dos estiolamentos feita por Austin (1976, p. 22) e tão criticada por Derrida. De fato, o texto de Felman evidencia uma espécie de influência derridiana em Austin, não só ao enfatizar o caráter inerente da falha, como ao dar destaque às noções de inconsciente e indecidibilidade. Felman é um exemplo de que, depois de conhecer a desconstrução derridiana de *How to do things with words*, é difícil

¹⁵⁸ “Austin’s theoretical consecration, the institutionalization of his theory of speech acts – an effect of its subversive seduction – is thus achieved only through the loss of its cutting edge, that is, of the subversive aspect of seduction. If Austin, like Don Juan, professes the performative breach, a radical rupture insofar as such a rupture is inherent in the speaking body, the victims of Austinian seduction, like Don Juan’s, still do not understand this breach as fundamental or radical, but rather as circumstantial, thus as subject to elimination, essentially correctible. The misunderstanding of seduction, here as in Don Juan’s case, occurs because seduction produces an effect of belief. The history of ideas – seduced – believes in the ‘truth’ taught by the master [...], believes thus in the theory, not as a promise, but as an accomplishment, not as desire, but as satisfaction” (FELMAN, 2003, p. 100).

¹⁵⁹ “[...] when something is taken as a simple emergence, whereas it is in fact a radical break” (FELMAN, 2003, p. 100).

¹⁶⁰ “Infelicity, or failure, is not for Austin an *accident* of the performative, it is inherent in it, essential to it.” (FELMAN, 2003, p. 45).

ler essa obra da mesma forma. Esse é também um efeito da desconstrução, que ao desmontar a estrutura interna do texto, impossibilita que ele volte a ser o mesmo depois.

A influência de Derrida em Austin se faz sentir também na proposta de Judith Butler (1997), teórica feminista americana do gênero, da linguagem e do discurso, para a discussão da obra de Austin (1976). Fortemente influenciada pela interpretação derridiana de Austin, essa autora se apropria da noção de performatividade austiniana e da iterabilidade derridiana para discutir os aspectos constitucionais e políticos do debate sobre a fala de ódio (*hate speech*). Em *Excitable speech*, Butler (1997) faz uma análise aprofundada da injúria verbal em termos do discurso jurídico norte-americano sobre a fala de ódio (*hate speech*). O termo *hate speech* e a discussão que ele envolve são, de certa forma, restritos ao contexto legal norte-americano. Refere-se, de maneira geral, à fala com o objetivo de degradar, intimidar ou incitar a violência ou ação prejudicial contra uma pessoa ou grupo de pessoas tendo por base sua raça, gênero, origem étnica, idade, religião, orientação sexual, visão política etc. A possibilidade ou não de regular esse tipo de fala é objeto de um debate acirrado nos EUA. Embora a liberdade de expressão seja garantida pela constituição e seja proibido qualquer tipo de regulação do conteúdo da fala pelo Estado, existem aqueles que defendem a condenação dos efeitos prejudiciais da injúria verbal através da criação de leis.

No âmbito desse debate, Butler (1997) consegue demonstrar todas as implicações da afirmação derridiana de que a determinação do contexto é sempre uma experiência política (DERRIDA, 1991c, p. 186). Quando um enunciado é levado a julgamento por suas ações prejudiciais, torna-se evidente o interesse político e moral na identificação do contexto desse enunciado, que envolve, entre outras coisas, o sujeito que o proferiu e suas intenções. A argumentação de Butler (1997) é conduzida no sentido de mostrar que essa identificação só é possível por meio de uma idealização do conceito de ato de fala.

Segundo Butler (1997), a alegação feita por Austin de que para conhecer a força do ato ilocucionário é preciso identificar a situação total do ato de fala é restringida por dificuldades constitutivas. Isso se deve ao fato de Austin definir o ato ilocucionário como convencional e, portanto, ritual ou cerimonial (AUSTIN, 1976, p. 19). Para Butler (1997), se o ato é um momento ritualizado, ele é repetido no tempo e seu poder de ação não se restringe a um momento único. Nas palavras da autora: “o momento em um ritual é uma historicidade condensada: ele excede a si mesmo em direções passadas e futuras, um efeito de invocações anteriores e futuras que constituem a instância de proferimento e que escapam dela”¹⁶¹

¹⁶¹ “[...] the moment in ritual is a condensed historicity: it exceeds itself in past and futures directions, an effect of prior and future invocations that constitute and escape the instance of utterance.” (BUTLER, 1997, p. 3).

(BUTLER, 1997, p. 3). Austin falha, então, ao não reconhecer a impossibilidade de seu desejo totalizante e as implicações de sua visão ritualística do ato de fala, como Butler (1997) esclarece neste trecho:

Se a temporalidade da convenção lingüística, considerada como um ritual, excede a ocasião do proferimento, e esse excesso não é completamente capturável ou identificável (o passado e o futuro do proferimento não podem ser narrados com nenhuma certeza), então parece que parte do que constitui a “situação total de fala” é uma falha para obter uma forma totalizada em qualquer de suas instâncias dadas. Nesse sentido, não é suficiente encontrar o contexto apropriado ao ato de fala em questão para saber como julgar melhor seus efeitos. A situação de fala é, assim, não um simples tipo de contexto, que possa ser definido facilmente por limites espaciais e temporais.¹⁶² (BUTLER, 1997, p. 3-4)

A concepção de contexto defendida por Butler (1997) surge no momento em que ela discute as possíveis origens do poder de causar injúria que certos enunciados têm. Segundo a autora, dizer que o efeito ofensivo do ato de fala é necessariamente ligado ao ato em si, seu contexto original e as intenções que deram origem a ele, é desconsiderar a possibilidade de ressignificação da fala ofensiva, de que tal fala possa ser citada (no contexto de um julgamento, por exemplo) e de que ocorra uma ruptura com o seu contexto anterior, passando, então, o enunciado a ocupar novos contextos para os quais ele não tinha sido originalmente pensado. A autora aponta o termo *queer*¹⁶³ (BUTLER, 1997, p. 14) como um exemplo de palavra injuriosa que, ao ser citada com propósitos contrários aos originais, passa também a produzir efeitos diversos. No trecho abaixo, Butler (1997) demonstra como a possibilidade de ressignificação impede a delimitação de um suposto contexto original:

[...] isso sugere que o poder variável de tais termos marca um tipo de performatividade discursiva que não é uma série discreta de atos de fala, mas uma cadeia ritual de ressignificações cuja origem e fim permanecem não fixados e não fixáveis. Nesse sentido, um “ato” não é um acontecimento, mas um certo nexo de horizontes temporais, a condensação de uma iterabilidade que excede o momento que ele ocasiona. A possibilidade de um ato de fala ressignificar um contexto anterior depende em parte da brecha entre o contexto ou intenção originários pelos

¹⁶² “If the temporality of linguistic convention, considered as ritual, exceeds the instance of its utterance, and that excess is not fully capturable or identifiable (the past and future of the utterance cannot be narrated with any certainty), then it seems that part of what constitutes the “total speech situation” is a failure to achieve a totalized form in any of its given instances. In this sense, it is not enough to find the appropriate context for the speech act in question, in order to know how best to judge its effects. The speech situation is thus not a simple sort of context, one that might be defined easily by spatial and temporal boundaries.” (BUTLER, 1997, p. 3-4).

¹⁶³ O termo inglês *queer*, usado frequentemente como uma forma de referência ofensiva e injuriosa aos homossexuais, tem sido reapropriado por grupos de ativistas que buscam ressignificá-lo, desligando-o de seu significado ofensivo e utilizando-o de formas afirmativas. O status acadêmico concedido a esse termo é um exemplo de ressignificação. Como afirma Culler (1999, p. 8), “o nome ‘Teoria Queer’ foi adotado recentemente pela vanguarda dos estudos gays, cujo trabalho em teoria cultural tem ligação com os movimentos políticos pela liberação gay” (“the name ‘Queer Theory’ has recently been adopted by the avant-garde of gay studies whose work in cultural theory is linked with political movements for gay liberation”).

quais um proferimento é animado e os efeitos que ele produz.¹⁶⁴ (BUTLER, 1997, p. 14)

Butler (1997, p. 15) acredita que a brecha que separa o ato de fala de seus efeitos futuros não só deixa aberta a possibilidade da falha (que é tão explorada por Austin) como permite que essa possibilidade seja a condição para a reação crítica: “O intervalo entre instâncias de enunciado não apenas torna a repetição e ressignificação do enunciado possível, mas mostra como as palavras poderiam, através do tempo, vir a ser separadas de seu poder de injuriar e recontextualizadas de modos mais afirmativos”¹⁶⁵ (BUTLER, 1997, p. 15).

Com essa afirmação, fica evidente que Butler (1997), assim como Derrida (1991), não nega a invocação do contexto no momento de emissão do enunciado. O que ela questiona é a afirmação de que seja possível abarcar a totalidade de um contexto e, com isso, definir todos os efeitos de um ato de fala.

A demanda por um julgamento dos efeitos da injúria verbal traz também para o centro da discussão a questão do sujeito culpável. Para efeitos legais, o culpado por uma injúria é o sujeito falante, aquele que por meio de um proferimento realiza a ação de insultar, ofender ou degradar alguém. Segundo Butler (1997), a descrição que Austin (1976) faz do performativo pressupõe essa concepção de sujeito soberano, como “a representação de alguém que fala e, ao falar, realiza o que ela/ele diz, como o juiz ou algum outro representante da lei”¹⁶⁶ (BUTLER, 1997, p. 48-49). A autora defende que, embora esse argumento seja útil para o contexto legal, ele não serve para explicar certas possibilidades de reação crítica ou de resistência independentes da tutela do Estado. Para a autora, é preciso questionar a soberania do sujeito para se pensar em agência e responsabilidade: “Desamarrar o ato de fala do sujeito soberano institui uma noção alternativa de agência e, em última análise, de responsabilidade, que reconhece mais completamente a forma como o sujeito é constituído na linguagem, como o que ele cria é também o que ele extrai de outro lugar”¹⁶⁷ (BUTLER, 1997, p. 15-16). O caráter convencional do ato ilocucionário torna impossível não só a delimitação total do

¹⁶⁴ “[...] this suggests that the changeable power of such terms marks a kind of discursive performativity that is not a discrete series of speech acts, but a ritual chain of resignifications whose origin and end remain unfixed and unfixable. In this sense, an “act” is not a momentary happening, but a certain nexus of temporal horizons, the condensation of an iterability that exceeds the moment it occasions. The possibility for a speech act to resignify a prior context depends, in part, upon the gap between the originating context or intention by which an utterance is animated and the effects it produces.” (BUTLER, 1997, p. 14).

¹⁶⁵ “The interval between instances of utterance not only makes the repetition and resignification of the utterance possible, but shows how words might, through time, become disjoined from their power to injure and recontextualized in more affirmative modes.” (BUTLER, 1997, p. 15).

¹⁶⁶ “[...] the figure for the one who speaks and, in speaking performs what she/he speaks, as the judge or some other representative of the law.” (BUTLER, 1997, p. 48-49).

¹⁶⁷ “Untethering the speech act from the sovereign subject finds an alternative notion of agency and, ultimately, of responsibility, one that more fully acknowledges the way in which the subject is constituted in language, how what it creates is also what it derives from elsewhere.” (BUTLER, 1997, p. 15-16).

contexto, como também impossibilita essa concepção de sujeito. Para Butler (1997), o ato, como um momento ritualizado, não pode ter origem num sujeito singular:

O sujeito austiniano fala *convencionalmente*, ou seja, ele fala numa voz que nunca é completamente singular. Esse sujeito invoca uma fórmula (o que não é completamente a mesma coisa que seguir uma regra), e isso pode ser feito com nenhuma ou pouca reflexão sobre o caráter convencional do que está sendo dito. A dimensão ritual da convenção implica em que o proferimento é constituído pelos momentos antecedentes e, de fato, futuros que são fechados pelo momento em si. Quem fala quando a convenção fala? Em que momento a convenção fala? Em certo sentido, ela é um conjunto de vozes herdado, um eco de outros que fala como o “eu”.¹⁶⁸ (BUTLER, 1997, p. 25)

Para Butler (1997), seguindo Derrida (1991a), se o performativo é convencional ou ritual, isso implica que ele é também, de certa forma, citacional. O caráter citacional do ato de fala traz, assim, conseqüências fundamentais para a questão da responsabilidade:

O esforço legal para reprimir a fala injuriosa tende a isolar o “falante” como o agente culpável, como se o falante estivesse na origem de tal fala. A responsabilidade do falante é, assim, interpretada erroneamente. O falante assume responsabilidade precisamente através do caráter citacional da fala. O falante renova os sinais lingüísticos da comunidade, reeditando e revigorando tal fala. A responsabilidade é, assim, relacionada à fala como repetição, não como origem.¹⁶⁹ (BUTLER, 1997, p. 39)

Segundo Butler (1997), dizer que a fala de ódio é citacional não significa negar a responsabilidade de quem usa essa fala. O sujeito que emite uma fala de ódio é responsável por ela, embora não esteja nele a origem dessa fala. No trecho a seguir, a autora explica como a citacionalidade possibilita a responsabilidade:

Se a fala de ódio é citacional, isso significa que quem a utiliza não é responsável por esse uso? [...] Eu afirmaria que a citacionalidade do discurso pode ser eficaz para acentuar e intensificar nosso sentido de responsabilidade por ele. Aquele que diz a fala de ódio é responsável pela maneira em que tal fala é repetida, por revigorar tal fala, por restabelecer contextos de ódio e injúria. A responsabilidade do falante não consiste em reconstituir a linguagem ex nihilo, mas antes em negociar as heranças de uso que restringem e possibilitam esse discurso do falante.¹⁷⁰ (BUTLER, 1997, p. 27)

¹⁶⁸ “The Austinian subject speaks *conventionally*, that is, it speaks in a voice that is never fully singular. That subject invokes a formula (which is not quite the same as following a rule), and this may be done with no or little reflection on the conventional character of what is being said. The ritual dimension of convention implies that the moment of utterance is informed by the prior and, indeed, future moments that are occluded by the moment itself. Who speaks when convention speaks? In what time does convention speak? In some sense, it is an inherited set of voices, an echo of others who speak as the ‘I.’” (BUTLER, 1997, p. 25).

¹⁶⁹ “The legal effort to curb injurious speech tends to isolate the “speaker” as the culpable agent, as if the speaker were at the origin of such speech. The responsibility of the speaker is thus misconstrued. The speaker assumes responsibility precisely through the citational character of speech. The speaker renews the linguistic tokens of a community, reissuing and reinvigorating such speech. Responsibility is thus linked with speech as repetition, not as origination.” (BUTLER, 1997, p. 39).

¹⁷⁰ “If hate speech is citational, does that mean that the one who uses it is not responsible for that usage? [...] I would argue that the citationality of discourse can work to enhance and intensify our sense of responsibility for it. The one who utters hate speech is responsible for the manner in which such speech is repeated, for

Tendo isso em vista, não é mais possível falar no ato de fala injurioso como um processo causal ou intencional originado no sujeito singular. Para Butler (1997), o sujeito que diz (e, portanto, cita) as palavras e enunciados injuriosos atinge um status temporário na citação, estabelecendo a si mesmo como o autor dessas palavras e enunciados. No entanto, essa é uma autoria de caráter derivado, fictício, a qual Butler (1997, p. 50) denomina de “efeito de sujeito”:

De fato, a iterabilidade e a citacionalidade não são exatamente isso: *a operação dessa metalepse pela qual o sujeito que “cita” o performativo é temporariamente apresentado como a origem tardia e fictícia do performativo propriamente dito?* O sujeito que diz as palavras socialmente injuriosas é mobilizado por longa série de interpelações injuriosas: o sujeito atinge um status temporário na citação do enunciado ao representar-se com a origem desse enunciado. Esse efeito de sujeito, contudo, é a consequência dessa própria citação [...].¹⁷¹ (BUTLER, 1997, p. 49-50)

Toda a herança de práticas injuriosas invocada no momento da citação do ato de fala é dissimulada por meio da figura do sujeito, que é instaurado para assumir a carga de responsabilidade pela própria história que ele tenta dissimular. Como argumenta Butler (1997, p. 51), para que o sujeito apareça como o autor, é preciso que a prática citacional pela qual ele é condicionado e mobilizado permaneça oculta. Da mesma forma, para um enunciado injurioso ter força e surtir efeitos, é preciso que ele repita um conjunto de práticas autorizadas anteriormente, mas é necessário também um falante que o atualize através de um ato singular de fala. Isso significa entender que nenhum termo ou enunciado pode funcionar performativamente sem a historicidade acumulativa e dissimuladora de sua força.

Žižek (1996, p. 11) fala sobre essa “problematização ‘desconstrutivista’ da idéia da culpa e da responsabilidade pessoal do sujeito” e consegue resumir bem esse processo de dissimulação da historicidade através da figura do sujeito:

A idéia de um sujeito plenamente “responsável” por seus atos, em termos morais e criminais, claramente atende à necessidade ideológica de esconder a complexa trama, sempre já operante, dos pressupostos histórico-discursivos, que não apenas dão o contexto do ato praticado pelo sujeito, mas também definem de antemão as coordenadas de seu sentido: o sistema só pode funcionar se a causa de sua disfunção puder ser situada na “culpa” do sujeito responsável. (ŽIŽEK, 1996, p. 11)

reinvigorating such speech, for reestablishing contexts of hate and injury. The responsibility of the speaker does not consist of remarking language ex nihilo, but rather of negotiating the legacies of usage that constrain and enable that speaker’s speech.” (BUTLER, 1997, p. 27).

¹⁷¹ “Indeed, is iterability or citationality not precisely this: *the operation of that metalepsis by which the subject who cites the performative is temporarily produced as the belated and fictive origin of the performative itself?* The subject who utters the socially injurious words is mobilized by that long string of injurious interpellations: the subject achieves a temporary status in the citing of the utterance, in performing itself as the origin of that utterance. That subject-effect, however, is the consequence of that very citation [...]” (BUTLER, 1997, p. 49-50).

A conclusão de Butler (1997, p. 52) é que precisamente a iterabilidade pela qual o performativo realiza sua injúria estabelece uma dificuldade permanente em localizar a responsabilidade final por essa injúria num sujeito singular e seu ato. É justamente essa indecidibilidade que exige uma postura ética frente à tomada de decisão, seja no campo do discurso legal, seja no uso cotidiano da linguagem.

O ideal do sujeito soberano, que Butler (1997, p. 92) identifica como um pressuposto das tentativas de regulação da fala de ódio, tem as mesmas raízes metafísicas que Derrida (1991a, 1991b) reconhece no discurso ético e teleológico da consciência: o desejo de remontar à origem do enunciado e a visão de sujeito auto-consciente, capaz de ser responsabilizado por seus atos. Butler (1997, p. 92) argumenta que quando se leva um enunciado a julgamento o grande objetivo é fixar seu significado. É possível reconhecer, então, no desejo de estabelecer uma continuidade entre a intenção, o enunciado e a ação o interesse de chegar à verdade. Essa pressuposição de uma causalidade moral entre o sujeito e seu ato é um caráter cientificista, como essa análise evidencia. No entanto, a responsabilidade não desaparece com o questionamento dessa causalidade, justamente porque responsabilidade envolve escolha e não a atribuição de um ato a um agente considerado seu causador. Se o ato de fala é ritual e, portanto repetido no tempo, quem fala é constituído e mobilizado por uma série de práticas discursivas anteriores e pode escolher entre elas quais deve atualizar, restabelecer, revigorar, tendo em vista as conseqüências que isso poderá trazer.

Outro fator envolvido na discussão do julgamento da fala de ódio é o ideal de universalidade que, para a convenção legal, governaria o domínio do que pode ser dito. Como demonstra Butler (1997, p. 88), a comunidade internacional rejeita e invalida a fala racista porque, como uma alegação de inferioridade racial, ela contradiz um dos princípios fundamentais da constituição, que é o compromisso com a igualdade universal. É como se tal fala não estivesse no domínio do dizível, já que sua possibilidade nem é prevista pela constituição. Por isso, a fala racista não poderia receber nenhum tipo de regulação ou proteção legal, já que, como afirma Butler (1997, p. 88) “a única fala que deveria ser protegida pela constituição é aquela baseada em suas premissas universalistas”¹⁷².

Para Butler (1997, p. 90), esse argumento é controverso, na medida em que se apóia numa versão de universalidade que é em si mesma excludente. A autora questiona, então, o caráter contraditório das formulações convencionais do universal e defende a importância de se considerar “que os modelos de universalidade são historicamente

¹⁷² “[...] the only speech that ought to be protected by the Constitution is speech grounded in its universalist premises.” (BUTLER, 1997, p. 88).

articulados e que expor o caráter estreito e excludente de uma dada articulação histórica de universalidade é parte do projeto de estender e tornar substantiva a própria noção de universalidade”¹⁷³ (BUTLER, 1997, p. 89). No trecho abaixo, a autora expõe seus questionamentos:

A margem que produz o dizível, excluindo certas formas de fala, torna-se uma operação de censura exercida pela própria postulação do universal. Toda postulação do universal como existente, como dado, não sistematiza as exclusões por meio das quais essa postulação da universalidade age? Nessa instância e através dessa estratégia de contar com *convencões de universalidade estabelecidas*, nós, involuntariamente, não colocamos o processo de universalização dentro dos limites da convenção estabelecida, naturalizando suas exclusões e apropriando-nos antecipadamente da possibilidade de sua radicalização? O universal só pode ser articulado em resposta a um desafio de (seu próprio) exterior. No momento em que exigimos a regulação da fala injuriosa com base em pressuposições “universalmente” aceitas, nós não reiteramos práticas de exclusão e abjeção? O que constitui a comunidade para que possa qualificá-la como uma comunidade legítima que debate e entra em acordo sobre essa universalidade? Se essa própria comunidade é constituída através de exclusões racistas como poderíamos confiar nela para deliberar sobre a questão da fala racista?¹⁷⁴ (BUTLER, 1997, p. 90)

Com essa análise, Butler demonstra que a lei que poderia regular o discurso racista está pautada no mesmo critério de universalidade que dá origem à exclusão. Ela não é, portanto, politicamente neutra como se costuma pensar. Na visão de Butler (1997, p. 91), além de excludente, a noção de universalidade é problemática porque se baseia na possibilidade de estabelecer um consenso universal, de haver entendimento entre as diversas culturas. Para a autora, isso significa desconsiderar a diversidade inerente ao campo semântico, a impossibilidade de estabelecer significados de uma vez por todas e de “saber previamente o significado que os outros irão atribuir a nossos enunciados, que conflitos de interpretação podem surgir e como melhor julgar essa diferença”¹⁷⁵ (BUTLER, 1997, p. 87). A autora menciona como exemplo a problemática da tradução:

¹⁷³ “that standards of universality are historically articulated and that exposing the parochial and exclusionary character of a given historical articulation of universality is part of the project of extending and rendering substantive the notion of universality itself.” (BUTLER, 1997, p. 89).

¹⁷⁴ “The border that produces the speakable by excluding certain forms of speech becomes an operation of censorship exercised by the very postulation of the universal. Does every postulation of the universal as an existent, as a given, not codify the exclusions by which that postulation of universality proceeds? In this instance and through this strategy of relying on *established conventions of universality*, do we unwittingly stall the process of universalization within the bounds of established convention, naturalizing its exclusions, and preempting the possibility of its radicalization? The universal can only be articulated in response to a challenge from (its own) outside. As we call for the regulation of injurious speech on the basis of ‘universality’ accepted presuppositions, do we reiterate practices of exclusion and abjection? What constitutes the community that might qualify as a legitimate community that debates and agrees upon this universality? If that very community is constituted through racist exclusions, how shall we trust it to deliberate on the question of racist speech?” (BUTLER, 1997, p. 90).

¹⁷⁵ “[...] know in advance the meaning that the other will assign to one’s utterance, what conflict of interpretation may well arise, and how best to adjudicate that difference.” (BUTLER, 1997, p. 88).

A cena contemporânea da tradução cultural emerge com a pressuposição de que o enunciado não tem o mesmo significado em todo lugar, de que, na verdade, o enunciado tornou-se uma cena de conflito (a tal ponto, de fato, que procuramos processar o enunciado para, finalmente, “fixar” seu significado). A tradução, que acontece nessa cena de conflito, é do tipo em que o significado pretendido não determina mais uma leitura “final” do que aquele que é recebido e em que nenhum julgamento final das posições conflitantes pode surgir. Essa falta de fim é precisamente o dilema interpretativo a ser avaliado, pois ela suspende a necessidade de um julgamento final em favor da afirmação de uma certa vulnerabilidade linguística à reapropriação. Essa vulnerabilidade marca a forma como uma demanda democrática pós-soberana se faz reconhecida na cena contemporânea do enunciado.¹⁷⁶ (BUTLER, 1997, p. 91-92)

Como defende Butler (1997, p. 94), a reapropriação, a ressignificação, a recirculação, enfim, a possibilidade de quebra com o contexto e a intenção original, estão fora do controle de qualquer sujeito. Por isso, a discussão da fala de ódio, no campo legal, perde muito ao se restringir a noções como soberania do sujeito e consenso universal. A autora demonstra, com sua análise, que os ideais de intencionalidade e universalidade têm conseqüências não apenas teóricas como políticas.

Como foi possível perceber até aqui, Derrida (1991a, 1991b, 1991c), Felman (2003) e Butler (1997) desconstruem muitos dos traços de cientificismo relacionados no início deste capítulo. Derrida critica a idealização teórica e o caráter metafísico das exclusões metodológicas. Felman (2003) desconstrói principalmente os valores ligados à racionalidade, à verdade e à consciência. Butler (1997) questiona o ideal de soberania do sujeito, que se liga ao racionalismo, e as noções de neutralidade e de consenso, que fazem parte de um ideal universalista. A crítica aos valores tradicionais ligados ao conhecimento e à razão é uma característica da desconstrução. Como destaca Dosse (1994, p. 41), “toda uma linguagem derridiana desestabiliza as oposições tradicionais ao fazer jogar os indecidíveis, verdadeiras unidades de simulacro, organizadores de uma nova ordem, carnavalesca, da razão”.

Essa forma de encarar a teoria e o conhecimento, proposta pela desconstrução, está bem próxima da visão de ciência de Feyerabend (1977, 1979), principalmente no que diz respeito à defesa do anarquismo teórico, da proliferação de teorias e da subversão da razão. O anarquismo, em sua acepção filosófica, nada mais é que a negação do princípio de autoridade, a destruição da hierarquia, das leis, instituições e crenças. De fato, Derrida, Butler

¹⁷⁶ “The contemporary scene of cultural translation emerges with the presupposition that the utterance does not have the same meaning everywhere, indeed, that the utterance has become a scene of conflict (to such a degree, in fact, that we seek to prosecute the utterance in order, finally, to ‘fix’ its meaning). The translation that takes place at this scene of conflict is one in which the meaning intended is no more determinative of a ‘final’ reading than the one that is received, and no final adjudication of conflicting positions can emerge. That lack of finality is precisely the interpretive dilemma to be valued, for it suspends the need for final judgment in favor of an affirmation of a certain linguistic vulnerability to reapropriation. This vulnerability marks the way that a postsovereign democratic demand makes itself felt in the contemporary scene of the utterance. (BUTLER, 1997, p. 92).

e Felman demonstram que, ao se quebrar o compromisso com o paradigma filosófico, acadêmico, com a disciplina e com a tradição, a linguagem pode ser explorada em toda a sua complexidade. Derrida, Butler e Felman destacam a possibilidade que as noções de performativo e de ação lingüística oferecem para a transgressão da ciência e da concepção tradicional de teoria. É possível então aproximar a concepção teórica desse grupo ao que Pennycook (2006) define como teoria transgressiva:

A teoria transgressiva assinala a intenção de transgredir, política e teoricamente, os limites do pensamento e da ação tradicionais, não somente entrando em território proibido, mas tentando pensar o que não deveria ser pensado, fazer o que não deveria ser feito. Almeja atravessar fronteiras e quebrar regras; tem como meta um posicionamento reflexivo sobre o que e porque atravessa; é entendida como um movimento em vez de considerar aquilo em relação ao que é 'pós'; é pensada para a ação e a mudança. (PENNYCOOK, 2006, p. 82)

Ciência, teoria, disciplina são termos que recuperam uma história de limitação do conhecimento, principalmente no que diz respeito à linguagem. Transgredir essa história significa refletir sobre os limites, propor a pluralização, a hibridização, a justaposição. Com o princípio do “tudo vale”, Feyerabend (1977, p. 9) negava o método científico e denunciava a deficiência da uniformidade e das regras universais que pretendem abraçar toda a realidade através da redução da diversidade. Para pensar na possibilidade de teorizar sem recorrer à idealização e à exclusão, para descobrir se a simplificação é mesmo inevitável, é necessário transgredir, no sentido de fazer diferente, produzir outros modos de teorizar, não propondo uma teoria ou um método alternativo (o que significaria limitar mais uma vez), mas um diálogo crítico e responsável. A desconstrução aponta um caminho ao evidenciar os pressupostos cientificistas, metafísicos, teleológicos, questioná-los em sua capacidade de lidarem com a linguagem e propor formas diferentes de pensamento.

A desconstrução de Derrida, assim como o anarquismo de Feyerabend e a incompletude de Austin são anúncios “do que resta por pensar” (DERRIDA, 1991c, p. 202). O “indecidível”, o “tudo vale” e a “força” não representam uma negação total da verdade, da ciência e do significado, mas a abertura de um espaço antidogmático, de crítica, reflexão e discussão constantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos, no capítulo I, que uma concepção positivista de ciência firma-se a partir do século XIX e dá origem ao cientificismo, uma espécie de teoria do conhecimento e da ciência que, dentre outras características, defende a superioridade da ciência em relação a qualquer outra forma de conhecimento. Todavia, argumentamos que o século XX é marcado por uma reação de crítica ao dogmatismo positivista e apresentamos, então, as idéias de três filósofos da ciência Popper, Kuhn e Feyerabend, que, embora tenham como característica em comum o ceticismo, representam formas bastante diferentes de oposição ao positivismo.

Vimos também como a mentalidade cientificista tem influência sobre os estudos das humanidades e, conseqüentemente, sobre as investigações da linguagem humana. Argumentamos que aquilo que se considera tradicionalmente como ciência possui especificidades nas quais a linguagem nem sempre se encaixa. Defendemos, então, a existência de uma complexidade inerente ao fenômeno lingüístico, que o torna intratável por métodos científicos nos moldes positivistas.

No capítulo II, discutimos a proposta austiniana para os atos de fala, demonstrando como sua abordagem evidencia uma resistência à teorização, ao mesmo tempo em que propõe uma nova visão da linguagem, a visão performativa, que subverte não só o entendimento da linguagem como também da teorização que se faz sobre ela.

No capítulo III, investigamos como autores e autoras de campos de estudo diferenciados conseguem lidar com essa forma de teorizar sobre a linguagem, quando

propõem uma interpretação dos atos de fala em suas teorias. Tentamos ainda identificar uma concepção de ciência subjacente a essas apropriações. Mostramos, então, a existência de duas concepções: uma científicista, liderada por Searle; e outra desconstrutivista, liderada por Derrida. A concepção científicista caracteriza o primeiro grupo investigado, composto por Searle, Coulthard, Ellis, Dik e Gumperz. O compromisso disciplinar (com a filosofia da linguagem e com a lingüística) exige que esses autores submetam os atos de fala a uma sistematização considerada indispensável para a manutenção da base de cientificidade que caracteriza essas disciplinas. Os traços principais dessa base de cientificidade são, como vimos, a universalidade, o racionalismo, o método experimental, as interpretações quantitativas e a formalização.

No entanto, vale lembrar que esses autores recorrem à teoria dos atos de fala devido à busca por uma concepção mais ampla de linguagem, que a considere não apenas como um instrumento de descrição do mundo, mas como uma forma de ação regida por regras que dizem respeito ao uso, às circunstâncias sociais e aos sujeitos envolvidos nessa ação. Todos esses campos de estudo – análise do discurso anglo-saxã, aquisição de segunda língua, funcionalismo e sociolingüística – já estão, de certa forma, fazendo uma crítica interna à ciência lingüística. Eles buscam na filosofia uma solução para o problema do significado, que foi tradicionalmente negligenciado pela lingüística. Acontece que adotar a proposta austiniana tal qual ela é apresentada em *How to do things with words* significaria ter que transgredir uma lingüística que até agora tem oferecido métodos e técnicas para resolver alguns problemas de descrição da linguagem. Esses autores reconhecem que Austin revolucionou em certos aspectos a discussão do significado, mas demonstram que, para entrar na lingüística, os atos de fala precisam ser submetidos à visão de ciência que permeia essa disciplina. Essa visão, como defendemos aqui, ainda é científicista em certos aspectos. Em suma, a lingüística (aqui representada por Coulthard, Ellis, Dik e Gumperz) tenta colocar Austin dentro do paradigma da ciência normal. Para chegar a esse objetivo, ela recorre à versão sistematizada dos atos de fala, que é a proposta de Searle.

A visão desconstrutivista, que surge com Derrida e atravessa as argumentações de Felman e Butler, tem como característica fundamental o compromisso com a crítica, no sentido de um exame minucioso do pensamento hegemônico, que procura fazer aparecer o que está apagado, explicitar as relações dicotômicas, mostrar como elas são hierárquicas e como a hierarquia esconde uma pluralidade. A desconstrução acredita que “a melhor maneira de ser fiel a uma herança é ser-lhe infiel, isto é, não recebê-la à letra, como uma totalidade, mas antes surpreender suas falhas, captar seu ‘momento dogmático’” (DERRIDA;

ROUDINESCO, 2004, p. 11). Tendo em vista essa tendência para o pensamento crítico e para a busca das falhas e dos “desfuncionamentos” do texto (DOSSE, 1994, p. 38), é de se esperar que a desconstrução de Austin aponte mais as falhas que os avanços obtidos por esse filósofo. Felman leva isso ao extremo ao considerar a obra de Austin original e subversiva justamente por expor a possibilidade da falha. Por outro lado, Derrida e Butler, embora apontem as dificuldades do raciocínio de Austin, exploram a possibilidade de ruptura propiciada por sua visão de linguagem e teoria, que, de certa forma, deixa aberta uma brecha para a subversão da verdade, da referência, da intencionalidade, da comunicação.

Qual dessas seria a melhor forma de apropriação da herança austiniana? É difícil responder, tendo em vista que a herança, como argumentam Derrida e Roudinesco (2004, p. 13), possui uma tensão interna entre “a passividade da recepção e a decisão de dizer ‘sim’, depois selecionar, filtrar, interpretar, portanto transformar”. A decisão do que fazer com a herança recebida envolve interesses, compromissos, responsabilidade. O legado de Austin alia tradição e inovação e decidir qual desses dois lados desejamos reafirmar é uma questão de escolha e de compromisso com certas concepções de conhecimento e de linguagem, cujas conseqüências, como vimos, podem não ser simplesmente teóricas, mas atingir outras esferas de uso da linguagem.

A maneira como conduzimos nossa discussão até aqui aponta, de certa forma, para uma defesa da necessidade de transgredir as formas já institucionalizadas de interpretar Austin. Isso significa defender Derrida, Felman, Butler. No entanto, pretender transgredir é justamente não propor modelos de interpretação, o que significaria uma nova simplificação e redução da proposta austiniana. A solução (se é que existe) deve permanecer sempre fora de nosso alcance ou, como diria Derrida, deve ser indecível. Ao refletir sobre o que está concluído, constituído e construído, a desconstrução expõe justamente a produtividade da incompletude. O legado de Austin ainda não foi completamente desvendado e nunca deve ser. É uma herança que permanece inapropriável, tornando-se, assim, uma fonte inesgotável de discussão e reflexão sobre a linguagem.

5. REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 1014 p.
- ALENCAR, Claudiana Nogueira de. **Searle interpretando Austin: a retórica do medo da morte nos estudos da linguagem**. 2005. 285 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- AUSTIN, John. L. **How to do things with words**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1976. 176 p.
- BOUVERESSE, Jacques. A teoria e a observação na filosofia do positivismo lógico. In: CHÂTELET, François (Ed.). **História da filosofia – idéias, doutrinas**. Tradução de Maria Jose de Almeida, Jorge Alexandre Faure Pontual, Guido de Almeida e Hilton Ferreira Japiassu. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1974. v. 8, p. 71-123.
- BUTLER, Judith. **Excitable speech: a politics of the performative**. New York: Routledge, 1997. 185 p.
- BUTLER, Judith. Afterword. In: FELMAN, Shoshana. **The scandal of the speaking body: Don Juan with J. L. Austin, or seduction in two Languages**. Translated by Catherine Porter. Stanford, California: Stanford University Press, 2003. p 113-123.
- CAMERON, Deborah. et al. **Researching language: issues of power and method**. Londres: Routledge, 1992. 148 p.
- CAMERON, Deborah. Gender and language gender, language, and discourse: a review essay. *Signs*, v. 23, n. 4, p. 945-970, 1998.
- COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva**. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 318 p.
- COULTHARD, Malcolm. **An introduction to discourse analysis**. Harlow: Essex, Longman, 1985. 212 p.
- CULLER, Jonathan. The fortunes of the performative in literary and cultural theory. **Literature and psychology**, p. 7-23, spring-summer, 1999
- DE MAN, Paul. **A resistência à teoria**. Tradução de Teresa Louro Pérez. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989. 157 p.
- DERRIDA, Jacques. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. In: _____. **A escritura e a diferença**. Tradução de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 229-251.
- DERRIDA, Jacques. Assinatura acontecimento contexto. In: _____. **Limited Inc**. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papyrus, 1991a. p. 11-37.

DERRIDA, Jacques. Limited inc. a b c. In: _____. **Limited Inc.** Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papyrus, 1991b. p. 39-148.

DERRIDA, Jacques. Em direção a uma ética da discussão. In: _____. **Limited Inc.** Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papyrus, 1991c. p. 149-212.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. **De que amanhã: diálogo.** Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 239 p.

DIK, Simon C. **The theory of functional grammar:** Pt. I – The structure of the clause. Ed. by Kees Hengeveld. Berlim; New York: Mouton de Gruyter, 1997a. 491 p.

DIK, Simon C. **The theory of functional grammar:** Pt. II – Complex and derived constructions. Ed. by Kees Hengeveld. Berlim; New York: Mouton de Gruyter, 1997b. 477 p.

DOSSE, François. **História do estruturalismo:** campo dos signos, 1945/1966. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora da Unicamp, 1993. v. 1. 447 p.

DOSSE, François. **História do estruturalismo:** o canto do cisne, de 1967 aos nossos dias. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994. v. 2. 518 p.

ELLIS, Rod. **The study of second language acquisition.** Oxford: Oxford University Press, 1994. 824 p.

FELMAN, Shoshana. **The scandal of the speaking body:** Don Juan with J. L. Austin, or seduction in two Languages. Translated by Catherine Porter. Stanford, California: Stanford University Press, 2003. 150 p.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método.** Tradução de Octanny S. da Mota e Leônidas Hegenberg. São Paulo: Francisco Alves, 1977. 488 p.

FEYERABEND, Paul. Consolando o especialista. In: MUSGRAVE, Alan (Ed.). **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento.** Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979. p. 244-284.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas.** Tradução de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 541 p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2003. 79 p.

FREGE, Gottlob. **Lógica e filosofia da linguagem.** Tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo, Cultrix, 1978. 157 p.

FREGE, Gottlob. Investigações lógicas e outros ensaios. Tradução de Paulo Alcoforado. **Cadernos de tradução.** São Paulo, n. 7, p. 01-131, 2001.

GRANGER, Gilles-Gaston. **A ciência e as ciências.** Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 1994. 123 p.

GUMPERZ, John J. **Discourse strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982. 225 p.

HORGAN, John. **O fim da ciência**: uma discussão sobre os limites do conhecimento científico. Tradução de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 363 p.

ILARI, Rodolfo. O estruturalismo lingüístico: alguns caminhos. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à lingüística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004. p. 53-92.

JAKOBSON, Roman. **Lingüística e comunicação**. Tradução de Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1975. 162 p.

JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1975. 262 p.

JAPIASSU, Hilton. **Nascimento e morte das ciências humanas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. 185 p.

KUHN, Thomas S. Lógica da descoberta ou psicologia da pesquisa? In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (Ed.). **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979. p. 05-32.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. 257 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 249 p.

LOPES DA SILVA, Fábio. A tragédia saussuriana : por uma nova mitologia para a ciência da linguagem. In : RAJAGOPALAN, Kanavillil ; FERREIRA, Dina Maria Martins (Orgs.). **Políticas em linguagem** : perspectivas identitárias. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006. p. 15-38.

LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. Tradução de José Valter Arcanjo da Ponte. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 15, p. 15-38, 2000.

LYONS, John. **Semântica**. Tradução de Wanda Ramos. Lisboa: Martins Fontes, 1980. v. 1. 300 p.

MAKONI, Sinfree; MEINHOF, Ulrike. Lingüística aplicada na África: desconstruindo a noção de língua. In: MOITA LOPES, Luis Paulo da. (Org.). **Por uma lingüística aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 191-213.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos à Wittgenstein. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 298 p.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Doria. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 344 p.

OGDEN, C. K.; RICHARDS, I. A. **O significado de significado**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. 349 p.

OTTONI, Paulo. **Visão performativa da linguagem**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. 144 p.

PENNYCOOK, Alastair. Os limites da lingüística. Tradução de André Cechinel, Juliana dos Santos e Fábio Lopes da Silva. In: LOPES DA SILVA, Fábio; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Orgs.). **A lingüística que nos faz falhar**: investigação crítica. São Paulo : Parábola, 2004. p. 39-43.

PENNYCOOK, Alastair. Uma lingüística aplicada transgressiva. Tradução de Luiz Paulo da Moita Lopes. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (Org.). **Por uma lingüística aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 67-84.

POPPER, Karl Raimund. **Conjecturas e refutações**: pensamento científico. Tradução de Sérgio Bath. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 1982. 449 p.

POPPER, Karl Raimund. **A lógica da pesquisa científica**. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2001. 567 p.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Dos dizeres diversos em torno do fazer. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v.6, n. 2, p. 223-254, 1990.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A irredutabilidade do ato ilocucionário como fator inibidor do êxito das tentativas taxonômicas. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 91-133, 1992.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A questão da referência e interpretação na teoria dos atos de fala. In: CASTRO, Maria Fausta Pereira de. (Org.) **O método e o dado no estudo da linguagem**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996a. p. 225-234.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O Austin do qual a Lingüística não tomou conhecimento e a Lingüística com a qual Austin sonhou. **Cadernos de estudos lingüísticos**. Campinas, n. 30, p. 105-116, jan./ jun.1996b.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. On Searle [on Austin] on language. **Language & communication**, v. 20, n.4, p. 347-391, 2000.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma lingüística crítica** : linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil; ARROJO, Rosemary. Searle e a noção de literalidade. In: ARROJO, Rosemary. **O signo desconstruído**: implicações para a tradução, a leitura e o ensino. Campinas, SP: Pontes, 1992. p. 113-121.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989. 176 p.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 92 p.

SANTOS, Karla Cristina dos. **J. L. Austin e J. R. Searle: duas abordagens da Teoria dos Atos de Fala**. 2005. 45 f. Monografia (Bacharelado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 19. ed. São Paulo: Cultrix, 1994. 279 p.

SEARLE, John. R. Reiterating the differences: A reply to Derrida. **Glyph**, Baltimore, v. 1, p. 198-208, 1977.

SEARLE, John. R. **Speech acts: an essay in the philosophy of language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. 203 p.

SILVA, Oswaldo Porchat de Assis Pereira da. (Ed.). Vida e obra: Ryle, Austin, Quine, Strawson. In: RYLE, Gilbert et al. **Ensaio**s. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1980. p. 6-24.

VAN OORT, Richard. Performative-constative revisited: the genetics of Austin's theory of speech acts. In: **Anthropoetics: The Electronic Journal of Generative Anthropology**. Irvine, v. 2, n. 2, p. 1-14, jan. 1997. Disponível em: <http://www.anthropoetics.ucla.edu/Ap0202/home.html>. Acesso em: 07 novembro 2006.

WARNOCK, G. J. Saturday mornings. In: WARNOCK, G. J. et al. **Essays on J. L. Austin**. Oxford: Clarendon Press, 1973. p. 31-45.

WARNOCK, G. J. **J. L. Austin: The arguments of the philosophers**. London/New York: Routledge, 1991. 167 p.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus logico-philosophicus**. Tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1994. 294 p.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Tradução de M. S. Lourenço. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. 611 p.

ŽIŽEK, Slavoj. (org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 337 p.